

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
URI – CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PPGEDU - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

REDES COLABORATIVAS E DE PESQUISA EM DIREITO EDUCATIVO NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: FORMADORAS DE CAPITALS INTELLECTUAIS?

**Doutoranda: Jeanice Rufino Quinto
Orientadora: Profa. Dra. Luci Mary Duso Pacheco**

**FREDERICO WESTPHALEN - RS
2023**

JEANICE RUFINO QUINTO

REDES COLABORATIVAS E DE PESQUISA EM DIREITO EDUCATIVO NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: FORMADORAS DE CAPITAIS INTELECTUAIS?

Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutora em Educação, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Câmpus de Frederico Westphalen.

Orientador(a): Profa. Dra. Luci Mary Duso Pacheco

FREDERICO WESTPHALEN - RS

2023

IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino/Unidade

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Frederico Westphalen/RS

Rua Assis Brasil, nº 709, Bairro Itapagé, CEP: 98400-000 Frederico Westphalen/RS.

Direção do Campus

Diretora Geral: Prof.^a Dr.^a Elisabete Cerutti

Diretor Acadêmica: Carlos Eduardo Blanco Linares

Diretor Administrativo: Alzenir José de Vargas

Departamento/Curso

Chefe do Departamento de Ciências Humanas: Prof.^a Maria Cristina Gubiani Aita

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação –
Mestrado e Doutorado em Educação: Prof.^a Dr.^a Luci Mary Duso Pacheco

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Luci Mary Duso Pacheco

Doutoranda

Jeanice Rufino Quinto

Temática

Redes Colaborativas e de Pesquisa em Direito Educativo na Pós-Graduação Stricto Sensu: formadoras de Capitais Intelectuais?

AGRADECIMENTOS

Durante quatro anos dediquei parte da minha vida ao doutorado, um sonho que aos poucos foi concretizando-se. Tudo começou no ano de 2019 e em 2020 enfrentamos uma das maiores tragédias do mundo, a pandemia do COVID-19. Em meio a tantas notícias devastadoras e incertezas seguimos com as aulas e pesquisas, mesmo sem saber o que aconteceria nos próximos dias, semanas e meses.

Hoje, dia 10 de outubro de 2023, ao escrever os agradecimentos concluo mais uma etapa linda e importante da minha vida, que certamente não seria alcançada se não fosse o apoio e contribuição de muitas pessoas que lutaram e sonharam comigo. Minha pesquisa menciona a importância das Redes Colaborativas e de Pesquisa, mas agora nesse espaço quero agradecer a rede de apoio que tive o privilégio de poder contar durante o processo de doutoramento. Todos os nomes citados certamente contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui, aos quais serei eternamente grata. Obrigada professora e orientadora, Dra. Luci Mary Duso Pacheco, você me fez acreditar que eu era capaz e desde o Mestrado conduziu-me até aqui, mostrando-me o caminho e não me deixando desistir. Obrigada, Bruna Larissa Cecco, minha colega e amiga que em um dos momentos mais difíceis do doutorado não só me estendeu a mão, mas me fez levantar das cinzas e continuar. Obrigada pai, mãe e avó Elenir que compreenderam as minhas ausências, sempre com muito carinho, que fizeram de tudo pela minha felicidade me dando amor e segurança. Obrigada a minha finada avó Ilma que faleceu no início de 2020, mas espalhava aos sete ventos que teria uma neta doutora. Amo vocês! Obrigada Liana Basso, Louise, colegas, professores, demais funcionários da URI e membros da banca, Dra. Jordana Wruck Timm, Dr. Daniel Pulcherio Fensterseifer, Dra. Giselle Cristina Martins Real e Dr. Fernando Gonzales Alonso, vocês foram fenomenais e os levarei para sempre em meu coração.

Agora meu agradecimento especial vai para o meu marido, André Frizon que foi meu grande apoiador e incentivador, que viveu todos os momentos ao meu lado, sempre com uma mensagem positiva, fazendo as devidas críticas quando necessário e ajudando-me em todos os sentidos. Dé! Essa conquista é nossa e sem você talvez nunca conseguisse chegar até aqui. Muito, muito, muito obrigada por tudo e por tanto.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

(Eduardo Galeano)

RESUMO

O trabalho de tese intitulado *Redes Colaborativas e de Pesquisa em Direito Educativo na Pós-Graduação Stricto Sensu: Formadoras de Capitais Intelectuais?* apresenta os resultados de um estudo que buscou compreender em que medida as Redes Colaborativas e Redes de Pesquisa em Direito Educativo formam Capitais Intelectuais nos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em educação no Brasil, assim como, qual o seu alcance ibero-americano. Pondera também se essas relações intensificam a qualificação nos processos de formação de pesquisadores e socialização dos conhecimentos através das redes colaborativas. O tema insere-se na linha de pesquisa *Formação de Professores, Saberes e Práticas Educativas* do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em educação da URI (Universidade Regional Integrada), na perspectiva de olhar a produção de Capitais Intelectuais enquanto saberes e práticas educativas necessárias ao cotidiano educacional do Stricto Sensu. As redes de cooperação atuam através dos ciberespaços e a produção da inteligência coletiva dá-se por meio da constituição de grupos de estudiosos, experiências, conhecimentos em diferentes países, culturas e universidades, aliando a tecnologia com a produção de Capitais Intelectuais. Identificar como estão organizadas as Redes Colaborativas e de Pesquisa em Direito Educativo foi um dos objetivos da investigação. Compreender como ocorre a formação de Capital Intelectual por meio dessas redes e como a temática do Direito Educativo é abordada também foram pontos explorados. Nesse caráter, a percepção teórica da realidade e a metodologia utilizada no estudo restringem-se ao campo da análise de dados, assim denominando a investigação como sendo uma metodologia de estudo hermenêutico e qualitativo. Foram explorados os conceitos de Direito Educativo, Pós-Graduação Stricto Sensu, Capitais Intelectuais, Redes Intelectuais, Redes Colaborativas e de Pesquisa com abordagem de caráter bibliográfico. Os dados coletados foram buscados através de consulta parametrizada no Catálogo de Teses e Dissertações, Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes, por meio de questionário encaminhado aos líderes dos Grupos de Pesquisa via Google Forms e, como complementação, foi feita uma busca de informações referentes a publicações, participação em eventos e projetos de pesquisa através dos currículos Lattes dos líderes dos grupos de pesquisa que não participaram da entrevista. Os resultados obtidos foram analisados e compreendidos dentro do contexto da Pós-Graduação e dos atores que fazem parte do meio acadêmico e profissional da educação, chegando à conclusão que as Redes Colaborativas e de Pesquisa são essenciais para a formação e produção de capitais intelectuais.

Palavras-Chave: Direito Educativo; Redes Intelectuais; Redes de Pesquisa; Capital Intelectual; Pós-Graduação Stricto Sensu.

RESUMEN

El trabajo de tesis titulado Redes Colaborativas y de Investigación en Derecho Educativo en el Postgrado Stricto Sensu: Formadoras de Capitales Intelectuales presenta los resultados de un estudio que buscó comprender en qué medida las Redes Colaborativas y de Investigación en Derecho Educativo forman Capital Intelectual en el Postgrado Stricto Sensu en educación de Brasil, así como, su alcance iberoamericano. También se considera si estas relaciones intensifican la calificación en los procesos de formación de investigadores y socialización del conocimiento a través de las redes colaborativas. El tema se inserta en la línea de investigación Formación Docente, Conocimientos y Prácticas Educativas del Postgrado en Educación Stricto Sensu de la URI (Universidad Regional Integrada), desde la perspectiva de mirar la producción de Capital Intelectual como conocimientos y prácticas educativas necesarias para la rutina educativa del Stricto Sensu. Las redes de cooperación operan a través del ciberespacio y la producción de inteligencia colectiva se da a través de la constitución de grupos de estudiosos, experiencias, conocimientos en diferentes países, culturas y universidades, combinando la tecnología con la producción de Capital Intelectual. Identificar cómo se organizan las Redes Colaborativas y de Investigación en Derecho Educativo fue uno de los objetivos de la investigación. Comprender cómo ocurre la formación del Capital Intelectual a través de estas redes y cómo se aborda el tema del Derecho Educativo también fueron puntos explorados. En este sentido, la percepción teórica de la realidad y la metodología que se utilizó en el estudio se restringen al campo del análisis de datos, denominándose así la investigación como una metodología de estudio hermenéutica y cualitativa. Se exploraron con abordaje bibliográfico los conceptos de Derecho Educativo, Posgrado Stricto Sensu, Capitales Intelectuales, Redes Intelectuales, Redes Colaborativas y de Investigación. Los datos recolectados fueron buscados a través de una consulta parametrizada en el Catálogo de Tesis y Disertaciones, Directorio de Grupos de Investigación de Brasil Lattes, a través de un cuestionario enviado a los líderes de los Grupos de Investigación por Formularios de Google y como complementación fue hecho, una búsqueda de informaciones sobre publicaciones, participación en eventos y proyectos de investigación a través de los Lattes de líderes de grupos de investigación que no participaron en la entrevista. Los resultados obtenidos fueron analizados y comprendidos en el contexto de los Estudios de Posgrado y de los actores que forman parte del entorno de la educación académica y profesional, donde se puede concluir que las Redes de Colaboración y de Investigación son fundamentales para la formación y producción de capitales intelectuales.

Palabras clave: Derecho Educativo; Redes Intelectuales; Redes de Investigación; Capital intelectual; Postgrado Estricto Sensu.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - ESQUEMA DA TESE -----	16
FIGURA 2 - CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DOS DADOS -----	39
FIGURA 3 - GRÁFICO ÁREAS DE PESQUISA -----	66
FIGURA 4 - GRÁFICO TESES E DISSERTAÇÕES -----	67
FIGURA 5 - GRÁFICO DESCRITORES POR REGIÃO DO BRASIL -----	68
FIGURA 6 - GRÁFICO DISTRIBUIÇÃO NAS UNIVERSIDADES -----	69
FIGURA 7- NUVEM DE PALAVRAS-CHAVE DAS LINHAS VINCULADAS AOS GRUPOS DE PESQUISA -----	89
FIGURA 8 - GRÁFICO ÁREAS DO CONHECIMENTO DOS 30 GRUPOS DE PESQUISA -----	90
FIGURA 9 - MAPA DO BRASIL COM O QUANTITATIVO DOS GRUPOS DE PESQUISA POR REGIÃO -----	92
FIGURA 10 - GRÁFICO LINHAS DE PESQUISA-----	95
FIGURA 11 - GRÁFICO INTER-RELAÇÃO ENTRE AS ÁREAS -----	96
FIGURA 12 - GRÁFICO RESPOSTA 1 -----	102
FIGURA 13 - NUVEM DE PALAVRAS DA RESPOSTA 2 -----	112
FIGURA 14 - GRÁFICO APRESENTAÇÃO COMO LÍDER EM RESUMO DO LATTES -----	120
FIGURA 15 - GRÁFICO PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA-----	121
FIGURA 16 - GRÁFICO PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CONJUNTO-----	122
FIGURA 17 - GRÁFICO PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS-----	122

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 - EXPLORAÇÃO DO MATERIAL -----	31
TABELA 2 - CONTINUAÇÃO EXPLORAÇÃO DO MATERIAL-----	31
TABELA 3 - DIREITO EDUCATIVO -----	34
TABELA 4 - DIREITO À EDUCAÇÃO -----	34
TABELA 5 - NOMENCLATURA-----	38
TABELA 6 - DESCRITORES -----	70
TABELA 7 - REDES COLABORATIVAS -----	73
TABELA 8 - DIREITO EDUCATIVO -----	76
TABELA 9 - CAPITAL INTELECTUAL -----	79
TABELA 10 - REDES DE PESQUISA-----	80
TABELA 11 - GRUPOS DE PESQUISA COM RESPECTIVO PAÍS QUE POSSUI RELAÇÃO -----	94
TABELA 12 - RESPOSTA 1 -----	102
QUADRO 1 - RESPOSTA 3 -----	113
TABELA 13 - RESPOSTA 4 -----	116

LISTA DE SIGLAS

- CAPES** - Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior
- CF** - Constituição Federal
- CNPQ** - Conselho nacional de desenvolvimento científico e tecnológico
- CNS** - Conselho Nacional de Saúde
- COIL** - Collaborative Online International Learning
- DE** - Direito educativo
- ECA** - Estatuto da criança e adolescente
- LATTES** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- LDB** - Lei de diretrizes e bases
- PG** - Pós-graduação
- PNE** - Plano Nacional da educação
- PNPG** - Parecer Nacional de Pós-Graduação
- PPGEDU** - Programa de Pós-Graduação em Educação - URI
- PPP** - Projeto político pedagógico
- RIEDEDE** - Rede Ibero-Americana de Estudos em Docência, Emancipação e Direito Educativo.
- RIIDE** - Rede internacional de investigação em Direito Educativo
- SNPG** - Sistema Nacional de Pós-Graduação
- URI** - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivo geral	21
1.2 Objetivos específicos	21
1.3 Organização da tese – Aos capítulos 1 e 2 pertencem a Introdução e Metodologia. Os demais seguem:	21
1.3.1 Terceiro Capítulo - Estado do conhecimento acerca das redes colaborativas e redes de pesquisa em direito educativo na Pós-Graduação Stricto Sensu: formadoras de capitais intelectuais.	21
1.3.2 Quarto Capítulo – Redes Colaborativas e de Pesquisa na Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação no Brasil e seu alcance Ibero-Americano. --	22
1.3.3 Quinto Capítulo – Os grupos de pesquisa e suas formações de redes formam Capitais Intelectuais? Análise e discussão dos dados coletados.	22
2 METODOLOGIA	23
2.1 Opção e concepção de pesquisa	24
2.2 Metodologia da pesquisa	26
2.3 A escolha do método de análise dos dados	29
2.4 Procedimentos éticos	36
2.5 Nomenclaturas atribuídas aos sujeitos da pesquisa.	38
3 REDES COLABORATIVAS E DE PESQUISA EM DIREITO EDUCATIVO NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: FORMADORAS DE CAPITAIS INTELECTUAIS	40
3.1 Procedimento para coleta de dados	41
3.2 Redes colaborativas, redes de pesquisa e redes intelectuais	42
3.3 Inter-relações entre a educação, os capitais intelectuais e as redes intelectuais.	46
3.4 Direito Educativo	55
3.5 Conceito básico e entendimento do direito educativo	57
3.6 Pós-Graduação Stricto Sensu	61
3.7 Panorama Geral e Análise Quantitativa dos Descritores	65
3.8 Conteúdo dos trabalhos encontrados	69

3.8.1 Redes colaborativas	73
3.8.2 Direito Educativo	76
3.8.3 Capital Intelectual	79
3.8.4 Redes de pesquisa	80
4 REDES COLABORATIVAS E DE PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO NO BRASIL E SEU ALCANCE IBERO-AMERICANO	83
4.1 Contexto coletivo da pesquisa em rede na produção do conhecimento	84
4.2 Um olhar para os grupos e as redes de pesquisa	87
4.3 Linhas de pesquisa dos grupos	95
5 OS GRUPOS DE PESQUISA E SUAS FORMAÇÕES DE REDES FORMAM CAPITAIS INTELECTUAIS? ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS	98
5.1 Principais atividades realizadas pelo grupo ou rede de pesquisa.	101
5.2 Categoria de análise de dados: Ações realizadas pelo grupo ou rede de pesquisa que oportunizam a formação de capitais intelectuais.	106
5.3 Categoria de análise de dados: Participação/relação com pesquisadores de distintos países ou instituições nas ações realizadas pelo grupo ou rede de pesquisa.	113
5.4 Categoria de análise de dados: Aproveitamento das ações realizadas nos grupos ou rede de pesquisa pelos participantes/orientandos de mestrado ou doutorado.	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	140
APÊNDICE A: Roteiro do Questionário	141
APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	142

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado do desejo de dar continuidade às pesquisas desenvolvidas na construção da dissertação de mestrado intitulada “Redes intelectuais: a atuação da RIIDE Brasil e México na promoção do direito educativo”. Teve o propósito de seguir na linha das redes colaborativas em direito educativo, porém com o viés na pós-graduação *stricto sensu*. Os conceitos de redes colaborativas, capitais intelectuais e do direito educativo foram o ponto inicial da investigação. A pesquisa compreende em que medida as redes colaborativas e redes de pesquisa em direito educativo formam capitais intelectuais nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação no Brasil. Assim como, qual o seu alcance ibero-americano. Analisa também se essas relações intensificam a qualificação nos processos de formação de pesquisadores e a socialização dos conhecimentos e produtos gerados na perspectiva de seus atores.

O tema insere-se ainda na linha de pesquisa Formação de professores, saberes e práticas educativas do programa de Pós- Graduação *Stricto Sensu* em educação da URI (Universidade Regional Integrada), na perspectiva de olhar a produção de capitais intelectuais enquanto saberes e práticas educativas necessárias ao cotidiano educacional do *stricto sensu* e suas redes de cooperações que, através dos ciberespaços e da produção da inteligência coletiva, buscam relações, experiências e conhecimentos em diferentes países, culturas e universidades, aliando a tecnologia com a produção do conhecimento. Somado a isso, a Rede RIEDEDE- Rede Ibero-Americana de Estudos em Docência, Emancipação e Direito Educativo atua como promotora dos Direitos Educativos dentro e fora da instituição, com as atividades de extensão e promoção de eventos nacionais e internacionais.

Ainda dentro da perspectiva da linha e da temática inserida no programa da universidade de pertencimento, esta é de fato a primeira tese com foco no Direito Educativo, Redes Intelectuais e de Pesquisa. Trazendo um breve resgate histórico dos trabalhos relacionados com o tema aqui desenvolvido estão duas dissertações de mestrado, uma que tratou do Direito Educativo com viés na mediação de conflitos e a dissertação que deu origem a esta tese, que debateu sobre as redes intelectuais como promotoras dos Direitos Educativos. Está em andamento também um projeto de tese que aborda as redes de pesquisa e colaborativas como foco principal da

pesquisa. Tais temáticas têm aproximação do trabalho aqui exposto, o que comprova juntamente com o levantamento das teses e dissertações registradas no catálogo da Capes o ineditismo do estudo e a importância dos avanços das pesquisas nas referidas áreas do conhecimento.

A tecnologia vem avançando de uma forma bastante acelerada e com ela os novos desafios impostos à pós-graduação. Percebe-se que há um aumento crescente das redes colaborativas nos programas, com base na quantidade de grupos de pesquisa registrados no Diretório dos grupos de pesquisa do Brasil/CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a participação em redes que fomentam o trabalho coletivo através da pesquisa. Isso leva a refletir sobre a formação dos capitais intelectuais e os espaços em que estão inseridos os pesquisadores. Pierre Lévy (2015) apresenta uma reflexão sobre os quatro espaços em que estamos engranzados: A Terra, o Território, O Espaço das mercadorias e o Espaço do saber. A Terra é o lugar onde a humanidade, os vegetais, animais e tantos outros seres vivos encontram-se e por uma organização social e de instinto separam-se e assim são criados os territórios. O Território configura-se em um espaço antropológico, onde foram formadas as civilizações, cidades, estados e grupos de acordo com as evoluções e invenções. O espaço das mercadorias está relacionado à criação da moeda e comercialização de tudo, desde os espaços territoriais até os alimentos. Nele está o capitalismo e o consumo exacerbado e desenfreado de mercadorias que possuem um único objetivo, o dinheiro. Já o Espaço do saber, onde está diretamente relacionado o objetivo dessa pesquisa pode-se dizer que trata de algo abstrato. Não é apenas o conhecimento científico, mas sim um espaço onde se unem experimentos individuais e coletivos. Os intelectuais coletivos são capazes de construir universos virtuais e ciberespaços, podendo desenvolver a comunicação e o aprendizado em diversos territórios existentes na Terra, mas que também geram interesses econômicos e produção de mercadorias.

A busca por formadores de capitais intelectuais através do Espaço do saber resultou na escolha do tema da pesquisa que foi também resultado do trabalho de dissertação de mestrado que desenvolveu um estudo sobre a Rede Internacional de Investigação em Direito Educativo em dois dos maiores países da América Latina, o México e o Brasil. O estudo apresentou discussões para tratar a aplicabilidade do

que está previsto na Constituição e nas leis dentro da realidade educacional. Fez uma reflexão sobre as formas em que Brasil e México atuam na promoção do Direito Educativo, tendo a RIIDE (Rede Internacional de Investigação em Direito Educativo) como subsídio na contenda aos problemas da desigualdade no ensino. Ao desenvolver a pesquisa ficou evidente a experiência cultural, intelectual e social, que possibilitou a imersão em um contexto educativo diferente do Brasil, mesmo que em muitos aspectos sejam parecidos, pois enfrentam grandes problemas em relação à desigualdade e equidade na educação.

O Direito Educativo (DE) é considerado uma ciência nova no Brasil, de modo que os pesquisadores e estudiosos que fazem parte da RIIDE trabalham para que o DE seja integrado à área do Direito e dessa forma sejam estudadas as leis e políticas educacionais. Por meio dessa inclusão seriam colocadas em prática as normas, mas também a sanção do não cumprimento das leis, uma vez que, todas as outras áreas, tais como, tributárias, civis e empresariais, atuam com penalidades caso não sejam obedecidas as cláusulas. Na educação não se conta com nada disso e essa efetivação das regras só é aplicada quando o cidadão entra na justiça para fazer valer o seu direito referente às políticas educacionais. A RIIDE propõe também que todas as leis educacionais sejam compiladas em um livro que facilite os estudos e análises. Um manual do Direito Educativo que contemple os direitos à educação.

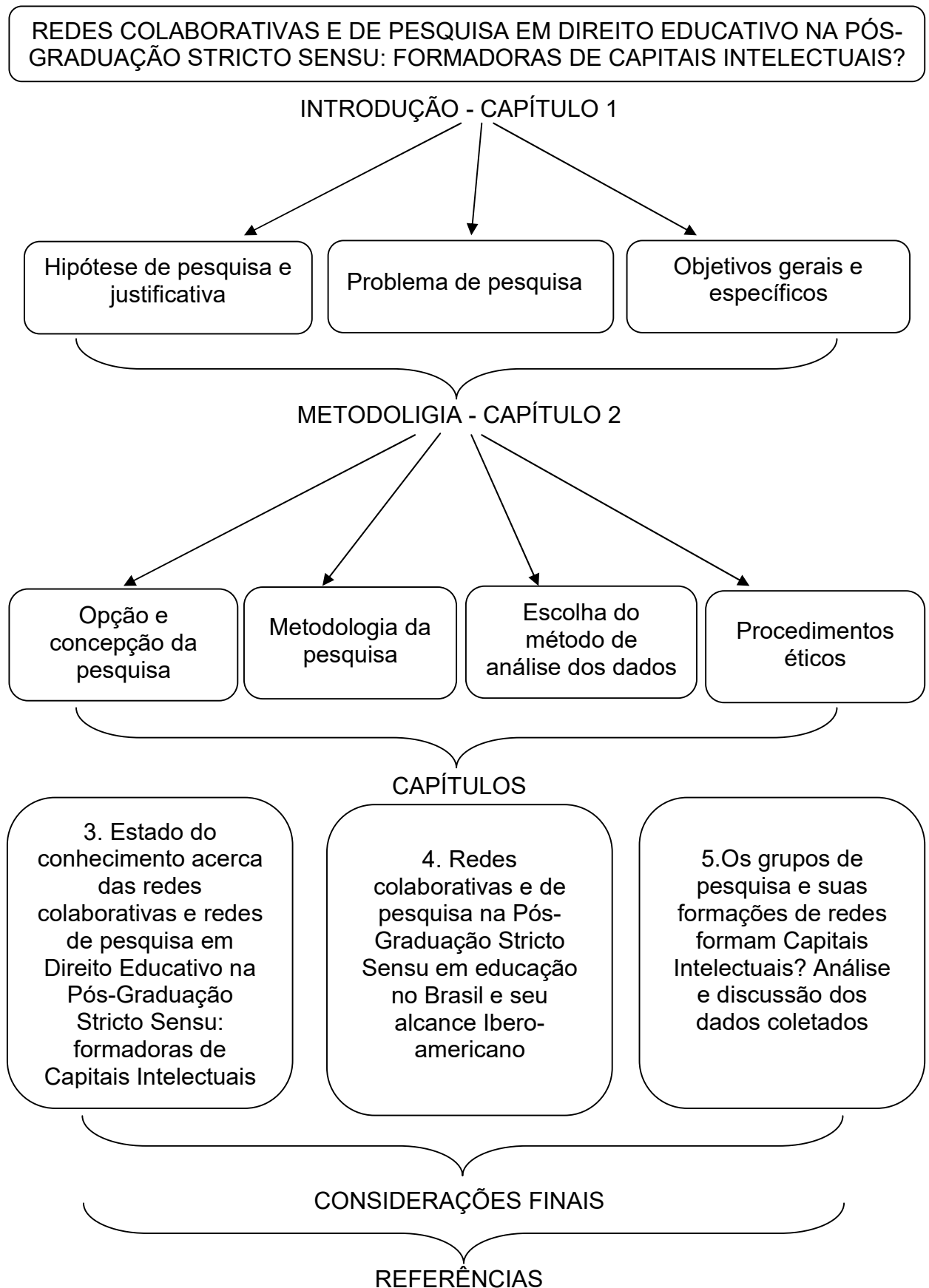
Com o intuito de dar seguimento, com maior profundidade, aos temas: Direito Educativo, Redes Colaborativas e Capital Intelectual, surgiu a vontade de continuar na mesma linha de pesquisa, porém com perspectiva na pós-graduação e questão das relações internacionais no contexto ibero-americano. Com isso, analisar quais programas de pós-graduação completos, com mestrado e doutorado, participam de redes colaborativas e de pesquisa na área do Direito Educativo, quais suas relações internacionais e de que maneira são capazes de formar capitais intelectuais.

Segundo Gonzaga (2011), quando se dedica à pesquisa está-se alimentando a formação profissional e ao mesmo tempo contribuindo com a crítica e a reflexão dos problemas que envolvem a sociedade. A busca por conhecimento e ampliação dos estudos científicos é apenas um dos objetivos das Redes Colaborativas, pois é através do diálogo e troca de experiências que surgem as buscas por melhorias, evoluções materiais e sociais.

A tese propõe uma discussão acerca da formação de capitais intelectuais por meio da produção de conhecimentos científicos nos programas de Pós-Graduação *stricto sensu* através das redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo. Por meio de capítulos foi estruturado em seis partes: na primeira é apresentado o tema, sua delimitação, problemas de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos, juntamente com os argumentos em torno da relevância da pesquisa. Na segunda parte são apresentados o percurso metodológico da pesquisa. Na terceira seção está o levantamento das produções, ou estado do conhecimento, onde um recorte foi publicado na Revista de Ciências Humanas, ISSN: 1981-9250. Na quarta parte é exposta a coleta de dados referente aos grupos de pesquisa que participam de redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo, formadoras de capitais intelectuais, parte desse estudo também foi publicado na Revista Cuadernos de Educación y Desarrollo, ISSN: 19894155. A quinta parte apresenta a análise dos resultados do questionário encaminhado aos líderes dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, assim como a análise dos Lattes dos líderes que não responderam ao questionário, com o propósito de encontrar relações e produções advindas dos grupos de pesquisa do qual fazem parte e exercem um papel de liderança. A sexta e última parte conta com as considerações finais acerca da pesquisa como um todo, discussão sobre os artigos apresentados e se foram ou não alcançados os objetivos propostos.

Abaixo segue o esquema para visualizar a organização da tese:

Figura 1 - Esquema da tese



A universidade encontra-se diante de novos desafios impostos à pós-graduação pelo sistema de avaliação nacional. Compreender a formação de capitais intelectuais através das redes colaborativas é uma necessidade, já que as cobranças por produções científicas definem além dos conceitos dos programas de mestrado e doutorado o rumo da educação e pesquisa. É preciso traçar novas rotas, ampliando socialmente as potencialidades humanas. Através das redes pode-se expandir para além das fronteiras e do espaço convencional da pesquisa, trazendo novos atores para a produção de conhecimento e desenvolvimento científico. Mesmo que o contexto da fala da autora abaixo citada tenha relação com a linha de políticas de formação de professores, ela traz em seus escritos e estudos a importância da Pós-Graduação na produção do conhecimento para regulação de direitos e relações dentro da sociedade. Assim, conforme Gatti:

Contemporaneamente e nos anos vindouros, cada vez mais o acesso a e o domínio de conhecimentos relevantes socialmente associam-se a domínio de linguagens, ciências, tecnologias, domínio de estruturas que regulam direitos e relações de diferentes naturezas. Nessa perspectiva, não só a educação básica e superior das pessoas entram em jogo, mas também a pós-graduação, na medida mesma da sofisticação das sociedades, dos tipos de conhecimento e suas formas de produção, e dos recursos necessários à sobrevivência humana (Gatti, 2001, p.115).

O avanço da tecnologia foi um facilitador no que diz respeito ao crescimento de conhecimentos relevantes para a sociedade, associados ao domínio de linguagens, das ciências, tecnologias e às estruturas que regulam os direitos e relações de diferentes espaços. As redes colaborativas e de pesquisa fazem parte do processo de democratização e flexibilização da pesquisa, uma vez que estabelecem parcerias com outros países, universidades, diferentes realidades sociais e culturais. Quando se fala em Pós-Graduação e a necessidade de ampliação de novas formas de pensar e promover a ciência fala-se também de qualidade. A reflexão da autora Gatti (2001) faz pensar sobre a importância da temática para formação de capitais intelectuais e a criação de relações voltadas à pesquisa e produção de conhecimentos, juntamente com a necessidade de novas formas de produção científica, onde os formatos fechados e pré-estabelecidos não contribuem para o sucesso. Cada vez mais há a urgência do trabalho em equipe em espaços diferenciados e a formação de capitais intelectuais.

A inquietação com a qualidade consta também na proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), mais precisamente o Parecer CFE nº977/65 aprovado em 3 de dezembro de 1965, que apresenta preocupação não só com o quantitativo, mas também com o qualitativo. Através dessas normas e pareceres percebe-se que um dos maiores objetivos são as produções de qualidade para fomentar a pesquisa. Desde a estruturação da pós-graduação no Brasil percebem-se os avanços na tecnologia e ciência. Apesar dessa estruturação ter colaborado muito com o desenvolvimento da pesquisa, ainda foi preciso muito trabalho para a interdisciplinaridade e a transposição de fronteiras. O parecer do PNPG pode ser considerado um marco para os avanços na pós-graduação.

O Parecer CES/CFE 977 de 1965, cujo relator foi Newton Sucupira, fornece a base conceitual que define a pós-graduação *stricto sensu* - mestrados acadêmicos e doutorados. As seguintes características fundamentais devem estar presentes nestes níveis de curso: ser de natureza acadêmica e de pesquisa e, mesmo quando voltado para setores profissionais, ter objetivo essencialmente científico. Os cursos de mestrado e doutorado são parte integrante do complexo universitário, necessários à plena realização dos fins essenciais da universidade. Sendo assim, o documento estabelece que além dos "interesses práticos imediatos, a pós-graduação tem por fim oferecer, dentro da universidade, o ambiente e os recursos adequados para que se realize a livre investigação científica e onde possa afirmar-se a gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária" (Mestrado, PNPG, 1965, art.69).

Em 1965 o parecer 977, mesmo que de forma breve e tampouco esclarecedora já apresentava preocupação relacionada à cultura universitária. Os aspectos culturais e de historicidade certamente já faziam parte das discussões e implantações dessas normativas, que basicamente tratavam de pronunciamentos por escrito de opiniões técnicas assinadas e datadas por um especialista. Sucessivamente aparecem os principais objetivos que compõem o documento, chamando atenção para a qualidade quanto ao ensino e composição dos grupos docentes dos programas de mestrado e doutorado:

São três os objetivos práticos que justificam a necessidade do oferecimento de mestrados e doutorados eficientes e de alta qualidade:

1. formação de professorado competente que possa atender a demanda no ensino básico e superior garantindo, ao mesmo tempo, a constante melhoria da qualidade;
2. estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores;

3. assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.

À época, os consultores já consideravam o aspecto de inovação como fundamental para o desenvolvimento do país, da mesma forma como o é na atualidade. A ênfase à inovação na formação de mestres e doutores é expressa no documento na seguinte meta: "formar os nossos próprios cientistas e tecnólogos, sobretudo tendo em vista que a expansão da indústria brasileira requer número crescente de profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos, e para cuja formação não basta a simples graduação" (Mestrado, PNPG, 1965, art.69).

Fica clara a importância e preocupação com o desenvolvimento da pesquisa científica desde a década de 60, quando se pensou o *Stricto Sensu*, o quanto a formação de trabalhadores intelectuais estava presente na própria resolução da pós-graduação. Com base nos três objetivos iniciais desde a construção do primeiro PNPG, o aspecto de inovação foi sendo cada vez mais evidenciado e tornado essencial para o crescimento da ciência e pesquisa. O atual PNPG 2011/2020, ainda vigente, traz reflexões acerca de estratégias inovadoras que possam desenvolver a aprendizagem, formação acadêmica e a pesquisa. Acredita-se que a internacionalização pode ser uma consequência positiva gerada a partir do objetivo 3, onde se busca a formação de profissionais altamente capacitados para o desenvolvimento nacional e daí vem a necessidade de procurar novos conhecimentos e inovações.

[...] Dar um tratamento diferenciado a cada um desses níveis e com foco no doutorado e pós-doutorado é uma tendência que acarreta mudanças importantes no padrão vigente de organização da pós-graduação. É preciso ampliar o envolvimento da pós-graduação com a graduação, por meio de programas de estímulos à docência, à pesquisa e novas formas criativas de interação. Ao mesmo tempo, é necessário reforçar a importância da pesquisa nos processos de inovação e atendimento às demandas da sociedade e criação de novas oportunidades. Além disso, é importante estimular a geração de novos empreendimentos (startups) em todos os campos de atividade, que transformem o conhecimento produzido em benefícios para sociedade (Sumário, PNPG 2011/2020, p. 64-5).

As redes de pesquisa e de colaboração trazem respostas referentes aos envolvimento necessários da pós-graduação com a sociedade e as formas criativas de interação. Uma vez que, através da influência mútua com diversas culturas, trocas de experiências e produção de conteúdo científico, é possível criar capitais intelectuais e transpor as barreiras fronteiriças.

Como resultado dessa crescente busca por inovações e crescimento intelectual, tem-se as produções em conjuntos, publicações de livros, artigos científicos entre membros de distintas universidades e países. Através das redes colaborativas são estabelecidas parcerias e possíveis capitais intelectuais com temas ou interesses em comum. Compreender o que as redes produzem e de que forma podem colaborar com a formação desses capitais, são dois dos anseios da pesquisa.

Quem são os geradores desses saberes e os desafios que enfrentam para essa formação na pós-graduação são apenas dois dos pontos a serem investigados. Outro aspecto é a possível formação de capitais intelectuais e a perspectiva de rede por todos os envolvidos.

As redes são utilizadas como forma de mudanças e como estratégias para produção científica. Como atuam, interagem e quem são os sujeitos que tem acesso e oportunidades nesses processos também faz parte da investigação. Sendo um estudo desenvolvido em âmbito nacional, é importante saber quais os países ibero-americanos que desenvolvem parcerias através das redes de pesquisa com o Brasil. Como cooperam e quais são os resultados obtidos através dessas organizações nos programas de pós-graduação, também serão reflexionados.

Na construção de uma tese buscam-se algumas respostas e juntamente com os questionamentos estão as crenças e as expectativas em relação ao tema. Como proposição a ser discutida e defendida estão quatro palavras-chave que norteiam o estudo. São elas: redes colaborativas e de pesquisa, Direito Educativo, Pós-Graduação Stricto Sensu e capitais intelectuais. Com a pesquisa pretende-se comprovar, ou seja, tem-se como tese que as redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo formam capitais intelectuais a partir de grupos de pesquisas nacionais, no contexto ibero-americano.

De que forma as redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo formam capital intelectual nos programas de pós-graduação stricto sensu em Educação no Brasil, na perspectiva de qualificar a formação de pesquisadores e a socialização dos resultados de suas pesquisas?

1.1 Objetivo geral

Conhecer de que maneira as redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo e Direito à Educação formam capital intelectual nos programas de pós-graduação stricto sensu em Educação no Brasil, bem como, analisar se essas relações intensificam a qualificação nos processos de formação de pesquisadores e socialização dos conhecimentos e produtos gerados na perspectivas de seus atores.

1.2 Objetivos específicos

- Identificar como estão organizadas as Redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo na Pós-Graduação stricto sensu em Educação no Brasil e seu alcance ibero-americano através do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes.
- Compreender como ocorre a formação de Capital Intelectual por meio das redes nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação.
- Analisar como a temática do Direito educativo é abordada nos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação a partir de suas redes de colaboração e de pesquisa.

1.3 Organização da tese – Aos capítulos 1 e 2 pertencem a Introdução e Metodologia. Os demais seguem:

1.3.1 Terceiro Capítulo - Estado do conhecimento acerca das redes colaborativas e redes de pesquisa em direito educativo na Pós-Graduação Stricto Sensu: formadoras de capitais intelectuais.

O capítulo apresentará os dados de cinco descritores: redes colaborativas, redes de pesquisa, direito educativo, redes intelectuais e pós-graduação stricto sensu. No formato de estado do conhecimento buscamos a partir dessa pesquisa comprovar o ineditismo da proposta de tese e a discussão sobre os conceitos de Direito Educativo, Direito à Educação, Redes Colaborativas, Capital Intelectual e Redes de Pesquisa.

1.3.2 Quarto Capítulo – Redes Colaborativas e de Pesquisa na Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação no Brasil e seu alcance Ibero-Americano.

Nesse capítulo foram abordados os dados referentes às redes colaborativas e de pesquisa, juntamente com o alcance ibero-americano que os pesquisadores conseguem chegar através da organização em grupos de pesquisa. Foram feitas pesquisas documentais através do site do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil Lattes e, por meio da coleta de dados, serão apresentadas as redes existentes e oficializadas no site através de um mapeamento. São evidenciados também os grupos que fomentam as redes colaborativas e de pesquisa, quais universidades fazem parte, regiões, países pertencentes e áreas de pesquisa.

1.3.3 Quinto Capítulo – Os grupos de pesquisa e suas formações de redes formam Capitais Intelectuais? Análise e discussão dos dados coletados.

O capítulo apresenta a análise e discussão dos dados da pesquisa e seus desfechos, com o desígnio de compreender se as redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo na Pós-Graduação Stricto Sensu formam capitais intelectuais. Juntamente com a análise foram retomados os conceitos de Direito Educativo, Direito à Educação, Redes Intelectuais e Capitais Intelectuais com o propósito de contextualizar os dados analisados e a temática proposta. Apresenta os resultados alcançados através das respostas obtidas pelo questionário e, como complementação da pesquisa, a análise dos currículos Lattes dos Líderes dos Grupos de Pesquisa selecionados.

2 METODOLOGIA

Os caminhos teóricos e metodológicos de uma pesquisa são baseados num conjunto de atividades que tem por objetivo a descoberta de novos conhecimentos de domínio científico, por tratar-se de um estudo investigativo com indagações minuciosas. Essa exploração implica cuidados referentes às fontes de informação e de que modo esses entendimentos e apropriações dos conhecimentos são apresentados. Nesse contexto, chama a atenção a observação do autor Demartini (2006), é preciso compreender que o processo de pesquisa envolve uma complexidade bastante elevada, pois envolve descobertas e impasses que devem ser cuidadosamente analisados, o que coloca os pesquisadores em situações de incertezas, que vão além de traçar caminhos previamente definidos.

Tal complexidade está diretamente relacionada aos métodos que serão utilizados de modo a alcançar os objetivos propostos, sendo necessário levantar hipóteses, inserir-se no meio social no qual o objeto de pesquisa encontra-se, assim como, relacionar a historicidade com as supostas respostas que se pretende receber. Nas palavras de Demartini (2006) pode-se compreender ainda melhor as inúmeras implicações que compõem a prática de uma pesquisa:

Esta é a prática de uma pesquisa que tentamos desenvolver, de um lado, ficarmos atentos ao rigor dos conceitos teóricos e à procura de respostas para a problemática formulada, mas, de outro, estarmos "livres" para podermos captar as tramas da realidade investigada. Esta postura implica a discussão sistemática e contínua ao longo de toda a pesquisa, com reformulação da problemática e a incorporação de novos sujeitos (Demartini, 2006, p. 67).

É através da pesquisa que se constroem conhecimentos, novas formas de pensar e enxergar o mundo. Os estudos científicos mostram os caminhos da verdade ou a aproximação dela. Quando se propõem a fazer parte de uma pesquisa, tanto como pesquisador ou como o objeto, devem estar preparados para as dificuldades que serão encontradas durante todo o processo de elaboração. Nem sempre se conseguem os resultados ou respostas esperados. Pesquisar é surpreender-se e ser surpreendido.

2.1 Opção e concepção de pesquisa

Com base nos objetivos que permeiam o estudo, de modo a identificar como as Redes Colaborativas e as Redes de pesquisa em Direito Educativo na Pós-Graduação *Stricto Sensu* formam capitais intelectuais, traz-se aqui as devidas relações entre a teoria e a metodologia. Há entre elas uma analogia que as torna indissolúveis. Não é possível desenvolver uma pesquisa sem que haja coerência para que se perpetue uma prática adequada. É preciso que a metodologia seja clara e objetiva.

Nesse caráter, a percepção teórica da realidade e a metodologia que foi utilizada no estudo restringem-se ao campo da análise de dados, assim denominando a investigação como sendo uma metodologia de estudo hermenêutica.

Com base nas convicções de Schleiermacher (1999) o princípio da hermenêutica está baseado na compreensão particular de cada indivíduo, porém as interpretações individuais só podem ser entendidas a partir do todo, levando em consideração os aspectos relacionados ao meio social e cultural de quem está interpretando e sendo investigado. Outro aspecto que foi pensado são as perguntas. Como elas foram feitas, qual contexto e quais os objetivos buscados através dos questionários, são indagações essenciais. É preciso ter muito cuidado ao colocar-se como entrevistador, de maneira a não influenciar as respostas. Uma tarefa bastante complicada, já que ao propor um questionamento o ser humano faz inferências e de certa maneira acaba por esperar uma certa resposta ou posicionamento. A imparcialidade é necessária em todo o processo. Desde a elaboração dos questionários até a interpretação dos dados. Gadamer (1997) traz uma reflexão sobre as perguntas:

A colocação de uma pergunta pressupõe abertura, mas também uma limitação. Implica uma fixação expressa dos pressupostos que estão de pé, a partir dos quais mostra-se o questionável, aquilo que permanece ainda aberto. Por isso também a colocação de uma pergunta pode ser correta ou falsa, segundo chegue ou não ao terreno do verdadeiramente aberto. Dizemos que a colocação de uma pergunta é falça quando não alcança o aberto, mas o desloca pela manutenção de falsos pressupostos. Enquanto pergunta, ostenta abertura e decisibilidade. Mas quando o que se pergunta não se destaca – ou ao menos não corretamente – face aos pressupostos que se mantém de pé, então não se chega realmente ao aberto e, por conseguinte, não se pode decidir nada (Gadamer, 1997, p. 535).

O cuidado com a abertura para uma pergunta sem tornar a resposta limitada é um exercício a ser praticado. Estar aberto e aceitar as mais diversas e surpresas réplicas precisa ser um dos pré-requisitos para elaboração de análise de dados. Ainda na linha de pensamento de Gadamer (1997), somente tem saber aquele indivíduo que tem perguntas, porém as perguntas envolvem sempre a oposição do sim e do não. A hermenêutica, segundo Gadamer não tolera restrição, trata-se de uma linha de pensamento que tem a universalidade e multiplicidade como um dos precursores para o desenvolvimento da linguagem oral ou escrita.

No pensamento de Schleiermacher (1999, p.20) "O objetivo final de sua hermenêutica é antes a compreensão do autor e não apenas a compreensão do texto, o que determina o enfoque teórico da hermenêutica romântica como psicológico".

Em uma perspectiva epistemológica, a concepção hermenêutica procura compreender a educação no contexto social através da interpretação do autor em questão. Porém, é preciso estar disposto a corrigir e aceitar os eventuais mal-entendidos, assim como, compreender as diferenças da linguagem. Na idade média, a hermenêutica baseava-se na ideia de que todos pensavam da mesma forma e por isso as investigações eram fundamentadas a partir de uma única forma de pensamento. A citação de Schleiermacher enfatiza:

A arte da compreensão, enquanto esforço consciente e metódico, sobre o qual a hermenêutica geral deve refletir, parte da pressuposição oposta, a saber, "que o mal-entendido se produz por si e que a cada ponto a compreensão deve ser desejada e buscada". Note-se que a prática metódica está previamente determinada pela necessidade de justificação racional e consciente da operação interpretativa. Ela de modo algum pressupõe que sempre haja "diferenças de linguagem" e "diferenças de pensamento" entre o falante e o ouvinte, entre o escritor e o leitor. Muito pelo contrário, "ela parte da diferença da língua e do modo de combinação, a qual deve seguramente repousar sobre a identidade" (Schleiermacher, 1999, p. 16).

No contexto do estudo e análise de dados, levando em consideração as ideias do pensador citado acima, a arte da compreensão, mais precisamente a hermenêutica busca sistematizar esse processo, tendo em vista que para analisar os dados é preciso compreender o contexto no qual está inserida a pesquisa. É com esta metodologia que se pretende investigar em que medida as redes colaborativas e redes de pesquisa em Direito Educativo formam capital intelectual nos programas

de pós-graduação *stricto sensu* em Educação no Brasil, bem como, analisar se essas relações intensificam a qualificação nos processos de formação de pesquisadores e socialização dos conhecimentos e produtos gerados na perspectiva de seus atores. Schleiermacher (1999) explica que a compreensão não é algo garantido, mas sim provisório, um discurso produzido. É um entrecruzamento da linguagem e da vida do autor, portanto nunca se dá inteiro e simultâneo. Flickinger conjectura:

Ao querer expressar nossas ideias, nossos argumentos, acontece que a formulação da primeira parte de uma frase exige, ela mesma, uma continuidade que vem da própria linguagem, em função do ritmo prefigurado no esboço inicial. Essa exigência, cuja legitimação se deve muito mais à própria qualidade da linguagem do que à força do argumento, é capaz de até mesmo nos levar ao desvio do tema escolhido; e não é fácil ignorá-la, sem pagar o preço da destruição da fluência, própria às articulações rítmicas. Por vezes, os desvios nos levam para além do conteúdo inicial pretendido, colocando pistas novas a nossas considerações e impondo-lhes uma direção argumentativa inesperada (Flickinger, 2010, p. 12-3).

Até a linguagem e o estilo utilizados para elaborar as perguntas interferem nas respostas e, conseqüentemente, nas interpretações. É preciso ter muito cuidado na construção dos questionários. Não deixar que as vivências epistemológicas interfiram nos resultados é uma tarefa bastante difícil e desafiadora. A hermenêutica possui como técnica a interpretação, sem mudar o verdadeiro sentido das palavras de acordo com o que realmente foi dito ou escrito. É necessário não influenciar os resultados.

2.2 Metodologia da pesquisa

O desenho metodológico do estudo foi desenvolvido através do enfoque qualitativo, mesmo contando com dados quantitativos e estatísticos, o objetivo da pesquisa vai muito além dos números, é um estudo baseado nas razões, reflexões e relações existentes nos grupos de pesquisa e seus atores. Partilhando das ideias de Chizzotti (2003), os estudos dos fenômenos sociais estão repletos de particularidades, tendo a interpretação dos significados e as interações sociais como fatores mais importantes que as quantificações, podendo utilizar os dados quantitativos para desenvolver a pesquisa qualitativa, tornando-a legítima e não menos importante. Entende-se por qualitativa a investigação que obtém como fonte

direta de dados o ambiente natural, compondo o investigador como instrumento principal. Como escreveu Bogdan e Biklen:

Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudos porque se preocupam com o contexto. Entendem que as acções podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem. Quando os dados em causa são produzidos por sujeitos, como no caso de registos oficiais, os investigadores querem saber quando e como e em que circunstâncias é que eles foram elaborados. Quais as circunstâncias e movimentos de que fazem parte? Para o investigador qualitativo divorciar o acto, a palavra ou o gesto do contexto é perder de vista o significado (Bogdan; Biklen, 1994, p. 48).

As estratégias qualitativas aproximam-se das mudanças diárias tendo contato direto com o objeto da pesquisa. Desse modo, estimula o entrevistado a pensar e a se expressar, por isso é considerado um estudo que possui carácter exploratório. Os investigadores qualitativos costumam interessar-se mais pelo processo como se dá a pesquisa do que pelos resultados obtidos. Bogdan e Biklen (1994) acreditam que as investigações qualitativas determinam que o mundo seja analisado com a ideia de que nada é banal, onde tudo pode apresentar inúmeras potencialidades para melhor compreender o que se busca com as investigações. Os questionamentos são essenciais e se fazem presentes durante todo o processo da pesquisa. Eles ainda ressaltam algumas perguntas que podem ser utilizadas como exemplo: "Por que é que estas carteiras estão arrumadas desta maneira? Por que é que algumas salas estão decoradas e outras não? Por que é que determinados professores se vestem de maneira diferente dos outros?" (Bogdan; Biklen 1994, p. 49).

Nenhum detalhe pode passar despercebido e nada pode ser considerado menos importante, todo o contexto e historicidade devem ser analisados e respeitados.

Conforme Gil (2002) a pesquisa é um procedimento racional e sistemático, capaz de encontrar respostas aos problemas levantados. É um trabalho estruturado em inúmeras fases, desde a elaboração do problema até a apresentação dos resultados. Nessa concepção, o estudo foi desenvolvido através de cunho bibliográfico documental e de campo. Como fontes básicas para a elaboração do trabalho de tese estão os autores: Pierre Bourdieu com as teorias relacionadas aos capitais culturais, sociais e econômicos; Bernadete Angelina Gatti com suas abordagens acerca das políticas públicas na América Latina; Dermeval Saviani com

suas perspectivas em educação e sociedade; Raúl E. Soria Verdera para tratar das questões dos Direitos Educativos; Eduardo Devés-Valdés; Hans-Georg Gadamer e Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher, pensador da Filosofia, tendo a hermenêutica como fundo geral das investigações.

Para Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é elaborada com materiais constituídos de livros e artigos científicos, sendo que grande parte dos estudos exploratórios são definidos como investigações a partir de obras bibliográficas. São as informações obtidas nas bibliografias que permitem ao investigador uma cobertura mais ampla dos conhecimentos requeridos.

Ainda Gil (2002) apresenta os conceitos da pesquisa documental que possui muitas semelhanças com a pesquisa bibliográfica. Tanto uma quanto a outra são formadas pela natureza das fontes, porém a bibliográfica é constituída por materiais impressos ou existentes em bibliotecas. Já a documental possui a característica de ser mais diversificada e de certa forma dispersa, podendo ser utilizados documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e privados, cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, vídeos, ofícios, boletins entre outros. Os documentos analisados na pesquisa são de domínio público, disponibilizados pelo Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil da Plataforma Lattes¹. Foram utilizados também documentos que tratam de projetos que envolvem o tema do Direito Educativo e as Redes de pesquisa e de colaboração.

A pesquisa de campo, segundo Gil, ocorre da seguinte maneira. Tipicamente o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade,

¹ A Plataforma Lattes é acessada através do seguinte sítio na internet: (http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf).

pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado (Gil, 2002, p. 53).

A sustentação e embasamento teórico do trabalho partiram de uma investigação que conta com os três tipos de pesquisa conceituados no corpo do projeto. Sendo de enfoque qualitativo, as pesquisas bibliográficas, documentais e de campo serão de fundamental importância na coleta de elementos relevantes para o estudo. Ao fazer a pesquisa de campo foi aplicado um questionário aos 30 líderes dos grupos de pesquisa que fazem parte da investigação². Na primeira tentativa foram encaminhados os questionários por e-mail, com um prazo de 15 dias para retorno, ao não obter sucesso foram enviados mais uma vez com prazo de 7 dias, onde foram recebidas as respostas de apenas dois líderes. Foi feita mais uma terceira tentativa e ninguém retornou. Logo em seguida, o questionário foi encaminhado via redes sociais, mais precisamente através do Facebook e Instagram, onde na primeira tentativa nenhum êxito foi obtido. Com um intervalo de dois em dois dias durante o período de três semanas seguiram-se os encaminhamentos, porém depois de toda a insistência foram conseguidos um total de 6 respostas e, então, foi dado o início à análise e interpretação dos dados coletados, conforme foi anunciado no projeto e aprovado no Conselho de Ética, onde dizia que, se com todas as tentativas não fossem obtidos o percentual esperado seria dado o início da análise com o que fora coletado. Considerando o número de devolutivas muito baixo e com o objetivo de obter as respostas esperadas, foi pensada uma nova proposta de complementação de análise através dos currículos Lattes de cada líder dos grupos de pesquisa, de modo a buscar relações e produções através das informações contidas no corpo do currículo. O estudo contou também com materiais e informações levantadas por pesquisa bibliográfica nos sites do CNPQ e CAPES.

2.3 A escolha do método de análise dos dados

Para encontrar as respostas propostas na investigação e garantir uma melhor organização das ideias, os dados foram coletados através das pesquisas

² A relação dos 30 grupos de pesquisa está nas Tabelas 3 e 4, nas páginas 34-6.

bibliográficas, documentais e de campo. Foram angariadas informações sobre grupos de pesquisa que utilizam redes colaborativas e abrangem a temática dos Direitos Educativos.

O método de análise de dados utilizado na pesquisa partiu de uma revisão sistemática da literatura, associada à capacidade exploratória e explicativa onde foram encontradas respostas e, dessa maneira, foi construído o estudo científico. De acordo com o delineamento metodológico da investigação, o enfoque principal foi o qualitativo, mesmo que apareçam dados quantitativos, através da análise de conteúdo que conduz de forma apropriada a apreciação de documentos e de levantamento do questionário que foi aplicado aos líderes dos Grupos de pesquisa. Qualitativo pelo fato de considerar todos os contextos sociais e historicidades de todos os envolvidos. De acordo com Chizzoti:

Diferentes tradições de pesquisa invocam o título qualitativo, partilhando o pressuposto básico de que a investigação dos fenômenos humanos, sempre saturados de razão, liberdade e vontade, estão possuídos de características específicas: criam e atribuem significados às coisas e às pessoas nas interações sociais e estas podem ser descritas e analisadas, prescindindo de quantificações estatísticas (Chizzotti, 2003, p. 9).

As investigações qualitativas trabalham com a tese de que é mais importante a qualidade das pesquisas do que a quantidade propriamente dita. Dados quantitativos são de grande importância, mas não podem perder as questões relacionadas aos fenômenos humanos e às interações sociais.

De acordo com a apreciação dos dados e com a organização da análise, baseada na autora Bardin (1977), a pesquisa foi organizada em três etapas conforme análise de conteúdo: Pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

- 1) Pré-análise;
- 2) Exploração do material;
- 3) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A etapa 1 (pré-análise), segundo Bardin (1977), é a fase de organização das ideias, com o objetivo de estabelecer um esquema preciso de desenvolvimento da pesquisa. São três passos que fundamentam essa primeira etapa: a escolha de documentos que foram submetidos à análise; a formulação das hipóteses e dos

objetivos; e a preparação de indicadores que fundamentam a interpretação dos dados.

A etapa 2 (exploração do material), segundo Bardin, (1977) é a fase da análise e a administração sistemáticas das decisões tomadas na primeira fase e aplicação de questionário. Foi o momento em que os materiais foram reunidos. Para melhor organização e entendimento dos dados coletados, a exploração dos materiais foi exposta em forma de tabela e com a descrição das informações necessárias em cada espaço, que contemplam os grupos e redes de pesquisa, a cooperação internacional através das redes, cooperação nacional e a produção de capital intelectual.

Tabela 1 - Exploração do material

Redes de pesquisa	Cooperação internacional	Cooperação Nacional	Produção de capital intelectual

Ainda dentro da exploração de materiais. Foram tratadas e apresentadas as definições dos sujeitos que participaram das entrevistas e que compõem as mostras de resultados.

Tabela 2 - Continuação exploração do material

Grupo de pesquisa	Líder	Contato de líder

Após a separação dos sujeitos e grupos de pesquisa foi aplicado o questionário através dos endereços de e-mail coletados por meio da pesquisa no site do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Através da consulta

parametrizada, nos campos da educação foi possível chegar ao número de 30 grupos de pesquisa na área da educação que fazem parte de redes de pesquisa e possuem relação com o Direito Educativo e o direito à educação. Foi encaminhado um questionário com 4 perguntas:

1. Quais as principais atividades realizadas pelo seu grupo ou rede de pesquisa:
 - () Eventos
 - () Desenvolvimento de pesquisa
 - () Elaboração de artigos e capítulos de livros
 - () Organização de livros
 - () Promoção de cursos
 - () Capacitação de profissionais
 - () Orientação de dissertação e tese
 - () Outras, quais

2. Capital intelectual é conceitualmente definido como os conhecimentos advindos da integração de intelectuais de distintas culturas, dimensões socioeconômicas e políticas que compartilham, potencializam as pesquisas, relações, intercâmbios, projetos e tantas outras maneiras de desenvolver aprendizado. Que ações realizadas pelo seu grupo ou rede de pesquisa você considera que oportunizam a formação de capital intelectual?

3. De que forma ocorre a participação/ relação com outros pesquisadores de outros países e/ou instituições nas ações realizadas pelo seu grupo ou rede de pesquisa?

4. Como se dá o aproveitamento, escrita de artigos, livros, capítulos de livros, eventos voltados aos temas de pesquisa, projetos de extensão ou outras atividades acadêmicas afins, através das ações realizadas no seu grupo ou rede de pesquisa pelos participantes/orientandos de mestrado ou doutorado?

Nos apêndices estão anexados o roteiro do questionário e o termo de consentimento livre e esclarecido.

Foi escolhida a análise de conteúdo como referência para a apreciação dos dados, determinada pela abordagem hermenêutica. Para Bardin (1977) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas perpetuadas através da comunicação, não podendo ser considerada um instrumento, mas sim um campo de aplicação vasto e adaptável. Ainda Bardin:

De facto, se nos tentamos distanciar em relação aos métodos de análises de conteúdo e ao domínio em que estes podem ser explorados, apercebemo-nos de que o campo de aplicação é extremamente vasto. Em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 1977, p. 32).

O autor evidencia que a análise de conteúdo é de caráter amplo e vasto, que podem ser conhecimentos de natureza psicológica, sociológica, histórica, econômica, entre outras. A hermenêutica está presente, uma vez que a interpretação é uma das maiores responsáveis pelo transporte da comunicação e dos significados. Bardin (1977) salienta que a finalidade da análise de conteúdo está em saber esclarecer a especificidade e o campo da ação do objeto de pesquisa. Um guia prático que ajuda a estabelecer a ordem e a formulação das hipóteses que se buscam em uma investigação.

Como ponto de investigação busca-se compreender o funcionamento e ordem do objeto de pesquisa. A investigação partiu do estudo bibliográfico, análise de dados e de campo que pretendeu conhecer em que medida as redes colaborativas e redes de pesquisa em Direito Educativo formam capital intelectual nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação no Brasil, bem como, analisou se essas relações intensificam a qualificação nos processos de formação de pesquisadores e socialização dos conhecimentos e produtos gerados na perspectivas de seus atores.

Após a consulta parametrizada no Diretório dos grupos de pesquisa do Brasil (CNPq) buscou-se os grupos de pesquisa que possuem relações internacionais com países ibero-americanos e que participam de redes de pesquisa. Também foram levantados os nomes dos líderes e instituições de ensino a qual fazem parte. É importante ressaltar que a maioria dos grupos existentes não faz parte de redes de pesquisas e muito menos possuem relações ou parcerias com pesquisadores internacionais. Com foco no Direito Educativo de 10 grupos, apenas 3 participam de

rede internacional. Um deles possui relação internacional, porém não estava descrito que tipo de relação ou país. Já com o termo Direito à educação, de 244 grupos, apenas 27 apresentam participação em rede ou relação internacional.

Os dados foram tratados e apresentados em forma de capítulo, seguindo a organização da tese, contudo, nas tabelas a seguir está o levantamento de todos os grupos de pesquisa investigados.

Por ser o Direito Educativo um conceito relativamente novo e pouco utilizado nas pesquisas, foram encontrados poucos resultados. Desse modo, buscou-se com o Direito à educação uma maior representação de grupos e redes de pesquisa que fomentem a produção científica e acadêmica. A terminologia “Direito Educativo” surgiu a partir dos estudos do Dr. Raúl Edilberto Soria Verdera, um dos idealizadores da RIIDE³, rede internacional que hoje contempla 17 países que possuem seus representantes e pesquisadores. Grupos de pesquisa:

Tabela 3 - Direito Educativo

Direito Educativo
1. Questão Social e Direitos Humanos na América Latina.
2. RIEDEDE- Rede Iberoamericana de Estudos em Docência, Emancipação e Direito Educativo.
3. Grupo de pesquisa em Therapeutic Jurisprudence.

Tabela 4 - Direito à educação

Direito à Educação
4. Dialogus - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho.
5. Diverso: Grupo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Saúde Mental, Redução de Danos e Direitos Humanos.

³ Rede Internacional de investigação em Direito Educativo que tem como propósito a emancipação do Direito Educativo através de rede colaborativa e de pesquisa. Trata-se de uma unidade de desenvolvimento humano que tem plena consciência dos seus direitos, obrigações, princípios, valores individuais e coletivos, que trabalha em busca de equilíbrio e reeducação através do respeito ao direito alheio e à paz. A RIIDE possui escritório localizado na cidade de Tuxtla Gutiérrez, no estado de Chiapas, México, Calle Canarias S/N Fracc.

6. Nome do grupo: Educação para as relações étnico-raciais e identidades afro-brasileiras.
7. Estudos Interdisciplinares em Sociais e Humanidades.
8. Filosofia e Educação Popular.
9. Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo.
10. Gênero e Diversidades.
11. GEPÊ Privação - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de Privação da Liberdade.
12. GEDH - Gestão, Educação e Direitos Humanos .
13. GPEDD - Grupo de Pesquisa Estado Democrático e Direitos
14. Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Educação Municipal.
15. GEABI - Grupo de estudos afro-brasileiras e indígenas UFPA/Altamira.
16. EDUJUS- Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Justiça Social.
17. GEPEH- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino de História e Práticas de Linguagem - Currículo, História e Cultura (UFMS).
18. GEU- Grupo de Estudos sobre Universidade (UNESC).
19. TCDES - Tribunais Constitucionais, Direito à Educação e Sociedade.
20. Grupo de pesquisa PRAXIS UFOPA.
21. Grupo de Pesquisas e Estudos sobre a Criança.
22. Inclusão em educação: Políticas públicas e movimentos instituintes; Formação de professores na/para diversidade e inclusão em educação; Educação, Direitos Humanos e Diversidade(s): Inclusão & Pluralidade(s).
23. COMUNIC - Mídia-Educação e Comunicação Educacional.
24. NEPEDILL- Grupo de estudos e pesquisas em Direito e Literatura.
25. NETPDH - Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos.
26. NUPPEGE- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação.
27. Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos.

28. Phrónesis: Jurisdição e Humanidades.
29. Políticas Públicas e Gestão da Educação.
30. Políticas Públicas e Concretização de Direitos Fundamentais.

A etapa 3: O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Foi feita a análise dos resultados obtidos e interpretação. Foi realizada a partir da categorização e das inferências, através de operações de codificação, decomposição e enumeração. Esta fase buscou amparo no referencial teórico construído durante a pesquisa em foco.

Nesta fase foi possível compreender o que cada resposta do questionário trouxe. Entender se os grupos de pesquisa em direito educativo ou direito à educação, juntamente com as redes colaborativas possuem alguma relação internacional e se formam capitais intelectuais são os principais objetivos da pesquisa. Diante da perspectiva hermenêutica deste estudo, será possível fazer as inferências necessárias para se alcançar o objetivo geral e responder o problema de pesquisa proposto.

Para justificar a escolha metodológica, legitimamos com Bardin (1977) a seguinte ponderação:

A análise de conteúdo fornece informações suplementares ao leitor crítico de uma mensagem, seja este lingüista, psicólogo, sociólogo, crítico literário, historiador, exegeta religioso ou leitor profano desejando distanciar-se da sua leitura aderente, para saber mais sobre texto (Bardin, 1977, p. 133).

Portanto, a utilização desta análise vem ao encontro da proposta teórica deste estudo, que busca numa perspectiva crítica e construtiva analisar se as redes colaborativas e de pesquisa em direito educativo na pós-graduação *stricto sensu* possuem relação internacional com outros pesquisadores e se formam capitais intelectuais.

2.4 Procedimentos éticos

A pesquisa de campo ocorreu por meio de correio eletrônico, via e-mail. Os endereços dos entrevistados foram coletados juntamente com as outras informações utilizadas para o desenvolvimento da investigação. A pesquisadora estabeleceu

contato através de questionário com os coordenadores dos grupos de pesquisa, com o intuito de levantar informações sobre suas práticas de pesquisa e a formação de Capitais Intelectuais na área do Direito Educativo.

Para a coleta de dados, o arquivo com as questões foi encaminhado e após retorno, foi e feita a devida análise de dados. A ética e a moral foram os pressupostos básicos para realização da pesquisa. Os sujeitos indicados para a participação da coleta de informações e dados receberam um termo de consentimento livre e esclarecido, para que dessa forma tivessem a liberdade de participar ou não da investigação.

Como já mencionado, a investigação contou também com a pesquisa documental e os resultados obtidos foram utilizados apenas para fins acadêmicos.

O estudo em questão primou por atender aos princípios elencados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), bem como aos preceitos estabelecidos pelas Resoluções 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, a fim de garantir a cientificidade do trabalho e contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, salientando o compromisso com a integridade dos participantes, de modo que a averiguação não acarretasse nenhum tipo de prejuízo ou dano aos sujeitos envolvidos no processo.

Desse modo, a pesquisadora assegurou o respeito à pessoa, à segurança, à justiça e os tratamentos pautados pela equanimidade dos sujeitos. Os dados serão devidamente armazenados e descartados conforme orientação da instituição. A participação nesta pesquisa poderá acarretar risco mínimo quanto ao desconforto e tempo destinado às respostas do questionário, ao sujeito nenhum risco, apenas irá contribuir para o aumento do conhecimento sobre a temática estudada e os seus resultados poderão auxiliar o desenvolvimento de estudos futuros, por compreender que a manutenção dos critérios éticos agrega credibilidade à pesquisa científica. Como o questionário foi remetido via plataforma *Google Forms*, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi vinculado ao formulário e, antes de responder às perguntas, o sujeito teve a opção de clicar no ícone “aceitar”, a fim de garantir e documentar o seu aceite em participar da pesquisa. A participação foi totalmente voluntária, assim, a não participação ou desistência não implicaria nenhum tipo de prejuízo e custo em relação aos procedimentos envolvidos.

Para fins de não permitir a identificação, as respostas concedidas pelos sujeitos foram anônimas. Partiram de nomenclaturas como abaixo elencadas. O objetivo foi organizar as informações angariadas durante a coleta. Desse modo, aos líderes foi atribuída a nomenclatura L, acrescida de um número individualizado, conforme discriminado na tabela abaixo:

2.5 Nomenclaturas atribuídas aos sujeitos da pesquisa.

Tabela 5 - Nomenclatura


SUJEITOS	NOMENCLATURA
Líderes	L1, L2, L3, L4...

A participação voluntária não trouxe nenhum tipo de dano e as perguntas do questionário e da entrevista, por sua vez, não acarretaram desconforto, vez que o sujeito estava livre para escolher participar ou não da pesquisa.

É oportuno sublinhar, ainda, que a participação na presente investigação contribuiu para a expansão do conhecimento acerca da temática investigada e que o presente estudo tornar-se-á uma fonte de pesquisa para os profissionais que trabalham na área educacional – professores, pesquisadores, gestores, especialistas etc. –, bem como para os interessados nos pressupostos e nas perspectivas do Direito Educativo e nas redes colaborativas e de pesquisa.

Outra contribuição relevante será a proposta de contrapartida da pesquisa, a qual se materializará através dos resultados e conhecimentos adquiridos com o estudo. A referida proposta será feita ao término da tese, ocasião em que os sujeitos do processo investigativo serão convidados a participar dos resultados da pesquisa através de um seminário via Meet, onde será encaminhado o convite aos líderes dos grupos de pesquisa. A apresentação atuará como forma de reconhecer que todos os indivíduos que colaboraram com o estudo elaboraram conhecimentos e produziram práticas de discussões e cooperações para o desenvolvimento e ascensões da educação e pesquisa. Abaixo segue o convite que foi encaminhado:

Figura 2 - Convite para apresentação dos dados

A graphic invitation for a data presentation. The background is a grayscale world map with a network of white lines connecting various points, symbolizing global collaboration. The text is centered and uses a mix of bold and regular fonts in black and red. The main title is in large, bold, red capital letters. The subtitle is in bold black capital letters. The university and program information is in regular black capital letters. The names of the presenter and supervisor are in bold black capital letters. The date and time are in regular black capital letters, and the meeting link is in blue with an underline.

**CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DOS DADOS
COLETADOS NA PESQUISA:**

**REDES COLABORATIVAS E DE PESQUISA EM DIREITO EDUCATIVO NA
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: FORMADORAS DE CAPITALS
INTELECTUAIS?**

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
URI – CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN
PPGEDU - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Doutoranda: Jeanice Rufino Quinto
Orientadora: Profa. Dra. Luci Mary Duso Pacheco

Quarta-feira, 22 de novembro - 18:00 até 19:00
Link da videochamada: <https://meet.google.com/EEK-SNA-A-RA>

Ponderam-se, ainda, outras formas de aporte como, por exemplo, a expectativa de submissão de artigos em periódicos nacionais relevantes; submissão de trabalhos em eventos científicos; ampliação da produção científica na área; fomento da discussão sobre os Direitos Educativos e as redes colaborativas, principalmente, a ampliação do acervo da produção acadêmica acerca da temática em questão.

3 REDES COLABORATIVAS E DE PESQUISA EM DIREITO EDUCATIVO NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: FORMADORAS DE CAPITAIS INTELECTUAIS⁴

Esse capítulo é parte do projeto de tese do Programa de mestrado e doutorado PPGEDU: *Redes colaborativas e redes de pesquisa em Direito Educativo na pós-graduação stricto sensu formadoras de capitais intelectuais*.

Busca compreender em que medida as redes colaborativas e redes de pesquisa em Direito Educativo formam capital intelectual nos programas de pós-graduação stricto sensu em Educação no contexto ibero-americano. Bem como, analisar se essas relações intensificam a qualificação nos processos de formação de pesquisadores e socialização dos conhecimentos e produtos gerados na perspectiva de seus atores.

A partir do projeto de pesquisa para o Programa Stricto Sensu – Doutorado em Educação, foram selecionadas cinco palavras-chave utilizadas como descritores: redes colaborativas, Direito Educativo, capital intelectual, redes de pesquisa e pós-graduação stricto sensu, por estarem diretamente relacionadas ao tema da investigação.

Foi feito um mapeamento a fim de identificar e classificar Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, de universidades brasileiras de natureza pública e privada, coletadas no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) correspondente ao período de 2011 a 2021, nos últimos dez anos.

Foi encontrado o total de 165 trabalhos com a soma dos cinco descritores colocados entre aspas na base de busca do catálogo. Distribuídos entre teses e dissertações. Para chegar a esse resultado foram utilizados alguns filtros da área do conhecimento em educação.

O trabalho foi dividido em quatro partes: procedimento de coleta de dados, compreensão dos conceitos dos descritores, panorama geral com análise

⁴ Foi publicado um recorte do capítulo: *Redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo na Pós-graduação stricto sensu: formadoras de capitais intelectuais* na Revista de Ciências Humanas ISSN: 1981-9250. V.23, n.2 (2022). Pode ser visualizado pelo link: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/4213>

quantitativa dos descritores ou palavras-chave e conteúdo dos trabalhos encontrados. A pesquisa no catálogo de teses encerrou no dia 01/02/2022.

3.1 Procedimento para coleta de dados

Para a coleta de dados as informações foram buscadas no site <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>, no Catálogo de teses e dissertação da CAPES.

Os descritores: redes colaborativas, Direito Educativo, capital intelectual, redes de pesquisa e pós-graduação stricto sensu, foram colocados entre “aspas” na seleção de busca, já que essa é uma das formas de restringir a procura aos trabalhos que realmente utilizaram algum dos conceitos citados como base na respectiva pesquisa.

No primeiro momento da busca no acervo, sem a utilização de filtros, contemplando todas as áreas do conhecimento, todos os anos publicados, sem a utilização das “aspas”, foram encontrados 53.639 trabalhos com o descritor Redes colaborativas, 94.494 com o descritor Direito Educativo, 49.395 com Capital intelectual, 1.364.337 com Redes de pesquisa e 125.906 com Pós-graduação stricto sensu. Ao utilizar os filtros na pesquisa, de modo a restringir as teses e dissertações para a área da educação houve uma considerável redução de trabalhos, porém mesmo assim os estudos encontrados possuem pouca ou nenhuma relação com o objetivo da pesquisa para o projeto de tese. Isso poderá ser observado no conteúdo dos trabalhos localizados.

A investigação foi desenvolvida nos últimos dez anos, de 2011 a 2021. Foram aplicados os seguintes filtros: Digitação do descritor entre aspas no campo *assunto*; Seleção de período: 2011 a 2021; Identificação de idioma: português; Área conhecimento: educação; Grau de conhecimento: dissertações e teses; e Área concentração: educação (descritor pós-graduação stricto sensu).

Para organização dos dados coletados, foi elaborado o estudo de cada trabalho acadêmico selecionando os seguintes tópicos: Grau/título/autor; Resumo; Ano; Universidade e região. Vale iterar que boa parte dos trabalhos encontrados não possui afinidade com o objetivo do projeto de tese, porém os que mais se aproximaram do desígnio da ideia da pesquisa serão evidenciados e comentados.

3.2 Redes colaborativas, redes de pesquisa e redes intelectuais

Para melhor compreender o significado das redes colaborativas e de pesquisa tem-se como ponto inicial o signo lingüístico “Rede” que possui um conceito bastante amplo, mas que dá a ideia de elementos que se entrelaçam e juntos formam algo que pode servir como ferramenta ou facilitador para prestação de algum serviço. As redes de acordo com a ideia da autora Alves (1998) em suas diversas significações e propósitos representam de alguma forma um conjunto, uma cadeia de fatores, objetos, materiais que, ao unirem-se, formam um utensílio ou um componente capaz de ajudar nas tarefas domésticas e profissionais.

Ao iniciar a discussão e na direção do significado dos termos a serem investigados que a autora Alves traz uma reflexão sobre as redes e sua composição conceitual e de relevância social e de construção do conhecimento:

É muito sadio identificar as tramas, os trançados, as redes que os indivíduos e coletivos foram tecendo sem se darem conta do quanto uns estão nos outros. Este processo é fundamental, entre outras coisas, para organizar as trajetórias que levem a melhor entender como de fato se cria o conhecimento, em especial nas ciências e campos de prática, estudo e conhecimento como o da educação, que buscam cada vez mais se firmar como humanos, sociais e históricos e culturais. É interessante destacar como, nesta releitura, foi desenvolvido a ideia de tessitura do conhecimento em rede. Entender esta noção-conhecimento em rede- é fundamental para o processo da formação (Alves, 1998, p. 128).

Os projetos de pesquisa em rede, tanto nacionais quanto internacionais, vêm crescendo muito. Atuam em contextos variados e, dessa forma, são capazes de alinhar a produção científica a projetos de extensão que podem ultrapassar fronteiras. Esse contato com diversas culturas, que as redes de colaboração proporcionam, promovem relações, trocas culturais e uma infinidade de experiências que formam as redes intelectuais, sem desconsiderar as questões de humanidade, sociais, históricas e culturais.

Os grupos de pesquisa muitas vezes proporcionam, através das redes, metas comuns que impulsionam o desenvolvimento e criação do conhecimento, são um processo inovador capaz de unir distintas competências acerca de um mesmo objetivo ou determinada área do conhecimento. Através do coletivo, difundem suas produções e reflexões por meio de um trabalho colaborativo atingindo espaços diferenciados e múltiplos contextos.

Para Farias (et al., 2018) as pesquisas em rede, mais precisamente as redes colaborativas possuem uma característica marcante: a heterogeneidade. Os significados podem ser naturalmente heterogêneos, pois abarcam relações que pertencem a uma multiplicidade de conteúdos. Contam com pesquisas marcadas por níveis de conhecimento, tempos, ritmos, espaços diversos e muitas vezes distantes. Não apenas do ponto de vista geográfico, mas em todos os campos que envolvem as organizações sociais. Desenvolver pesquisas em rede contempla conexões entre os pesquisadores e propósitos com algo em comum, pode ser o objeto de pesquisa, a linha de estudos ou até mesmo a contradição entre temas que fomentem debates e discussões. O processo está sempre fundamentado nas relações de intercâmbio e comunicação. Tais práticas aproximam cada vez mais seus integrantes.

É importante situar o leitor no tempo e no momento em que está vivendo. Desde meados de 2020 enfrentamos e vivemos em um contexto de pandemia. Um problema mundial que afetou diretamente as relações sociais, educacionais e intelectuais. Em meio a toda essa confusão, medos, incertezas e desgastes emocionais seguimos na busca pelo conhecimento e procurando através da tecnologia as aproximações necessárias para dar continuidade aos processos de ensino e aprendizagem.

Como exemplo de rede colaborativa e de pesquisa temos a RIIDE (Rede Internacional de Investigação em Direito Educativo) que seguiu com a promoção de eventos e difusão do conhecimento. Faz parte do projeto promover um encontro anual, presencial com os integrantes da rede em algum dos países pertencentes à rede. O encontro presencial não aconteceu nem no ano 2020 e nem em 2021, porém através de encontros online, foram promovidas palestras, oficinas e até lançamentos de livros.

A RIIDE atualmente conta com 17 países. Constituída pelo notório, reconhecido jurista, Doutor em direito, Marco António Besares Escobar, com Associação Civil, em 21 de outubro de 2015. Foi criada com fins não lucrativos, de acordo com o disposto artigo 27, segundo parágrafo, do Código Fiscal da Federação. A Associação é de nacionalidade mexicana e rege-se pelo Código Civil do estado de Chiapas. Quanto às disposições gerais, de acordo com o estatuto:

I.DISPOSICIONES GENERALES:

1. La RIIDE, es una Asociación Civil con identidad, y patrimonio propio, promueve la actividad académica; tiene como propósito general el desarrollo de la investigación, docencia, extensión y gestión del Derecho Educativo a nivel internacional, nacional y local.
2. Los Estatutos Generales de la Red Internacional para la Investigación y el Desarrollo del Derecho Educativo (RIIDDE), es de aplicación obligatoria a todos los socios activos, sean personas o instituciones participantes.
3. Todas las personas físicas o morales que juramentan los Estatutos Generales y el Código de Ética de la RIIDDE, lo deberán de realizar ejercitando su libre autodeterminación, en el marco de sus derechos y obligaciones a que haya lugar y siguiendo el protocolo que para el efecto determine el Comité Ejecutivo.
4. La RIIDDE respeta estrictamente los Derechos Humanos, y todas las disposiciones internacionales. Nacionales y locales que promuevan la superación personal, y colectiva, así como la unión y colaboración entre las personas, naciones y los pueblos en un marco de libertad y de justicia.
5. A las personas e instituciones que pertenecen a la RIIDDE nos anima el espíritu de colaboración en torno a la investigación y difusión del Derecho Educativo, en tanto área del conocimiento útil para el desarrollo integral del ciudadano y la necesaria construcción de la cultura de paz.
6. La RIIDDE es respetuosa del marco constitucional y jurídico-educativo de cada país donde tiene presencia, desde la visión académica y en el entorno profesional asume una posición crítica, puede presentar iniciativas para la mejora del desarrollo educacional que considere.
7. La RIIDDE acorde con los tiempos modernos utiliza para sus decisiones democráticas, incluyendo el voto, la participación presencial de los socios o bien la expresión de los interesados por cualquier mecanismo que haga uso de las nuevas tecnologías de información, ambas poseen el mismo valor normativo y jurídico para la organización.

II. INGRESO:

Dos tipos de miembros pueden pertenecer a la RIIDDE, el institucional y el personal, el primero corresponde a la llamada figura moral donde se clasifican las diversas instituciones educativas y de todo tipo, el segundo pertenece a cada individuo en el marco de los derechos y obligaciones que asume a su responsabilidad. Para ingresar a la RIIDDE se requiere presentar personalmente o enviar por vía electrónica la siguiente documentación:

1. Solicitud de ingreso
2. Carta de exposición de motivos
3. Copia del Acta de Nacimiento donde demuestre ser mayor de 18 años.
4. Dos fotografías tamaño infantil a colores con antigüedad no mayor a tres meses.
5. Certificación de la Secretaria Académica de la RIIDDE, que aprobó conocer a satisfacción el Código de Ética y los Estatutos de la organización.

Instituciones:

1. Solicitud de ingreso firmada por la máxima autoridad
2. Carta de exposición de motivos
3. Carta propuesta de posibles alternativas de vinculación y colaboración mutua. (RIIDE, 2015)

Está formada com uma proposta de estatuto completa. Possui como objetivo a criação de espaços, ações de investigação, intercâmbio de experiências, formação profissional, assim como o desenvolvimento de projetos entre pessoas físicas e instituições ligadas ao conhecimento, pesquisa e difusão do Direito Educativo no mundo. É uma organização multinacional e multi-institucional, que agrupa

intelectuais interessados nos Direitos Educativos e que estejam a serviço da sociedade. A RIIDE promove a colaboração entre pessoas e instituições, gerando dessa forma ações que conduzem, dentro de sua capacidade de rede, ao desejo de um mundo melhor e mais justo. Rede esta que inspirou o desenvolvimento do projeto de tese aqui mencionado, que resultou na aspiração de buscar e compreender em que medida as redes colaborativas e redes de pesquisa em Direito Educativo formam capital intelectual nos programas de pós-graduação stricto sensu em Educação no Brasil. Analisar se essas relações intensificam a qualificação nos processos de formação de pesquisadores e socialização dos conhecimentos.

As redes colaborativas e de pesquisa também podem ser chamadas de tramas do conhecimento que ao unirem-se auxiliam na emancipação do ensino e aprendizagem. Possuem o propósito de formar um conjunto de colaboradores para estudos e pesquisas sobre um determinado tema ou área do conhecimento. Possuem o objetivo de, através da cooperação entre grupos, ampliar os espaços e contextos dos estudos e produções científicas. Segundo Devés-Valdés (2007):

las tensiones entre voluntad y espontaneidad, entre cuestiones propiamente académicas y otras no tanto, se encuentran en el origen y evolución de las redes. condiciones idiomáticas, de cercanía cultural y económica entre otras, también se encuentran presentes en Redes Intelectuales en América Latina la constitución de las redes. las afinidades electivas entre intelectuales que trabajan sobre cuestiones similares crean relaciones espontaneas que se van afirmando frecuentemente desde épocas estudiantiles (Devés-Valdés, 2007, p. 32).

Tratam-se de grupos de intelectuais formados por pesquisadores que produzem e promovem estudos e pesquisas direcionadas a um mesmo ideal, capazes de ultrapassar as fronteiras dos espaços geográficos e culturais.

Por conseguinte, aparece o conceito de capital intelectual. Para Antunes (2000, p.12):

O Capital Intelectual, como definido até o momento, abrange vários elementos intangíveis além do próprio Capital Humano. O que se entende de tal procedimento é o fato do Capital Intelectual ser relativo ao intelecto que só os seres humanos possuem. Assim sendo, o Capital Intelectual abrange o elemento possuidor do recurso do conhecimento e tudo mais que é resultante da aplicação do conhecimento... Verifica-se que, por vezes, Capital Intelectual e Capital Humano se confundem, sendo entendido como Capital Intelectual somente aquele que deriva do conhecimento humano. A importância que o ser humano possuidor do recurso fundamental do conhecimento representa para as organizações atualmente pode conduzir a tal equívoco. Como o Ativo Humano ou Capital Humano compreende os benefícios que o indivíduo pode propiciar para as organizações, é natural que hoje em dia as empresas dediquem maiores esforços para identificar

aquelas pessoas que poderão otimizar essa relação de causa e efeito. Quanto melhor o capital humano/ativo humano de uma organização, melhores resultados ela alcançará no Capital Intelectual. Consequentemente, as organizações necessitam se apoiar no Recurso Humano do conhecimento, não mais no Recurso Humano da força braçal; a tecnologia, à medida que por um lado supre este fator, por outro lado demanda pelo potencial humano da inteligência (Antunes, 2000, p. 12).

As redes de pesquisa procuram desenvolver cada vez mais as questões humanas, sociais, históricas e culturais. Como explica Alves (1998) é muito sadio identificar as tramas, os traçados, as redes que os indivíduos e coletivos foram tecendo sem se darem conta do quanto uns estão conectados aos outros. Com a evolução dos estudos científicos e da pós-graduação se formaram as redes intelectuais.

Ainda sobre o conceito de redes intelectuais, Eduardo Devés (2007) em suas palavras aclara:

Las redes intelectuales tratan del conjunto de personas ocupadas en los que hacer es del intelecto que se contactan, se conocen, intercambian trabajos, se escriben, elaboran proyectos comunes, mejoran los canales de comunicación y, sobre todo, establecen lazos de confianza recíproca. La importancia del trabajo de redes sociales o fragmentos de red, como lo definen otros autores, radica en la posibilidad de calibrar e, incluso, medir el complejo sistema de vínculos y la circulación de bienes y servicios, materiales e inmateriales, que se establecen entre los diferentes miembros de las redes; pero también permite conocer la red de sociabilidad que se establece entre los mismos, los espacios culturales y simbólicos del grupo así como sus mecanismos de funcionamiento y sus estrategias para lograr la hegemonía político cultural en momentos determinados (Devés-Valdés, 2007, p. 22).

Essas tramas do conhecimento também estão diretamente relacionadas aos capitais intelectuais. As redes intelectuais levam a pensar na formação desses pensadores, como se tornaram intelectuais e quais aspectos sociais influenciaram nesse desenvolvimento.

3.3 Inter-relações entre a educação, os capitais intelectuais e as redes intelectuais.

A palavra educação nos remete diretamente às ideias relacionadas à transmissão de conhecimentos e aprendizagens. As discussões sobre o que é de fato a educação e quais aspectos sociais estão englobados no processo, geram inúmeras e intensas reflexões. Compreendemos, de acordo com os conceitos

apresentados por Abbagnano (2012), que a importância da educação também está baseada em técnicas culturais de uso, comportamento e produção. Técnicas estas em que os grupos de homens satisfazem suas necessidades de proteção contra a hostilidade dos ambientes físicos e biológicos. O que possibilita o trabalho em conjunto de modo mais ou menos pacífico e organizado. Sem a transmissão da cultura, que perpassa de geração em geração, a sociedade humana não é passível de sobrevivência. As formas em que são feitas essas transmissões são chamadas de educação.

É importante explicar o verdadeiro significado das palavras, ainda mais quando o conceito é esquecido ou deixado de lado. Compreender o organismo dos verbetes a partir das correntes de pensamento torna o objeto de estudo mais claro e orientado do ponto de vista da pesquisa e produção científica. Levando em consideração os conceitos da linguagem filosófica desde a Grécia antiga até a contemporaneidade, Abbagnano elucida que a educação,

Além de ter valor quantitativo não só a infância mas também as outras fases do desenvolvimento, não só o indivíduo, mas também as comunidades, tem também e sobretudo valor qualitativo, no sentido de que a E. do indivíduo e da infância passa a ser formulada de um modo novo à luz dos conceitos de E. do indivíduo e da infância passa a ser formulada de um modo novo à luz dos conceitos de E. permanente e de sociedade educadora. Daí o imperativo a que pode ser reduzida a E. contemporânea: o de “aprender a ser”, de “aprender a aprender”: tarefa que dura toda vida e envolve indivíduos e instituições. Esse imperativo surge do reconhecimento de que a E. (como evidenciaram, entre os outros, M. Montessori e J. Piaget) é um direito fundamental da pessoa, embora muitas pessoas (crianças e adultos) ainda não usufruam dela. A exigência de universalização do direito à E. traz à luz o nexo entre E. e democracia que não poucos pensadores do século XX evidenciaram (tais como J. Dewey, J. Maritain, S. Hesses e R. Dottrens), e que constitui outra peculiaridade do discurso contemporâneo sobre a E., que se configura, assim, em termos decididamente pessoais e idiossincráticos: na base da E (Abbagnano, 2012, p. 358).

A educação é essencial ao ser humano e configura-se de acordo com determinados campos sociais, já que apesar de ser um direito fundamental de todos, está muito distante da equidade.

Cada ser humano carrega consigo os seus capitais intelectuais. Esses conhecimentos estão diretamente relacionados com o meio social em que foram e estão inseridos. Os capitais intelectuais são formados ao longo da vida e de acordo com os interesses, objetivos e propósitos que cada um segue. Como assegura Charlot (2006) os processos educativos estão diretamente relacionados à história da

humanidade onde acontecem de formas variadas e em múltiplas situações. O homem é um ser inacabado que é submetido aos cuidados de outros seres. Precisa fazer parte de uma cultura para poder sobreviver e construir sua subjetividade. A educação atua como humanizadora também, uma vez que socializa, acultura e tem o poder de transformar, produzir saberes e conhecimentos.

Bourdieu (1995) faz reflexões sobre teorias focadas nas práticas dos sujeitos, identificados em seus escritos como agentes sociais. O autor traz uma discussão sobre o espaço social e o espaço simbólico, descrito como um conjunto de posições diferenciadas de acordo com o tipo de capital que cada sujeito ou grupo social possui e está inserido. Apresenta a noção do novo capital, determinado pelo espaço e os princípios de divisão, onde cada agente social faz parte de distintos campos, sejam eles políticos, artísticos, econômicos ou jurídicos. Cada um ocupa uma posição dentro da organização de cada campo. Esse aspecto é determinante na posição a ser ocupada no espaço social. O campo escolar apresenta uma série de intervenções seletivas, onde os detentores dos capitais culturais herdados são separados daqueles que não o possuem. Tal separação é marcada pela condição de vida, fatores esses que interferem diretamente na educação e ação do ensino e aprendizagem.

Ainda sobre as considerações de Bourdieu (1995), estão referidas as questões de mudanças nesse sistema social eletivo. Tais modificações dependem do estado e das possibilidades diante dos interesses econômicos. Dentro desse processo de mudança estão as estruturas das obras culturais. São os gêneros, as formas, os estilos. No literário estão o artístico, científico, jurídico entre outros. São campos culturais que devem ser pensados e associados ao ensino e à educação, já que se vive em um espaço social, onde o estado deriva da concentração de diversos tipos de capital: econômico, cultural, simbólico, de instrumentos de coerção. As classes sociais existem de forma ilusória e ao mesmo tempo concreta, não apenas como um dado, mas diante dos fatos de que cada ser humano é posicionado dentro do que é considerado: abaixo do nível de pobreza, pobre, classe média, classe média alta ou alta. Ilusória no sentido de que não deveriam condicionar a existência humana aos padrões estabelecidos pela sociedade, porém essa condição é real. Os pré-conceitos também existem e conduzem à exclusão ou super valorização dentro desses padrões abstratos, mas que são sentidos e vividos diariamente.

Conforme a teoria de Sartre, o homem define-se a partir de sua existência:

O que significa aqui dizer que a existência precede a essência? Significa que, em primeira instância, o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define. O homem tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo. O homem é tão somente, não apenas como ele se concebe, mas também como ele se quer, como ele se concebe após a existência, como ele quer ser após esse impulso para a existência. O homem nada mais é que aquilo que ele faz de si mesmo (Sartre, 1970, p. 4).

Essa linha de raciocínio, e corrente filosófica, faz refletir sobre as distintas colocações do homem dentro da sua existência. Como os capitais econômicos, sociais e intelectuais influenciam no desenvolvimento e formação humana. As chamadas “classes sociais” são constituídas pelo estado ou fazem parte da natureza? Tentar compreender o estado é assumir um pensamento de estado e não compreender as verdadeiras necessidades e realidades. Tudo está diretamente relacionado à educação, pois é através dela que são desenvolvidas as faculdades intelectuais, morais e físicas, dessa forma, desenvolvem-se as integrações sociais e em determinados grupos.

Ao evidenciar a educação, Bourdieu (1995) relaciona todos os processos sociais e educacionais ao termo “interesse”, onde tudo depende dos interesses do estado e dos interesses de cada agente social. Os olhares desencantados são automaticamente direcionados aos campos do desinteresse. Os jogos intelectuais também possuem alvos e esses alvos provocam interesses. As noções de interesse são contrárias às de desinteresse. O desinteresse gera a indiferença, o que é indiferente não é importante. Um conceito que parece simples engloba boa parte do campo social e científico, onde a conduta humana e as relações partem desse princípio básico. Ou se tem interesse, ou não se tem. Esse fator é determinante dentro de qualquer organização social e intelectual. Está diretamente relacionado aos capitais econômicos.

A economia dos bens simbólicos compreende que cada região corresponde a um habitus gerado pela posição ocupada dentro da sociedade. Configura-se em um produto de posições, classificações, escolhas, bens e práticas sociais, relacionados às opções de vida, de estilo de acordo com os interesses econômicos ou intelectuais. Ainda Bourdieu (1995), define como estrutura simbólica, onde tudo tem

um preço e, dessa forma, constroem-se as categorias sociais constituídas pela percepção. Os altos, os baixos, os de cima, os de baixo, os homens, as mulheres, os intelectuais, os não intelectuais e assim por diante.

Bourdieu (1995) utiliza os questionamentos como exemplo. É preciso pensar na forma em que são colocadas as perguntas e como são influenciadas as respostas, dessa forma está sendo pensada a educação e preponderando o contexto. Quando um questionamento oferece apenas duas respostas, o sim ou o não, está oferecendo apenas duas alternativas e impondo um ponto de vista escolástico, onde existem apenas duas situações e condições. Qualquer que seja o projeto de desenvolvimento humano que deixa de lado questões de enraizamento humano e conte apenas com a força da razão deixa de fazer sentido. Com base nas teorias do autor, o espaço deve ser transformado através da educação e são os agentes sociais que possuem esse papel. Portanto, as mudanças são feitas através da construção de saberes, que envolvem pesquisa, ação e interação entre diferentes meios sociais e culturais. Todo o contexto deve ser considerado e pensado. As razões determinam as práticas. O que é praticado surge por alguma razão, alguma necessidade.

Para que sejam vislumbradas, planejadas e executadas, as mudanças necessitam de agentes transformadores, que exerçam o papel de motivadores, líderes e articuladores do saber e da educação. Os professores, pesquisadores e intelectuais são considerados os profissionais da sapiência, responsáveis pela difusão das técnicas de ensino em todos os níveis de aprendizagem desde a educação básica até a pós-graduação *stricto sensu*. O desenvolvimento, formação humana, social e intelectual também fazem parte de uma rede de organização dentro da sociedade. Essas redes intelectuais são formadas por agentes unidos por um mesmo propósito e que, de alguma forma, foram colocados dentro dessa subdivisão social como atuantes na formação humana e científica.

O autor Henry A. Giroux ao se referir do professor o coloca como um agente intelectual onde apresenta reflexões sobre as teorias educacionais, escola e, mais ainda, sobre os professores e seu papel no processo ensino-aprendizagem, bem como, a influência do professor intelectual para a formação dos alunos. Para Giroux (1997) a escola é um local onde a cultura da sociedade dominante é aprendida e inculcada nos alunos, é vista como um veículo para ajudar cada estudante a

desenvolver todo o seu potencial como pensador crítico e participante responsável no processo democrático. A escola é o início desse processo e deve atuar como uma agente de socialização, propiciadora de atividades reflexivas e libertadoras e não através da pedagogia radical, conservadora que enfatiza a técnica e a passividade através de um discurso administrativo e de controle, assim funciona a academia também. Pensamento esse que vai ao encontro do que foi mencionado acima acerca das reflexões de Bourdieu, onde o ser social e de que forma a sociedade está organizada influencia diretamente na educação e esses fatores devem ser inseridos em todo o processo de formação intelectual e social. Ainda Giroux:

Devemos enaltecer o impulso crítico, e revelar a distinção entre a realidade e as condições que escondem a realidade. Esta é a tarefa que todos os educadores devem enfrentar, e tenho certeza que ela não será cumprida organizando as escolas em torno das metas de aumentar as notas em leitura e matemática. Nossa principal preocupação é abordar a questão educacional do que significa ensinar os estudantes a pensarem criticamente, a aprenderem como afinar suas próprias experiências, e compreenderem a necessidade de lutar individual e coletivamente por uma sociedade mais justa (Giroux, 1997, p. 30).

O autor ao referir-se ao professor o tem como investigador, um intelectual que pensa a educação, que além de realizar a tarefa, ele reflete sobre a tarefa. Porém, em determinado momento esses aspectos importantes deixam a desejar, uma vez que a própria formação das políticas educacionais ficava a cargo de alguns pensarem a educação e outros a executarem. Giroux (1997) cita a metáfora de um livro reforçando que a educação de modo geral deveria ensinar o aluno a realizar-se e não a ser um livro com os conteúdos programáticos. Segundo o autor é mais fácil tornar-se um livro do que você mesmo, dessa forma, seria preciso que você tenha várias opções e seja orientado a avaliar essas opções. Aí entra o papel do professor em apresentar a diversidade, conduzir e guiar os alunos de forma a encontrar a realização social e profissional. A discussão sobre a formação de professores é inevitável quando se fala em educação. Os profissionais que hoje estão à frente dos programas de pós-graduação passaram e ainda passam por processos de formação. Quando se fala em educação, logo vem a ideia de formação e desenvolvimento dos aspectos culturais, sociais e cognitivos. Quando estamos inseridos em algum meio educacional, seja ele de formação inicial ou em nível de

pós-graduação os objetivos devem ser os mesmos, aprender e ensinar. Para isso, é preciso conhecer inúmeras possibilidades e caminhos, buscando as relações com o meio social e a historicidade de cada indivíduo. No mesmo enfoque, Giroux apresenta suas ideias a partir de uma paráfrase sobre cultura e pensamento de Antonio Gramsci:

Devemos romper com o hábito de pensar que a cultura é conhecimento enciclopédico, através do qual o homem é concebido como mero recipiente para despejar e conservar dados empíricos ou fatos brutos e desconexos. Que subseqüentemente ele terá que distribuir em seu cérebro como nas colunas de um dicionário, de forma a ser capaz de no futuro responder aos diversos estímulos do mundo externo. Esta forma de cultura é realmente prejudicial, especialmente para o proletariado. Ela só serve para criar desajustados, pessoas que acreditam ser superiores ao resto da humanidade porque acumularam em sua memória uma certa quantidade de fatos e datas que vomitam em toda a oportunidade a ponto de quase levantar uma barreira entre elas e os outros (Giroux, 1997, p. 237).

Giroux apresenta um pensamento oposto ao relativismo de Gramsci e o cita em sua obra trazendo uma breve reflexão acerca da hegemonia cultural e política das classes dominantes, onde o conhecimento e a verdade devem ser socialmente construídos e influenciados pelas relações de poder existentes na sociedade, de modo em que as ideias e valores dominantes são determinados pelas classes influentes e perpetuados por meio de instituições sociais, como a educação, a mídia e a cultura. O fracasso em situar o conhecimento histórico e sua leitura linear da hegemonia como uma imposição de significado apresenta falhas graves, tanto na interpretação, quanto no uso dos princípios educacionais (1999). Tais pensamentos fazem refletir acerca da formação de professores e capitais intelectuais, de maneira a repensar quem são e de onde vêm esses sujeitos considerados intelectuais do saber. Será que ainda são indivíduos inseridos em uma determinada classe social ou atualmente encontramos pensadores em diversos âmbitos da sociedade? Ainda existe hegemonia quando tratamos de educação? O que sabemos é que a educação ainda está condicionada à memorização de conteúdos, datas, conhecimentos específicos de áreas exatas, onde a maioria dos currículos não considera o meio cultural e social em que a maioria das instituições de ensino estão inseridas. Os currículos são baseados em conteúdos programáticos que devem ser trabalhados em um determinado tempo. Os alunos precisam compreender e memorizar tais conteúdos para serem submetidos a exames que os aprovarão ou não para as

próximas etapas. Os professores trabalham apenas na sua área de formação específica, isso ocorre nas universidades também. Poucas são as escolas e universidades que conseguem desenvolver a multidisciplinaridade, pois não há planejamento e nem formação para o desenvolvimento dessa modalidade de ensino.

Giroux (1999) acredita que o professor deveria atuar como um intelectual envolvido em sua realidade, crítico das políticas educacionais e, sobretudo, produtor de novas possibilidades, tornando as instituições de ensino locais em que a cultura esteja em permanente contestação, resistência e adesões, sempre em busca de negociações, significados e sentidos.

Na mesma linha de pensamento, porém indo além da atuação dos professores estão os desafios diários para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem. A educação no Brasil nunca foi prioridade e a falta de valorização dos profissionais da educação é apenas um dos fatores que agravam o cenário educacional. Segundo uma pesquisa do ano de 2020 vinculada na Folha de São Paulo/UOL⁵, o Brasil é o país com menor valorização dos professores de acordo com a pesquisa internacional. São constantes as notícias sobre a má remuneração, falta de investimento em infra-estrutura adequada, materiais didáticos, cursos de formação que dêem suporte e possam corroborar com a prática docente entre outros inúmeros problemas que fazem parte do cotidiano educacional.

Sabe-se da importância da atuação do professor como intelectual e crítico das políticas sociais e educacionais, mas também temos ciência dos grandes esforços que são feitos para a emancipação e promoção do ensino e pesquisa. Nas palavras de Saviani:

Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos. Ora, tanto para garantir uma formação consistente como assegurar condições adequadas de trabalho, faz-se necessário prover os recursos financeiros correspondentes. Aí está, portanto, o grande desafio a ser enfrentado. É preciso acabar com a duplicidade pela qual, ao mesmo tempo em que se proclamam aos quatro ventos as virtudes da educação exaltando sua importância decisiva num tipo de sociedade como esta em que vivemos, classificada como “sociedade do conhecimento”, as políticas predominantes se pautam pela busca da redução de custos, cortando investimentos. Faz-se necessário ajustar as decisões políticas ao discurso

⁵ Brasil é o país com menor valorização dos professores, indica estudo internacional. Países com maior prestígio aos docentes são os que tem alunos com melhor desempenho escolar. <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/10/brasil-e-o-pais-com-menor-valorizacao-dos-professores-indica-estudo-internacional.shtml>.

imperante. Trata-se, pois, de eleger a educação como máxima prioridade, definindo-a como o eixo de um projeto de desenvolvimento nacional e, em consequência carrear para ela todos os recursos disponíveis (Saviani, 2009, p.153).

A falta de investimento e de considerar a educação como prioridade essencial no que diz respeito ao desenvolvimento humano causa inúmeros desconfortos, inseguranças e a ampla desigualdade. Saviane (2013) traz essas ponderações ao que deveria representar a educação para o estado. Trata-se de um direito social, mas que não passa de uma formalidade prevista na CF, que não espelha a realidade em suas múltiplas determinações, articulações e contradições.

Essa discussão do papel do professor e das instituições de ensino, sejam elas de nível básico ou avançado, está diretamente relacionada aos capitais intelectuais. Como são formados os profissionais da educação, de que forma transmitem conhecimento, como desenvolvem o ensino e como os alunos aprendem, são aspectos importantes na construção desses capitais. Se nem todos possuem acesso à educação de qualidade, se nossa formação depende também do grupo ou do meio em que estamos inseridos, é fácil compreender que o intelectual é constituído também das suas vivências e historicidade.

O Capital Intelectual⁶ possui grande relação com a organização das redes colaborativas e de pesquisa, capazes de formar também redes Intelectuais que atuam diretamente na promoção da educação. Os autores Edvinsson e Malone (1998) elucidam a importância do capital intelectual através do desenho simbólico de uma árvore: Uma maneira produtiva de enxergar uma organização é olhar para ela como se fosse uma árvore. O tronco, os galhos e as folhas, que são as partes da árvore visíveis a um observador representam a escola conforme é conhecida em sua totalidade. O fruto produzido por essa árvore representa os aprendizados, os produtos colhidos por professores e a sociedade. É dessa forma que estão organizadas as redes intelectuais, onde o tronco, os galhos e as folhas são os

⁶O capital intelectual pode ser associado e explicado pela compreensão do que significa, atualmente, a sociedade do conhecimento e a consequente valorização do conhecimento como recurso econômico.

Por consequência das organizações estarem inseridas em um contexto economicamente competitivo, elas fazem uso intenso do "recurso conhecimento" a fim de se manterem competitivas e esse fato vem impactando, sobremaneira, nas suas atividades, estruturas gerenciais e desempenhos. A materialização da aplicação desse recurso, mais as tecnologias disponíveis, empregadas para garantir as suas continuidades, produzem benefícios intangíveis que lhes agregam valor. A esse conjunto de elementos intangíveis tem-se denominado capital intelectual (Lima, 2012).

pesquisadores, colaboradores e investigadores, que através da união a propósito de um mesmo objetivo e objeto de pesquisa se tornam uma equipe, uma base forte o suficiente para gerar frutos, que nesse caso são os cidadãos que necessitam de conhecimento útil para o seu desenvolvimento integral. Os intelectuais entrelaçam seus conhecimentos e formam as redes de pesquisa que colaboram com as discussões acerca da educação e os direitos educativos.

O foco da pesquisa foi relacionar os capitais intelectuais com as redes colaborativas, que também formam redes intelectuais. Quem são esses pesquisadores que compreendem a diferença entre o direito à educação que consta na Constituição Federal e os direitos educativos que promovem discussões e probabilidades educativas, também serão apresentados.

3.4 Direito Educativo

O conceito DE (Direito Educativo) ainda encontra-se em formação. Refere-se a uma área do conhecimento que abrange diversas áreas do campo da educação. É considerado no Brasil uma ciência nova e de caráter interdisciplinar. Possui como maior objetivo a sistematização de normas que envolvam a educação. Pode-se compreender que o DE pode ser uma solução e resposta fundamental no que se refere à carência formativa que grande parte dos seres humanos apresenta. Poucos são os que conhecem os seus direitos e que sabem utilizá-los como apoio e oportunidade, que conseguem interpretar e relacionar com suas realidades e necessidades, que obtenham respostas por meio dos Direitos Educativos sobre os valores humanos e formativos. Como exemplo de sistematização temos o Direito Penal, é fundamentalmente um ramo do direito público que possui como objetivo a regulamentação do poder punitivo do país. Trata-se de um estudo em forma de livro que através da interpretação forma um conjunto de normas que definem as ações consideradas criminosas ou que configuram um delito.

Na educação não existe essa sistematização das normas que regem o direito à educação. Existem diversas leis dispersas: a Constituição Federal possui os fundamentos, os direitos fundamentais. Em seguida a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) que tem por finalidade regulamentar e orientar a organização do sistema educacional, abrangendo desde a educação básica até o ensino superior. Depois o

PNE (Plano Nacional de Educação), e então, os PPPs (Projetos Políticos pedagógicos) que são instrumentos utilizados no contexto educacional para planejar, organizar e orientar as ações e práticas pedagógicas de uma instituição de ensino. Tem como objetivo principal estabelecer diretrizes, metas e estratégias para o desenvolvimento de um ensino de qualidade e coerente com os princípios e valores da comunidade escolar. Essa é a divisão por ordem hierárquica. O PPP tem que seguir o PNE, que deve estar adequado a LDB que não pode fugir do que está previsto na CF. É dessa forma que surgem alguns questionamentos.

Onde encontramos tais informações? Conhecendo todas as normas? Esse é um dos objetivos do Direito Educativo, que propõe a sistematização de todas as normas dentro de uma estrutura de livro que estejam compilados para facilitar o entendimento interpretação e informação.

O outro objetivo é que o Direito Educativo torne possível pensar nas escolas e universidades como ambientes melhores para trabalhar, em que os professores e formadores de docentes possam assumir papéis de líderes de uma reforma educativa, competentes e críticos, na busca de uma educação mais humanitária, com melhor qualidade. Isto pode se realizar na prática através do esforço, interesse e competência dos professores junto com uma política de educação e com o auxílio dos Direitos Educativos, promovendo a valorização do professor e a emancipação dos alunos ao compreenderem seu espaço como estudante e sujeitos de direitos.

Conhecer os conjuntos das ideias básicas contidas num sistema político, educacional, filosófico e econômico que regem os direitos educativos é um grande desafio, ainda mais quando surgem questões relativas a sua funcionalidade, objetivos e propósitos. A palavra “direito” muitas vezes conduz o pensamento diretamente ao mundo jurídico, o que direciona a inferências relacionadas ao campo de estudos e pesquisas na área de formação dos cursos de carreira jurídica ou de advocacia. O direito educativo é capaz de abranger inúmeros campos do conhecimento, pois foi pensado e desenvolvido com enfoques transversais e interdisciplinares, tendo como um dos maiores propósitos a formação humana e cidadã.

No próximo ensaio pretende-se mostrar os esforços e os movimentos para expansão da doutrina em matéria de direito educativo, pois ainda está-se diante de um campo bastante escasso no que diz respeito à produção de materiais e

produções científicas acerca do tema. Outro aspecto a ser discutido é o campo das redes colaborativas e sua formação. Uma reflexão ao conjunto de conhecimentos e informações somadas aos capitais humanos.

3.5 Conceito básico e entendimento do direito educativo

É necessário compreender os conceitos básicos da união entre as duas palavras que, compostas, dão origem aos estudos e pesquisas direcionados ao campo de investigação em direito educativo. A palavra direito, conforme Reale:

No caso das ciências humanas, talvez o caminho mais aconselhável seja aceitar, a título provisório, ou para princípio de conversa, uma noção corrente consagrada pelo uso. Ora, aos olhos do homem comum o Direito é lei e ordem, isto é, um conjunto de regras obrigatórias que garante a convivência social graças ao estabelecimento de limites à ação de cada um de seus membros. Assim, sendo quem age de conformidade com essas regras comporta-se direito; quem não o faz age torto (Reale, 1995, p. 1).

Vale ressaltar que o direito, em resumo, significa uma ciência que estuda as regras de convivência e, que através de leis, coloca em vigor as normas a serem seguidas. Normas morais e éticas para a vida em sociedade.

Já o termo educativo é conceituado como “1 educacional 2 que contribui para a educação” (Houaiss, 2009, p. 722). Com base na significação dos dois conceitos, podemos dizer que estamos diante de uma palavra composta, de grande valor educacional, já que o direito é formado por um conjunto de normas para a vida em sociedade e a expressão educativo contribui para a educação. Ao formar a expressão “direito educativo” gera-se também o desejo de ensinar, informar, pesquisar e estudar medidas e maneiras de colaborar com o desenvolvimento do senso crítico e dos direitos humanos. Tem como maior objetivo estudar os direitos inerentes à raça humana. Todos possuem o direito à educação de qualidade, mas poucos conhecem o que está previsto na Constituição e que direitos são esses. O Direito educativo fundamenta e promove esses conhecimentos relacionados ao que devemos saber. Fundamenta a luta pela busca constante da educação e os direitos que cabem a ela. Nas palavras de Verdera:

El Derecho Educativo es la ciencia más antigua del mundo, porque nació y creció con la humanidad, al producirse la interrelación de vivir en comunidad (derecho) y al educar los padres a sus hijos (educación).

El Derecho Educativo es el principal derecho humano, ya que sin su ejercicio no se puede acceder al ejercicio de los restantes derechos humanos; y también, es un derecho fundamental para la formación docente, ya que es urgente modificar el concepto de unidimensionalidad (normas positivas-exégesis); como se lo enseña en la actualidad; por el de multidimensionalidad que comprende las dimensiones: antropológica, social, cultural, jurídica e educativa (Verdera, 2014, p. 18).

Ainda para Verdera (2014), o Direito Educativo, por ser um direito humano, abarca todos os sujeitos da comunidade educativa. Isso inclui professores, alunos, ex alunos, diretores, pais, proprietários de instituições de ensino e todos aqueles que estão comprometidos de uma forma ou de outra com os direitos e deveres que cada indivíduo carrega consigo. Podemos chamá-los de atores educativos que se baseiam em valores de cultura e paz.

Desde muito pequenas, e ao longo do desenvolvimento humano, as pessoas sabem o que é considerado correto ou não. São moldadas conforme está organizada a vida em sociedade. Nas primeiras fases de existência pouco ou nada do que fazem ou como vivem, remete-as aos direitos que nascem junto com elas. Sabem que tem que ir para escola, que devem ser alfabetizados, que precisam alimentar-se, vestir-se, mas parece que todos esses aspectos essenciais acontecem naturalmente e muitas vezes são submetidos ao pouco que lhes é oferecido. Pouco ou nada se fala dos direitos a uma educação de qualidade, que inclua o exercício da autocrítica, valorização dos aspectos étnicos, culturais e sociais, onde sejam trabalhadas todas as dimensões do ser humano.

O sistema educativo está fundamentado em normas de ensino voltadas ao desenvolvimento de habilidades diretamente relacionadas a determinadas áreas do conhecimento. Questões de historicidade, valorização de talentos, respeito ao pluralismo, aprender a conviver juntos e de forma respeitosa parece estar sempre em segundo plano, ainda mais quando as relações sociais são baseadas na competitividade e o que mais importa são as notas que cada aluno recebe ao desenvolver ou não aprendizagens referentes aos campos de estudos considerados a base para o crescimento.

Ainda nas palavras de Verdera:

El Derecho Educativo tiene la misión de permitir a todos sin excepción hacer fructificar todos sus talentos y todas sus capacidades de creación, lo que implica que cada uno pueda responsabilizarse de si mismo y realizar su proyecto personal.

El Derecho Educativo debe acompañar ofreciendo otro camino a evolución del hombre y de la sociedad, que los pueda sacar de tanta infelicidad, causada por la guerra, la criminalidad y el subdesarrollo.

Todo se puede lograr si se revaloriza los aspectos éticos y culturales de la educación, y para ello debemos dar a cada uno de los medios para comprender al otro en su particularidad y comprender el mundo en su curso caótico hacia una cierta unidad (Verdera, 2014, p. 19).

Dr. Raúl Edilberto Soria Verdera, um dos precursores e pensadores do Direito Educativo, em suas reflexões diz que o conceito do termo Direito Educativo em sua aplicabilidade pode ser considerado como uma doutrina ou matéria que possui como maior objetivo incorporar, nos bancos escolares e nas academias universitárias, disciplinas que fomentem a importância de os sujeitos conhecerem os seus direitos. Ninguém respeita o que não conhece. Não há como lutar por melhores condições ou reivindicar direitos se não houver conhecimento desses direitos e das leis. Os direitos à educação existem, mas poucas pessoas os conhecem. Quando nascemos passamos a ter muitos direitos considerados humanos, mas nunca os estudamos ou sequer os conhecemos.

Os Direitos Educativos tratam de apresentar para a comunidade, através da educação, uma formação cidadã. Devem fortalecer e assegurar a participação ativa dos sujeitos integrantes das comunidades no que diz respeito a mudanças de pensamentos sobre a educação formal. O desejo é que através da educação possam ser renovadas as relações humanas e sociais, com novos conteúdos e significados. De acordo com Téllez e Lopez:

El Derecho Educativo se contrapone a la cultura de la violencia tan presente en la realidad actual, se fundamenta en el respeto absoluto de los derechos humanos, anteponiendo el reconocimiento a la dignidad de las personas como elemento central para una sana convivencia (Téllez; Lopez, 2020, p. 36).

Busca-se a cultura de paz e o reconhecimento da dignidade humana.

O conceito direito educativo não pode ser confundido com o direito à educação. São duas terminologias que se entrelaçam, mas que não possuem as mesmas significações e aplicabilidades. Quando se fala em Direito à educação, logo vem a legislação e o papel do governo como peças centrais das discussões que

envolvem as demandas educacionais na sociedade. Relativo à educação como direito e seus princípios, Lino e Bianchini traçam as seguintes concepções:

Em sentido vasto, é possível afirmar que o vocábulo educação traz a ideia de um processo em que exista uma atuação sobre o desenvolvimento do indivíduo, que possui finalidade de transformação social e o respeito das diferenças individuais. A educação não é apenas um direito do cidadão, mas também um dever do Estado, bem como toda a sociedade (Lino; Bianchini, 2012, p. 102).

A educação está inserida continuamente na vida do ser humano. É através dela que serão traçados os destinos que cada sujeito seguirá. Que direitos são esses? De quem são as responsabilidades? Segundo Diniz:

Sobre a educação como direito. É dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: a) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; b) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; c) atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino; d) atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade; e) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; f) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; g) oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; h) atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; i) padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, processo de ensino aprendizagem (Diniz, 2008, p. 285-6 apud Lino; Bianchini, 2012, p. 102).

O direito à educação refere-se a um direito social que foi reconhecido no Brasil na Constituição Federal de 1988. Até esse momento o estado não tinha nenhuma ou qualquer obrigação de garantias de educação, muito menos de qualidade e que fosse para todos. Após o reconhecimento, outras leis passaram a existir para complementar e regulamentar os direitos à educação. Em 1990 foi elaborado o ECA (Estatuto da criança e adolescente). Em 1996, a LDB (Lei de diretrizes e bases da educação). Todos com o objetivo de garantir os direitos à

educação e acesso ao ensino, com o propósito de os cidadãos vislumbrarem através da educação condições melhores de vida e de trabalho.

Já os Direitos Educativos estudam as leis e normas que visam aos direitos à educação. Buscam através da emancipação do conhecimento jurídico melhorias educacionais e sociais. Tem o objetivo de informar e tornar os sujeitos seres pensantes e críticos. Possui como maior finalidade a instrução e formação de leitores que conhecem seus direitos e são capazes de reconhecer a importância da educação para emancipação e qualidade de vida. No Brasil a maior parte da população pode ser enquadrada como analfabetos jurídicos, ou seja, desconhecem as leis e direitos. Desse modo, acabam por aceitar condições precárias de educação, por falta de informação e políticas voltadas à instrução e formação de cidadãos cientes dos seus direitos e deveres. Pensando nesse déficit, foi criada a Rede de Investigação Internacional em Direito Educativo.

Com o propósito de levar essa discussão para dentro das universidades e promover atividades direcionadas ao desenvolvimento social e humano, já que o direito à educação de qualidade faz parte dos direitos humanos, independente dos capitais culturais, sociais e intelectuais.

O Direito Educativo ajuda a promover ações transformativas para colocar em prática a construção de um mundo melhor através da educação. Propõe a cultura por meio de planos e programas de estudo que fortaleçam o Direito à educação. Ramírez compreende “Derecho Educativo como un área del saber que aborda el estudio, conjunto de principios y normas jurídicas que desarrollan y reglamentan el derecho a la educación” (Ramírez, 2020, p. 178).

Dando seguimento a elucidação dos conceitos e descritores é importante ressaltar o que consistem os cursos que trazem ensinamentos e conhecimentos complementares à graduação. A pós-graduação é essencial para a formação de intelectuais e estudiosos na área da educação e se caracteriza nessa pesquisa como uma categoria importante de análise.

3.6 Pós-Graduação Stricto Sensu

A Pós-graduação Stricto Sensu de acordo com o Ministério da Educação (2018) é formada por programas de mestrado e doutorado acessíveis a candidatos

diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam aos ditames das instituições de ensino e ao edital de seleção dispostos nos programas de pós-graduação, cursos estes que estejam de acordo com o artigo. 44, III da Lei nº 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação no país. Esse documento regulamenta a pós-graduação como uma etapa posterior à graduação e define os requisitos mínimos para a obtenção do título de mestre ou doutor. Além disso, a lei também prevê a criação de agências de fomento à pesquisa e a concessão de bolsas de estudos para os estudantes de pós-graduação.

Ao concluir o curso, o aluno obterá o título de mestre ou doutor na área de pesquisa escolhida, após defesa de dissertação no caso de mestrado e de tese, no doutorado. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação previstos na legislação - Resolução CNE/CES nº 1/2001, alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002. Cada universidade, seja ela pública ou privada, possui seus regimentos internos e notas de avaliação que demonstram o reconhecimento que o programa conquistou através da avaliação do CAPES, no que diz respeito à formação de pesquisadores e no desenvolvimento da pesquisa.

O Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) é outro instrumento importante para a regulamentação da pós-graduação no Brasil. Instituído pela Portaria nº 086/2013 da CAPES, o PNPD tem como objetivo a valorização e qualificação dos programas de pós-graduação através da realização de estágios pós-doutorais em instituições de ensino superior e pesquisa. Essa modalidade de pesquisa contribui para fortalecer a formação de recursos humanos qualificados e fomentar a produção científica. É importante mencionar a Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004), que estabelece medidas de estímulo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Essa lei incentiva a colaboração entre as instituições de ensino e pesquisa e o setor empresarial, visando a transferência de conhecimento e tecnologia. Essa aproximação entre academia e indústria é fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

É preciso deixar clara a diferença entre os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, que estão direcionados aos programas de mestrado e doutorado e *Lato Sensu*, que em sentido amplo compreendem os cursos de pós-graduação voltados para alguma especialização. Da mesma forma que o *Stricto Sensu*, somente

poderão participar de um curso Lato Sensu aqueles que tiverem concluído alguma graduação, independente da área. Tratam-se esses, de cursos com menor tempo de duração e menor exigência para ingresso e permanência.

São os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que possuem grande número de pesquisadores qualificados para pensar a educação, problematizar e propor estratégias educativas, de acordo com as demandas contemporâneas. São fundamentais no fortalecimento da pesquisa em educação com perspectiva de desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural.

A pós-graduação *stricto sensu* é estabelecida pelo (SNPG) Sistema Nacional de Pós-Graduação, coordenada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Considerada como uma fase da composição estrutural da educação brasileira.

De acordo com um breve resgate histórico, a pós-graduação no Brasil surgiu em 1950 com a criação do CNPQ e CAPES, foi então que a Pós-Graduação *Stricto Sensu* e a pesquisa passaram a fazer parte do contexto universitário brasileiro. Foi institucionalizada na década de 1960 através do marco legal do parecer CES/CFE nº 977/65. Trata-se de um dos pareceres mais importantes para a pós-graduação, onde estabelece as normas para o credenciamento de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Define os critérios para a avaliação e supervisão dos programas, estabelecendo os requisitos mínimos que devem ser atendidos para o funcionamento de um curso de pós-graduação. Além disso, também determina os procedimentos para a concessão e renovação do credenciamento, garantindo a qualidade dos programas oferecidos.

Neste sentido, Scott (2012) chama atenção para o fato de o parecer ser emitido em pleno Regime Militar, tendo como modelo o tecnicismo, claramente influenciado pelos modelos norte-americanos e franceses. Bianchetti acrescenta, ainda, que:

Embora criada na década de 1950, a Capes atuou como principal órgão responsável pela pós-graduação e pesquisa, somente a partir do golpe de 1964 passou a assumir um protagonismo, em especial, na formação de professores e, secundariamente, na pesquisa, como resultado da inclusão da educação e a aposta nela como fator de desenvolvimento do país. No projeto de um “Brasil grande”, à pós-graduação e à pesquisa foram endereçadas demandas de teor nacional-desenvolvimentista (Bianchetti, 2018, p. 31).

A estrutura da pós-graduação desde a regulamentação permanece da mesma forma até hoje. Dividida em cursos *lato sensu* e *stricto sensu*. Os objetivos iniciais estavam relacionados com a possibilidade de formação qualificada para que pudesse atender a ampliação do ensino superior, visto que naquele período houve uma crescente no ingresso em cursos de nível superior. Existia uma grande preocupação em formar técnicos e intelectuais de alto nível para que pudessem ser supridas as necessidades do desenvolvimento do país em todos os setores e áreas do conhecimento.

Ainda Scott (2012) faz uma observação que na década de 1970 foi estabelecido o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) com prazo de políticas definidas para o período de 1975-1977. O PNPG tinha como desígnio a qualidade do nível de ensino, assim como, formação de profissionais gabaritados para o mercado de trabalho e trabalhos científicos em instituições públicas ou privadas.

Já o II PNPG no período de 1982-1985 foi implementado nos últimos anos do regime militar. Com destaque em perspectivas relacionadas à racionalização dos recursos pautadas pela crise econômica da época, houve também uma considerável preocupação com os desníveis regionais e institucionais decorrentes do colapso em que o Brasil encontrava-se nesse período.

O III PNPG ocorreu entre 1986-1989. Teve como prioridade o estreitamento das relações entre a pós-graduação e o setor de produção. A intenção era buscar novas fontes de financiamento e espaços para pesquisas aplicadas.

Em 1990 o IV PNPG não foi formalmente implementado, ficou marcado por um conjunto de medidas que formaram uma política de Pós-Graduação. Tendo como destaque a autonomia institucional e a flexibilização. A diminuição das responsabilidades da União resultou na autonomia dos programas de Pós-Graduação, podendo dessa forma atender as especificidades e vocações das instituições.

O V PNPG esteve vigente entre 2005 e 2010, reafirmando a tarefa da Pós-Graduação em formar profissionais qualificados para atender a demanda do país, considerando os distintos espaços sociais. Outro objetivo pautado foi a expansão desse nível de ensino para o aumento do número de pós-graduandos, para que então pudessem atender as demandas do sistema de ensino superior, tendo em vista a ciência, tecnologia e o setor empresarial.

O VI PNPG 2011-2020 ainda está em vigência. Tem como finalidade definir novas diretrizes, metas e estratégias para continuidade e avanço das propostas para as políticas de Pós-Graduação e pesquisa no Brasil. Juntamente com este plano está sendo elaborado o novo Plano Nacional de Educação (PNE). Pela primeira vez, um plano nacional de educação contemplará os objetivos da pós-graduação, sendo o PNPG parte integrante do PNE.

Até então, o PNPG tem sido uma importante referência para as políticas de pós-graduação no Brasil, onde estabelece metas e diretrizes para a formação de recursos humanos altamente qualificados, a produção científica e tecnológica, além de promover a integração da pós-graduação com a graduação e os setores produtivos. Fortalece a capacidade de pesquisa e inovação do país, o que contribui para o desenvolvimento econômico e social. Entre as suas diretrizes, estão a ampliação do acesso à pós-graduação, a promoção da internacionalização, a valorização da diversidade e inclusão, assim como, o incentivo à interdisciplinaridade.

A pós-graduação é uma etapa fundamental na formação de recursos humanos qualificados e na produção científica e tecnológica do país, e as leis que a regulamentam desempenham um papel essencial nesse processo.

Os cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu possuem grande número de pesquisadores qualificados capazes de pensar a educação, problematizar e propor estratégias educativas de acordo com as demandas contemporâneas. São fundamentais no fortalecimento da pesquisa em educação com perspectiva de desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural. Através das pesquisas científicas formam-se as redes de colaboração e os capitais intelectuais.

Dando continuidade ao estudo, serão expostos os dados pesquisados utilizando os descritores selecionados relativos aos temas discutidos até aqui.

3.7 Panorama Geral e Análise Quantitativa dos Descritores

Na busca de uma visão geral sobre cada descritor, foi organizada a classificação através de dois itens de identificação. Geral por tema gerador;

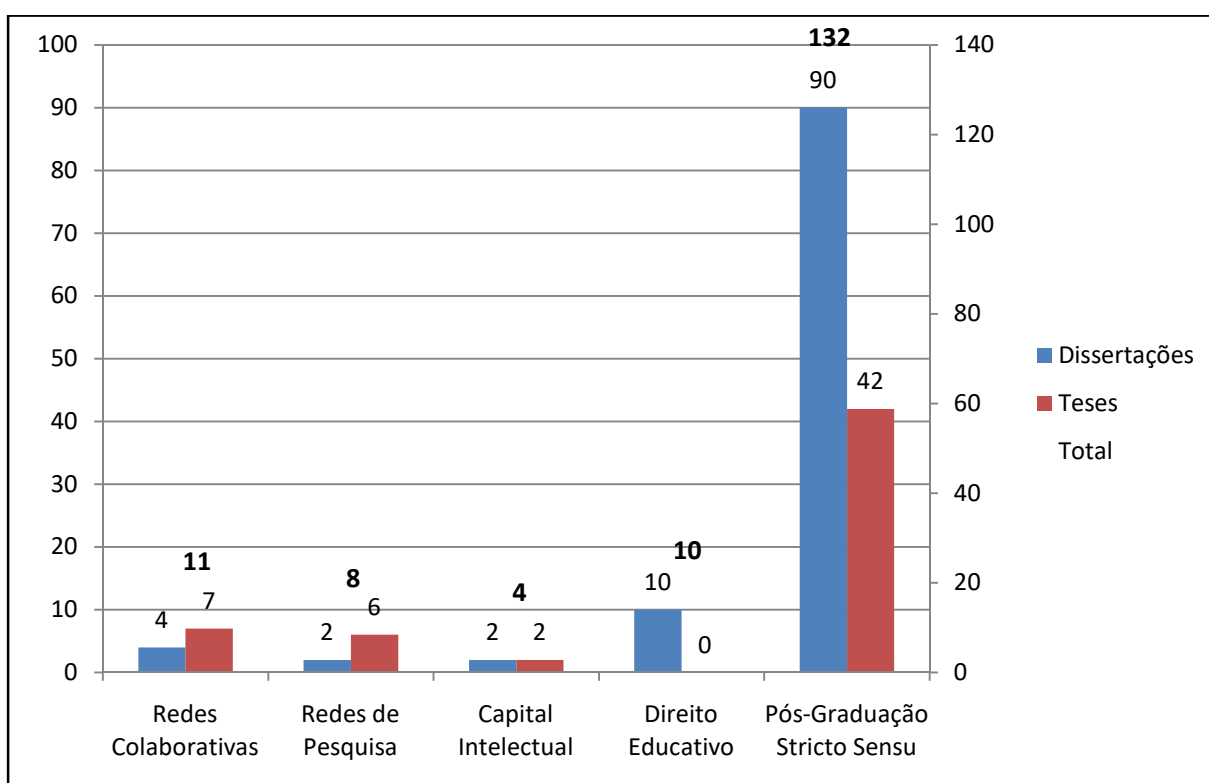
- Descritores
- Teses e dissertações.

Além das produções científicas e a utilização dos descritores, foram registradas as produções em instituições públicas e privadas e a região de acordo com cada palavra-chave;

- Região.
- Instituições públicas e privadas.

Logo abaixo está a apresentação da análise quantitativa dos dados. Identificação geral das produções por tema gerador. Na figura 3 podemos observar os seguintes descritores: “*Redes colaborativas*” com 11 trabalhos encontrados, sendo 4 dissertações e 7 teses. “*Redes de pesquisa*” com 8 produções, 2 dissertações e 6 teses. “*Capital intelectual*”, com 4 trabalhos, 2 dissertações e 2 teses. “*Direito educativo*” com apenas 10 dissertações. Por último está o descritor “*Pós-graduação Stricto Sensu*” com 132 produções, 90 dissertações e 42 teses.

Figura 3 - Gráfico áreas de pesquisa

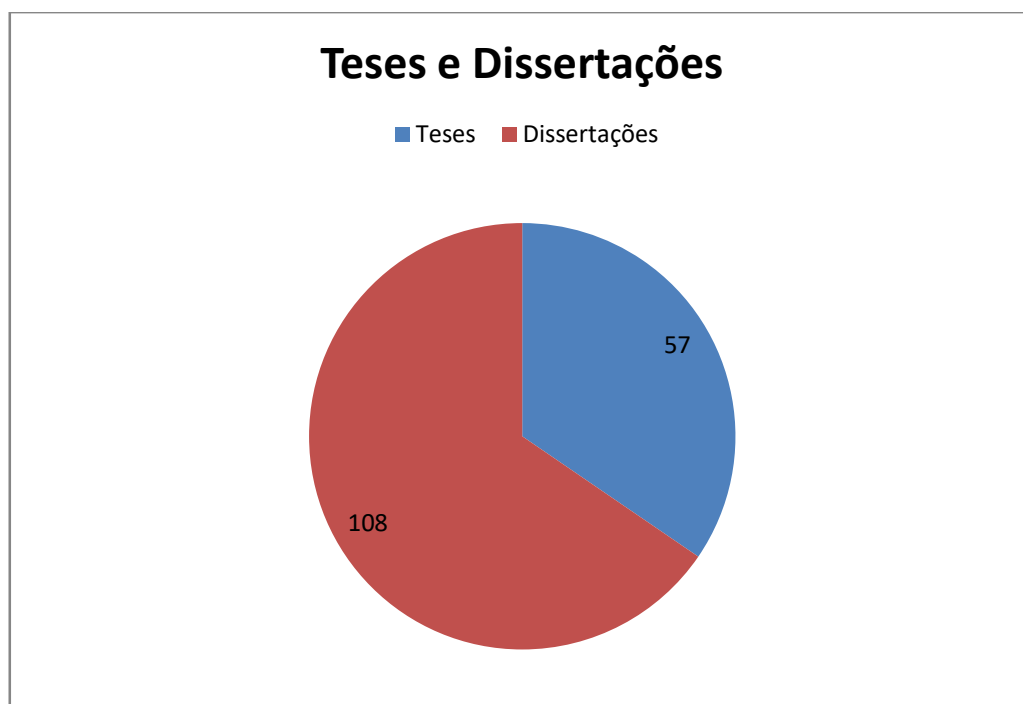


Ao analisar o gráfico pode-se observar que no banco de teses e dissertações há mais teses com os descritores “redes colaborativas e redes de pesquisa”. O descritor “capital intelectual” empatou e os demais “direito educativo e pós-graduação stricto sensu” apresentam uma disparidade grande, obtendo quase o

dobro de dissertações em relação às teses. Esses números estão relacionados às linhas de pesquisas do Programas de Pós-graduação.

A figura 4 apresenta as produções entre teses e dissertações referentes a todos os descritores. Observa-se que o número de dissertações no montante dos trabalhos produzidos é superior ao número de teses.

Figura 4 - Gráfico Teses e Dissertações

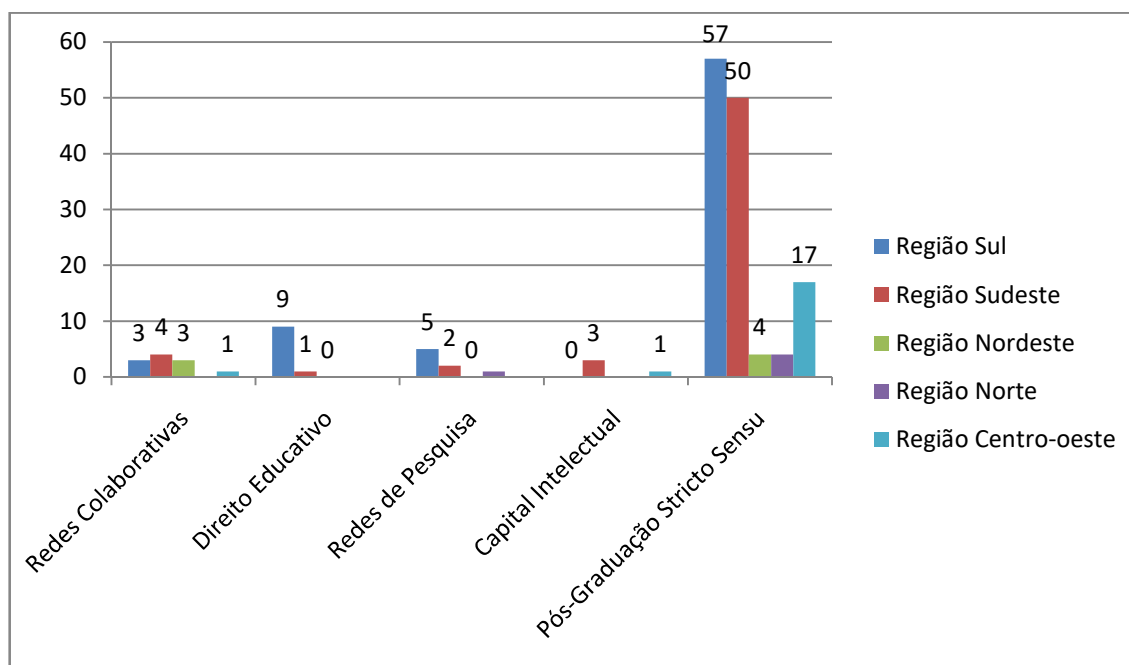


Na soma geral das teses e dissertações pode ser observado que há quase o dobro de produções de dissertações em relação à quantidade de teses. Essa diferença está relacionada também à oferta de cursos de doutorado e de mestrado, assim como, o número de vagas, que para mestres é superior ao de doutores. No Brasil existem mais programas de mestrado do que programas completos que oferecem mestrado e doutorado.

Na figura 5 é demonstrada uma visão geral das regiões com maior abrangência de trabalhos. O descritor "*redes colaborativas*" apresenta 3 trabalhos na região sul, 4 no sudeste, 3 no nordeste e 1 no centro-oeste. O "*direito educativo*" com 9 produções na região sul e 1 na Sudeste. As "*redes de pesquisa*" contemplam 5 investigações na região sul, 2 na sudeste e 1 na norte. Por conseguinte, está o "*capital intelectual*" com 3 estudos na região sudeste e 1 na centro oeste. Já a "*pós-*

graduação stricto sensu” apresenta 57 na região sul, 50 na sudeste, 4 trabalhos na região nordeste, 4 na norte e 17 na centro-oeste.

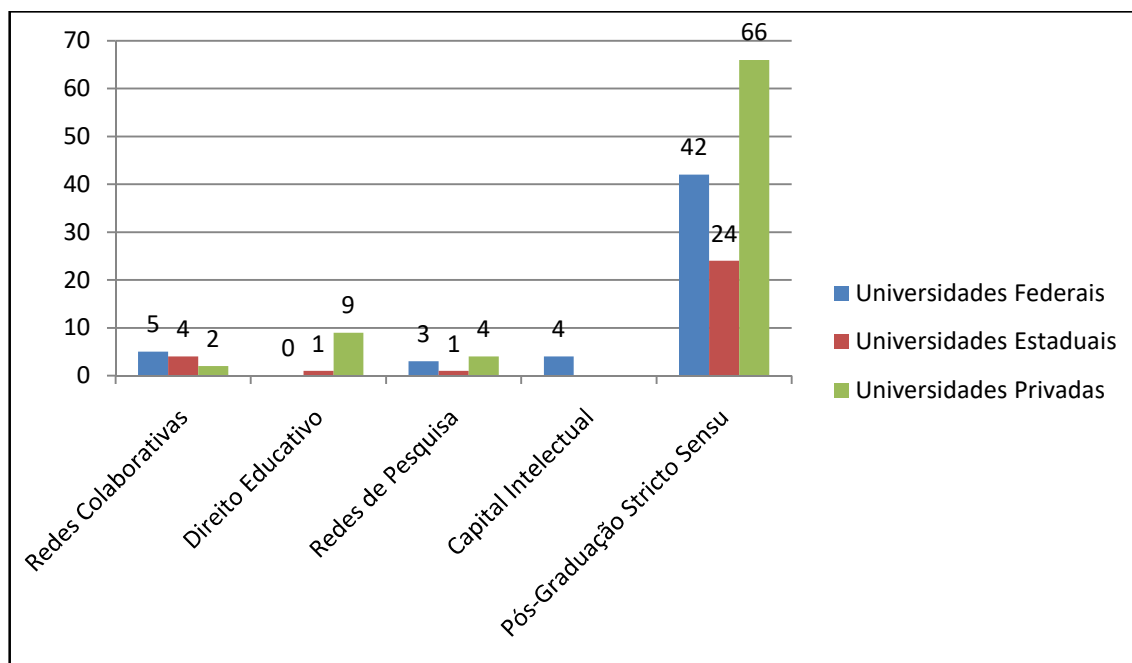
Figura 5 - Gráfico Descritores por região do Brasil



As regiões sul, sudeste e centro-oeste são as regiões que indicam maior número de produções científicas. Tratam-se de regiões que apresentam maior concentração de programas de pós-graduação no Brasil. Tal disparidade está relacionada também aos capitais econômicos de cada estado. Melhores condições sociais, maiores oportunidades de formação humana e profissional.

A figura 6 traz a relação das produções nas instituições de ensino superior com programas de pós-graduação nas redes públicas e privadas. De acordo com os descritores, temos os seguintes resultados: Com as “*redes colaborativas*” os estudos estão divididos em 5 em universidades federais, 4 em universidades estaduais e 2 em universidades privadas. O “*direito educativo*” apresenta 1 trabalho em universidade estadual e 9 em universidades particulares. Já o descritor “*capital intelectual*” contemplou as 4 produções em universidades federais. As “*redes de pesquisa*” apresentam 3 estudos advindos de universidades federais, 1 de universidade estadual e 4 de universidades privadas. Logo, a *Pós-Graduação Stricto Sensu* com 42 trabalhos na rede federal, 24 na estadual e 66 na rede privada.

Figura 6 - Gráfico Distribuição nas universidades



As universidades privadas apresentam um percentual maior em relação às outras universidades, onde a maioria dos estudos estão concentrados de acordo com os temas acima descritos. Esse resultado pode estar relacionado a maior oferta de cursos e programas de pós-graduação nas redes privadas. Temos universidades federais e estaduais enormes, porém a maioria delas ficam localizadas nos grandes centros e metrópoles. Em contrapartida as universidades privadas se estabelecem em municípios menores atendendo também a necessidade da comunidade. Entre elas estão as católicas, metodistas, comunitárias, as redes de ensino dentre tantas outras.

3.8 Conteúdo dos trabalhos encontrados

Dos 165 trabalhos encontrados, apenas 9 fazem referências aos temas propostos, porém nenhum dos autores faz a relação entre as redes de pesquisa e colaborativas com o direito educativo e a formação de capital intelectual na Pós-graduação. Os descritores aparecem nos estudos, mas muitas vezes sem aprofundamento e sem ser o foco da pesquisa. São eles⁷:

⁷ As referências bibliográficas dos trabalhos aqui citados encontram-se nas Referências.

Tabela 6 - Descritores

NOME	TEMA
Jeanice Rufino Quinto	<i>Redes intelectuais: A atuação da RIIDE Brasil e México na promoção do direito educativo.</i>
Marilene Batista da Cruz Nascimento.	<i>Iniciação científica em redes colaborativas e formação universitária de qualidade: a perspectiva do egresso.</i>
Claudia Grabinsk	<i>Redes internacionais de pesquisa e excelência na pós-graduação: visão de pesquisadores da área de medicina.</i>
Egeslaine Nez	<i>Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual: a construção de redes de pesquisa.</i>
Kelly Dayse Barreiros	<i>Os sentidos e significados da formação stricto sensu no trabalho docente da educação básica.</i>
Gislaine Aparecida Rodrigues da Silva Rosseto	<i>Atividade de estudo e autonomia no processo de produção da pesquisa.</i>
Marina Miri Braz	<i>A pós-graduação e sua atuação no âmbito da educação básica: elementos a partir do caso PPGEDU/UPF'</i>
Juliana Alves Isaac	<i>O discurso, a prática e a formação para a pesquisa na pós-graduação stricto sensu em educação.</i>
Rodrigo Medeiros dos Santos	<i>Estado da arte e história da pesquisa em Educação Estatística em programas brasileiros de pós-graduação</i>

O estudo busca identificar aspectos já pesquisados na linha de pesquisa em educação, assim como, o quanto os temas são pertinentes e expressivos em diferentes épocas, universidades e localidades. Em destaque está o fato de não serem localizados trabalhos que relacionem os Direitos Educativos e as Redes de Colaboração na pós-graduação Stricto Sensu, o que leva a ressaltar a importância da elaboração do estudo e o ineditismo da temática em questão.

É preciso evidenciar que dos 9 trabalhos considerados relevantes por possuírem relação com a proposta de tese, um deles com o descritor “Direito educativo,” refere-se a dissertação de mestrado defendida pela autora Jeanice Rufino Quinto, no ano de 2018. Intitulado como: *Redes intelectuais: A atuação da RIIDE Brasil e México na promoção do direito educativo*. A pesquisa apresenta a atuação da RIIDE na promoção do Direito Educativo.

Outro trabalho que se destacou é da autora Marilene Batista da Cruz Nascimento com o descritor “Redes colaborativas”, desenvolvido através de uma tese que foi defendida em 2016 na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande

do Sul/ PUCRS. A autora analisou os impactos da iniciação científica na formação dos egressos bolsistas e voluntários que trabalharam como participantes de redes colaborativas de pesquisa. Os resultados permitiram compreender os impactos da iniciação científica em uma universidade considerada responsável socialmente, juntamente com as inter-relações entre o comprometimento e as produções dos profissionais com as redes de colaboração.

O terceiro trabalho que faz alguma relação com os objetivos desse estudo contou com o descritor “Redes de pesquisa”. Da autora Claudia Grabinsk com o título: Redes internacionais de pesquisa e excelência da pós-graduação: visão de pesquisadores da área de medicina. Abordou as redes internacionais de pesquisa como promotoras de vastas produções científicas na área da medicina, demonstrou em sua investigação a importância das redes de colaboração e o contato com diferentes experiências em distintos países. Apesar de ser um trabalho em outra área do conhecimento, trouxe a importância das redes colaborativas na pós-graduação. A autora defendeu a dissertação de mestrado em 2019, no programa de mestrado em educação da instituição de ensino: Pontifícia universidade católica do Rio Grande do Sul/ PUCRS.

Ainda com o descritor “Redes de pesquisa” a doutora Egeslaine Nez defendeu a tese intitulada: Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual: a construção de redes de pesquisa. Trabalho defendido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, no ano de 2014. Esse estudo traz informações importantes no que diz respeito a universidade que por meio da pós-graduação é fonte geradora de conhecimentos, na medida em que intensifica suas ações de produção da pesquisa por meio de grupos, através de projetos e das redes de pesquisa que se formam.

Ao buscar o descritor “Capital intelectual”, dos quatro trabalhos encontrados, nenhum apresentou qualquer relação com os objetivos do projeto de pesquisa. Todos os estudos tratam de atuações e formações de trabalhadores da indústria, regulações de estados e certificações profissionais.

Com o último descritor “Pós-Graduação Stricto sensu” foram encontrados 132 trabalhos na área da educação, mas apenas cinco deles apresentaram alguma relação com o tema do estudo em questão. A dissertação da autora Kelly Barreiros com o tema: “Os sentidos e significados da formação stricto sensu no trabalho

docente da educação básica”, apresenta a sistematização do panorama da formação da pós-graduação *stricto sensu*, bem como, as razões e os estímulos que impulsionaram a procura por tal formação. Tem como objetivos identificar e apontar, junto aos egressos dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, as contribuições da formação *stricto sensu* no trabalho docente; identificar os motivos para a busca dessa formação; perceber se houve mudanças na organização do seu trabalho após a formação de mestrado/doutorado. O estudo traz a importância dos programas de formação na Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Já a autora Gislaíne Rosseto com a tese: “A atividade de estudo e autonomia no processo de produção da pesquisa” identifica os percursos de desenvolvimento da atividade de estudo durante a elaboração de dissertações e teses. Teve como objetivo reconhecer quais ações e operações estão implicadas nesse processo de produção da pesquisa e analisar as ações e operações diretamente ligadas ao processo da constituição da autonomia para o pesquisador. Trata da importância da pesquisa e da formação de intelectuais.

Outra dissertação da autora Marina Braz: “A pós-graduação e sua atuação no âmbito da educação básica: elementos a partir do caso PPGEDU/UPF”, trata-se de um estudo focado nos 15 anos do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade de Passo Fundo, objetivando verificar as implicações e interlocuções existentes entre este programa e a Educação Básica. Diante dessa proposta, buscou-se desvelar a seguinte problemática: quais as contribuições tangíveis do curso de mestrado em educação/UPF para a agenda da Educação Básica? O estudo justifica-se pelo fato de a Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação caracterizar-se como sendo um grande avanço para o cenário educativo, apresentando possibilidades e perspectivas que abarcam transformações no âmbito econômico, político, social, cultural e educacional.

A tese: “O discurso, a prática e a formação para a pesquisa na pós-graduação *stricto sensu* em educação”, da autora Juliana Alves Isaac apresenta reflexões sobre a prática docente e a formação para pesquisa nos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* na área da educação.

O último trabalho encontrado, com alguma relação ao projeto de tese, com o descritor Pós-graduação *stricto sensu* do autor Rodrigo dos Santos: “Estado da arte e história da pesquisa em Educação Estatística em programas brasileiros de pós-

graduação”, teve como objetivo a partir da modalidade de pesquisa do estado da arte, inventariar, sistematizar, descrever e analisar a configuração da pesquisa brasileira em Educação Estatística, produzida no âmbito dos programas de pós-graduação stricto sensu, destacando notadamente suas principais linhas temáticas e teórico-metodológicas.

A próxima abordagem apresenta a lista dos trabalhos encontrados com os descritores: Redes Colaborativas, Direito Educativo, Capital intelectual e Redes de pesquisa. Dessa maneira, de forma mais simplificada, estão demonstrados os estudos que não foram mencionados como um dos 9 mais importantes. Optamos por deixar de fora o descritor Pós-Graduação Stricto Sensu dos próximos quadros por se tratar de mais de 100 trabalhos que não possuem relação alguma com o tema proposto da pesquisa e divergem em áreas do conhecimento, pouco ou nada relacionadas com a educação, portanto foram mencionados anteriormente apenas cinco estudos que tiveram alguma aproximação do tema proposto. Esses dados e investigação comprovam o quanto as redes colaborativas e de pesquisa em direito educativo ainda precisam ser exploradas.

Dos 11 trabalhos encontrados com as “Redes Colaborativas” 10 não tiveram relação com o tema proposto⁸. São eles:

3.8.1 Redes colaborativas

Tabela 7 - Redes colaborativas

Autor	Título	Tese ou dissertação
Maia, Debora Matos	Pedra que ronca, pedra de ponta: redes colaborativas de educação e culturas populares no bairro de Itapuã.	Tese
Gallana, Lilia Maria Reginato	Facebook: um espaço de colaboração para a troca de experiências com uso de tecnologias em sala de aula'	Dissertação
Becker, Andriza Machado.	Constituição de comunidade [IM] possibilidades no percurso formativo em educação a distância-EAD	Dissertação
Cuevas, Marcia Roxana	Conversar e tensionar na	Tese

⁸ As referências bibliográficas dos trabalhos aqui citados encontram-se nas Referências.

Cruces.	formação(des)continuada inventiva/inclusiva: cartografia de uma escola-território	
Ramos, Rodrigo Barbosa	Projeto alunos em rede-mídias escolares: análise sobre a construção da educomunicação na rede municipal de ensino de Porto Alegre.	Dissertação
Santos, Jocenildes Zacarias.	Aprendizagem da lectoescrita das crianças no primeiro ano do ensino fundamental do MOODLE.	Tese
Figueiredo, Nilzilene Gomes de.	A sustentabilidade de um centro de ciências no interior da Amazônia: o CPADC de Santarém-PA (1988-2015)	Tese
Gomes, Maria Antonia Lima.	Museu virtual para o antigo teatro São João da Bahia, através de uma abordagem socioconstrutivista.	Tese
Castilho, Janaina Carrasco.	As redes colaborativas na escola sob a ótica de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.	Tese
Silva, Emerson Brandao da.	Para todos verem por palavras: elaboração de tecnologia assistiva e banco de dados de objetos digitais de audiodescrição segundo o princípio do desenho universal (Boca-rep)	Dissertação

O trabalho: “Pedra que ronca, pedra de ponta: redes colaborativas de educação e culturas populares no bairro de Itapuã”, da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, UFBA. Trata as redes colaborativas como grupos de pessoas que trabalham como protagonistas das culturas populares, articulando-se, com o apoio dos trabalhadores da educação, para apresentar às crianças e aos jovens das instituições públicas de educação formal, a história e a diversidade cultural do lugar. Pensando no amanhã, a comunidade de Itapuã organizou-se em redes colaborativas para valorizar e fomentar a sua cultura.

A dissertação “Facebook: um espaço de colaboração para a troca de experiências com uso de tecnologias em sala de aula”, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Nessa perspectiva as redes colaborativas foram abordadas

como redes sociais que podem ser trabalhadas como grandes colaboradoras no ensino-aprendizagem.

A pesquisa: “Constituição de comunidade [IM] possibilidades no percurso formativo em educação à distância-EAD. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. Apresenta as redes colaborativas através da comunidade e suas dimensões históricas, sociais e culturais que são repercutidas no cenário educacional. Na modalidade de educação à distância a autora defende o desenvolvimento das relações didáticas, pedagógicas e interpessoais potencialmente propícias à formação de redes colaborativas de formação e desenvolvimento profissional que, por sua vez, podem conduzir à constituição de uma comunidade.

O trabalho de tese: “Conversar e tensionar na formação (des)continuada inventiva/inclusiva: cartografia de uma escola-território”. Universidade Federal do Espírito Santo, UFES. Traz o enfoque sobre a formação de educadores inclusivos a partir do paradigma de rede. Compreendendo o homem e a sociedade como emaranhados em uma rede de produções, intensidades de sentidos e afetações que configuram a existência.

A pesquisa: “Projeto alunos em rede-mídias escolares: análise sobre a construção da educomunicação na rede municipal de ensino de Porto Alegre”, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nessa abordagem as redes são evidenciadas como de localidade, pertencente a um determinado grupo. Esse foi um projeto desenvolvido na rede municipal de educação, por integrantes da rede municipal de ensino.

A tese de doutorado: “Aprendizagem da lectoescrita das crianças no primeiro ano do ensino fundamental do MOODLE”, Universidade do Estado da Bahia, UNEB. Nesse caso o termo “rede de colaboração” é demonstrado como rede de Internet por meio de chats, redes sociais, jogos online e games que possibilitam o reconhecimento acerca de novas estruturas relacionadas à informação.

A investigação: “A sustentabilidade de um centro de ciências no interior da Amazônia: o CPADC de Santarém-PA (1988-2015)”, Universidade Estadual de Campinas. A tese em questão compreende as redes colaborativas como um grupo formado através de redes de práticas sustentáveis. O estudo identificou a existência de uma rede formada por diferentes instituições e profissionais que realizavam um

trabalho em sinergia, interagiam regularmente e possuíam interesse em comum e aplicações de práticas sustentáveis.

O trabalho: “Museu virtual para o antigo teatro São João da Bahia, através de uma abordagem socioconstrutivista”, Universidade do Estado da Bahia, UNEB. No estudo as “redes colaborativas” aparecem como ações desenvolvidas por sujeitos e usuários de forma direta ao Museu Virtual do TSBA, além dos fóruns que se formaram nas redes sociais, das parcerias, das redes colaborativas.

“As redes colaborativas na escola sob a ótica de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental”, Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. O estudo apresenta os professores como rede de apoio e trabalho em equipe para emancipação do ensino nos anos iniciais do ensino fundamental.

O trabalho de dissertação: “Para todos verem por palavras: elaboração de tecnologia assistiva e banco de dados de objetos digitais de audiodescrição”. Universidade Federal da Grande Dourados. A dissertação traz um estudo que visa à elaboração de tecnologias para a busca de dados e objetos digitais de audiodescrição. As redes são tratadas como suportes e auxílio para elaborações de reuniões e projetos.

Dos 10 trabalhos encontrados com o “Direito Educativo”, 9 não tiveram relação com o tema proposto⁹. São eles:

3.8.2 Direito Educativo

Tabela 8 - Direito Educativo

Autor	Título	Tese ou dissertação
Rupp, Luzia Diel	Políticas de Educação Infantil no Município de Campinas-SP: entrelaçamentos entre os direitos da criança e da mulher ⁹	Dissertação
Silva, Luis Fabiano De Aguiar	A Representação Social de Educação de Jovens e Adultos Por Professores de Geografia da Educação Básica.	Dissertação
Jesus, Rodenil Goncalves De	O papel das escolas do legislativo na formação política e educação para cidadania: um estudo sobre as atividades da escola do legislativo de	Dissertação

⁹ As referências bibliográficas dos trabalhos aqui citados encontram-se nas Referências.

	Rondonópolis MT.	
Basso, Rochana.	Políticas públicas e o direito a educação profissionalizante no sistema penitenciário do Rio Grande do Sul.	Dissertação
Andrade, Claudete Freitas de	Alfabetização de alunos com transtorno do espectro autismo: Desafios da inclusão no município de São Luiz Gonzaga/RS	Dissertação
Furtado, Rafael Masson.	O direito à educação e à inclusão de alunos refugiados em uma escola estadual de Cuiabá-MT	Dissertação
Bando, Janaina Rossarolla.	A inserção das formas consensuais de solução de conflitos pelas novas DCN's no curso de graduação em direito e sua contribuição para autonomia e emancipação da sociedade.	Dissertação
Gigoski, Iarana De Castro.	Mediação de conflito escolar: cultura de paz e possibilidade do direito educativo.	Dissertação
Tamiozzo, Cecília Ines.	Um aluno a incluir é um aluno por salvar: reconhecimento, responsabilidade e amor na inclusão do deficiente intelectual.	Dissertação

O trabalho intitulado “Políticas de Educação Infantil no Município de Campinas-SP: entrelaçamentos entre os direitos da criança e da mulher”, da Universidade Estadual de Campinas. Apresenta uma análise do direito educativo com ênfase ao cuidado das crianças e ao trabalho da mulher. A autora traz uma discussão a respeito desses direitos.

A dissertação: “A representação Social de Educação de Jovens e Adultos por professores de geografia da educação básica”. Fundação Universidade Federal do Piauí. Analisou a representação social da educação de jovens e adultos, articulada por professores e professoras de geografia do ensino fundamental e médio da educação de jovens e adultos da rede pública estadual de ensino em São Luís/MA.

O estudo: “O papel das escolas do legislativo na formação política e educação para cidadania: um estudo sobre as atividades da escola do legislativo de Rondonópolis”, apresenta uma reflexão sobre que o papel das escolas do legislativo na formação política e educação para cidadania.

“Políticas públicas e o direito a educação profissionalizante no sistema penitenciário do Rio Grande do Sul”. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. A pesquisa enfatiza a importância do direito à educação profissionalizante dentro do sistema penitenciário do Rio Grande do Sul.

“Alfabetização de alunos com transtorno do espectro autismo: Desafios da inclusão no município de São Luiz Gonzaga”. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. A pesquisa trata de aspectos de inclusão social e políticas de amparo para educação.

“O direito à educação e à inclusão de alunos refugiados em uma escola estadual de Cuiabá-MT”, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. O trabalho refere o direito à educação na perspectiva da inclusão de alunos refugiados.

“A inserção das formas consensuais de solução de conflitos pelas novas DCN's no curso de graduação em direito e sua contribuição para autonomia e emancipação da sociedade”. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen. A pesquisa apresenta a preocupação com a solução de conflitos no âmbito do curso e formação de direito na graduação.

“Mediação de conflito escolar: cultura de paz e possibilidade do direito educativo”. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. O estudo apresenta as possibilidades do Direito Educativo para cultura de paz através da política de mediação de conflito escolar.

“Um aluno a incluir é um aluno por salvar: reconhecimento, responsabilidade e amor na inclusão do deficiente intelectual”. Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do sul. A investigação trata da inclusão do deficiente intelectual, o reconhecimento e responsabilidade na viabilização do ensino.

A grande concentração de trabalhos catalogados da URI (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões) encontrados com o descritor Direito Educativo está relacionado ao grupo de pesquisa e à rede internacional de investigação em Direito Educativo do programa de mestrado e doutorado da universidade.

3.8.3 Capital Intelectual

Dos 4 trabalhos encontrados com o “Capital Intelectual” nenhum teve relação com o tema proposto. São eles:

Tabela 9 - Capital Intelectual

Autor	Título	Tese e dissertação
Ney, Antonio Fernando Vieira	Certificação profissional: concepções em disputa.	Tese
Araujo, Carla BusatoZandavalli Maluf de.	SINAES em Mato Grosso do Sul e a regulação do estado brasileiro: os limites do estado-nação.	Tese
Bedendo, Caroline.	A nova concepção da iniciação científica nas IFES: um estudo de caso.	Dissertação
Prata, Ana Paula Fernandes.	Roberto Mange: atuação e proposições para a formação do trabalhador da indústria brasileira (1913-1955)	Dissertação

“Certificação profissional: Concepções em disputa”. Universidade Federal Fluminense, Niterói. Trata-se de um estudo na área da administração de empresas. Apresenta uma discussão sobre as certificações de experiências exigidas para contratação e permanência de funcionários.

“SINAES em Mato Grosso do Sul e a regulação do estado brasileiro: os limites do estado-nação”. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Trabalho anterior à Plataforma Sucupira. Não possui resumo e nem anexo.

“A nova concepção da iniciação científica nas IFES: um estudo de caso”. Universidade Federal de São Carlos. O trabalho apresenta a concepção científica no contexto das instituições federais de ensino superior.

“Roberto Mange: atuação e proposições para a formação do trabalhador da indústria brasileira”. Centro Federal de Educação Tecn. de Minas Gerais, Belo Horizonte. Baseia-se na atuação de Roberto Mange, um engenheiro, intelectual e educador, identificado com a administração científica da produção e do trabalho e com o movimento escola novista brasileiro dos anos 1930.

Dos 8 trabalhos encontrados com as “Redes de Pesquisa” 6 não obtiveram relação com o tema proposto. São eles:

3.8.4 Redes de pesquisa

Tabela 10 - Redes de pesquisa

Autor	Título	Tese ou dissertação
Moletta, Ana Keli.	O campo científico de educação infantil no Brasil (1981/2010)	Tese
Ribeiro, Cristina Zanettini.	O espaço da interdisciplinaridade no contexto de pesquisa dos institutos nacionais de ciência e tecnologia.	Tese
Fernandes, Larissa Maria da Costa	A internacionalização da educação superior: contributos da mobilidade estudantil na Pós-Graduação em Educação da UFRN (2001-2010).	Dissertação
Stremel, Silvana.	A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil.	Tese
Hoepers, Idorlene da Silva.	Traduções da política de ensino superior no contexto da prática em institutos superiores de educação profissional do Brasil e Portugal	Tese
Pereira, Elton Antonio Alves.	Redes de pesquisa em educação no Brasil: análise epistemológica da produção da redecentro, REEIPE e RIES (1998 a 2016).	Tese

“O campo científico de educação infantil no Brasil (1981/2010)”, Universidade Federal de São Carlos. A investigação apresenta o campo científico na área da educação infantil e no campo. Os desafios e angústias.

“O espaço da interdisciplinaridade no contexto de pesquisa dos institutos nacionais de ciência e tecnologia”. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O trabalho teve como objetivo explorar a (in) existência de princípios e/ou práticas interdisciplinares no contexto de pesquisa dos Institutos nacionais de ciência e

tecnologia a partir do estudo de caso de dois institutos sediados em IES do RS, pública e privada, discutindo-os no âmbito da universidade.

“A internacionalização da educação superior: contributos da mobilidade estudantil na Pós-Graduação em Educação da UFRN”. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O estudo teve por objetivo analisar como se configura o processo de mobilidade de doutorandos em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, procurando investigar as suas contribuições na formação do pesquisador e na consolidação do Programa de pós-graduação em Educação.

“A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil”. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Teve como objetivo analisar a constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. Essa análise envolveu a investigação de processos que permeiam a história da política educacional como um campo específico, bem como a identificação de demarcações temporais no processo de constituição desse campo no contexto brasileiro.

“Traduções da política de ensino superior no contexto da prática em institutos superiores de educação profissional do Brasil e Portugal”. Universidade do Vale do Itajaí. A tese foi vinculada à Linha de Pesquisa Políticas para a Educação Básica e Superior e ao Observatório de Políticas Educacionais, que teve por objeto a política de ensino superior no contexto dos Institutos Superiores de formação profissional no Brasil e em Portugal.

“Redes de pesquisa em educação no Brasil: análise epistemológica da produção da redecentro, REEPE e RIES (1998 a 2016)”. Universidade de Uberaba. A investigação apresentou uma análise epistemológica de duas redes em específico: redes da área da educação com enfoque no ensino básico e fundamental e redes de ensino médio.

O conceito de tese diz respeito a uma discussão que tem como princípio básico o ineditismo, algo que nunca foi trabalhado ou discutido em termos técnicos e científicos. O trabalho intitulado como estado do conhecimento comprova através dos dados apresentados a partir dos descritores mencionados o quanto as redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo na Pós-Graduação *Stricto Sensu* ainda precisam expandir e evoluir para a formação de capitais intelectuais. Foram encontrados ao todo 165 trabalhos entre teses e dissertações, na soma dos 5 descritores: direito educativo, capital intelectual, redes de pesquisa, redes

colaborativas e pós-graduação stricto sensu. Nenhum estudo relacionou os direitos educativos com as redes de colaboração ou redes de pesquisa aliadas aos programas de pós-graduação stricto sensu, a não ser o trabalho de dissertação desenvolvido em 2018 pela mesma autora que hoje busca dar continuidade aos estudos nessa ênfase. Através do estado do conhecimento buscou-se comprovar a importância da investigação, uma vez que é inédita no conhecimento da área educacional, bem como, analisar se essas relações intensificam a qualificação nos processos de formação de pesquisadores e socialização dos conhecimentos e produtos gerados na perspectiva de seus atores.

Outro aspecto que chamou atenção foi de o descritor capital intelectual ser mencionado de forma bastante branda e sem especificidade alguma na área da educação nos trabalhos encontrados no catálogo de teses e dissertação da CAPES.

Portanto, esse capítulo da pesquisa comprovou que o tema proposto não apresenta nenhuma outra publicação ou relação com outras temáticas já trabalhadas, defendidas ou publicadas no campo da educação e revela o quanto é preciso debater sobre os Direitos Educativos na perspectiva de formação de capitais intelectuais através de redes colaborativas e de pesquisa. Um trabalho de tese deve apresentar discussões diferentes e ideias originais, dar retorno para sociedade através de novos olhares e emancipação de novos conceitos e visões. Promover a educação vai além do que estamos acostumados e acomodados. Ninguém consegue construir nada com grande relevância sozinho. O trabalho em equipe através de redes de pesquisadores é capaz de gerar redes intelectuais e, por conseguinte ajudar na formação de professores e contribuir para a educação de qualidade.

4 REDES COLABORATIVAS E DE PESQUISA NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO NO BRASIL E SEU ALCANCE IBERO-AMERICANO¹⁰

Este capítulo traz os dados referentes às redes colaborativas e de pesquisa, juntamente com alcance ibero-americano que os investigadores conseguiram ou conseguem chegar através das organizações em grupos de pesquisa. O estudo é parte da pesquisa realizada por meio de consulta parametrizada com base em dados encontrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil/CNPQ. Realizada até o dia vinte e dois de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, foram levantadas informações referentes aos grupos de pesquisa que possuem relações internacionais e fazem parte de redes colaborativas e de pesquisa com países ibero-americanos. A escolha por países ibero-americanos deu-se primeiramente pela falta de valorização das relações internacionais no parâmetro da universalização, em razão que, os países de língua inglesa ainda são considerados protagonistas, logo, por tratarem-se de países colonizados por portugueses e espanhóis, tendo a língua como uma forma de aproximação e identificação. Dos 30 grupos selecionados para elaboração do estudo foram buscados os seguintes dados: áreas investigativas das linhas de pesquisa, área do conhecimento, inter-relação entre as áreas, universidades, regiões onde os grupos estão localizados, relações internacionais, áreas de redes nacionais, área das redes internacionais, perfil das redes e grupos que estão ou não atualizados. No primeiro momento selecionou-se os grupos de pesquisa cadastrados com o termo “Direito Educativo” que atuam conforme Téllez (2022) como uma área emergente do conhecimento capaz de desenvolver capacidades transformadoras de adaptação a novas realidades, com conteúdos suficientes para o equilíbrio necessário entre direitos e obrigações dos cidadãos consigo mesmos e com a comunidade a quem pertencem. De dez grupos, apenas três foram destacados, já que um dos objetivos do estudo é localizar grupos de pesquisa que possuem relação internacional e ou fazem parte de redes de pesquisa. Dois deles participam de redes internacionais e o terceiro possui relação internacional, porém não estava descrito que tipo de relação ou país.

¹⁰ Parte deste capítulo foi publicada em forma de artigo, intitulado “Direito educativo e direito à educação: um olhar para os grupos de pesquisa e suas relações”, na Revista Cuadernos de Educación y Desarrollo, ISSN: 19894155, v. 15, n. 3, p. 2302-22, maio 2023. Disponível para download através do link: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/download/1171/1025/2041>.

Já com o termo “Direito à educação” foram encontrados duzentos e quarenta e quatro grupos, sendo que apenas vinte e sete apresentam participação em rede ou relação internacional.

Sobre a metodologia, o estudo segue os princípios da teoria hermenêutica e restringe-se ao campo da análise de dados com enfoque principal qualitativo, mesmo que apareçam dados quantitativos considerando a finalidade da pesquisa. A intenção é investigar se os grupos de pesquisas fazem o uso de redes colaborativas ou de pesquisadores, bem como, conhecer como estão organizados nos grupos, suas áreas de atuação e investigação com estudiosos de outras universidades ou países.

Nesse capítulo traz-se as áreas investigativas dos grupos de pesquisa, áreas do conhecimento e a inter-relação entre elas, as regiões em que os grupos de pesquisa estão localizados e universidades, as relações nacionais e internacionais com outras universidades ou países e a análise conclusiva da pesquisa.

Em um contexto de constantes avanços tecnológicos as redes possuem um papel importante para o desenvolvimento e fomento da pesquisa.

4.1 Contexto coletivo da pesquisa em rede na produção do conhecimento

Conforme já evidenciamos, o contexto deve ser considerado quando falamos de pesquisa e produção do conhecimento, bem como as influências que a internet e as redes promoveram com o ciberespaço e as possibilidades oferecidas. Santaella (2007) traz a definição de como esse espaço é formado e caracterizado:

Em uma definição breve, o ciberespaço é o espaço informacional das conexões de computadores ao redor do globo, portanto um espaço que representa o conceito de rede e no qual a geografia física não importa, pois qualquer lugar do mundo fica a distância de um clique... O que caracteriza prioritariamente o ciberespaço, espaço de virtualidades, feito de bytes e de luzes, é a habilidade para simular ambientes dentro dos quais os humanos podem interagir (Santaella, 2007, p. 178).

A autora define o ciberespaço como conceito de rede. Seguindo na mesma linha de raciocínio, Santaella (2007) evidencia que o acesso se dá através das navegações por interesses e buscas por informações, podendo variar entre diversas formas de comunicação, culturas, linguagens hipermidiáticas, mistas, híbridas,

construídas por misturas de textos, gráficos, sinais, músicas, entre tantas outras modalidades.

E qual a relação com a proposta do estudo em redes colaborativas e redes de pesquisa nos grupos de pesquisa? Tudo está interligado e os grupos de pesquisa são constituídos por membros participantes de redes colaborativas e de pesquisa. O ciberespaço tornou-se as novas salas de planejamento e reuniões para as produções científicas e de conhecimentos, em que as autorias coletivas promovem a ampliação de ideias e de inteligências.

A discussão sobre as redes e o ciberespaço situa enquanto estudiosos e pesquisadores, uma vez que vivem na era da mobilidade, e a expansão do intercâmbio de conhecimentos está cada dia mais ao alcance das pessoas. A escrita e produção científica, mesmo com o auxílio das tecnologias, possuem a característica de ser um trabalho solitário e desgastante. As ligações e interações em conjunto produzem outras habilidades e são capazes de enriquecerem os estudos. As construções e até mesmo as coautorias com a participação de mais parceiros de diferentes culturas e territórios podem formar um ecossistema cognitivo em que a teoria e a prática caminham juntas nas produções e transferências de conhecimentos.

Na medida em que ocorrem as aproximações e identificações com objetivos ou objetos de pesquisa semelhantes vão acontecendo as ligações metabólicas e as semânticas, que estão relacionadas às similaridades conceituais e são responsáveis por estreitar essas relações (Leite; Caregnato; Miorando, 2018).

Ainda os autores apontam que a produção do conhecimento através das redes de pesquisa e colaborativas conduz ao progresso da ciência:

Quando abordamos as redes neste livro, falamos de processos interativos de múltiplas conexões que tanto podem ser criadas na convivência com outros colegas também pesquisadores e com orientandos da própria instituição em que trabalham, como podem ser ligações resultantes de encontros em eventos, conferências, palestras. Mais comumente as redes de pesquisa e colaboração se originam dentro dos grupos de investigação e se caracterizam por suas ligações internas e externas às instituições. Estamos nos reportando a microrredes de pesquisa, a teias de conhecimento armadas entre parceiros de um mesmo grupo que podem envolver colaboradores externos ao microespaço de um grupo de investigação (Leite; Caregnato; Miorando, 2018, p. 22).

É através das redes que os cientistas podem traçar os caminhos e conexões e dessa forma produzir resultados emancipadores, que tragam retorno para a sociedade e, nesse caso, propostas de melhorias e promoções para a educação. Assim são formadas as inteligências coletivas e os capitais intelectuais.

Pierre Lévy (2015) apresenta uma nova visão acerca da produção do conhecimento através do intelectual coletivo que faz parte de uma sociedade anônima onde cada acionista apresenta como capital os seus conhecimentos, suas visões de mundo, vivências, capacidades de ensinar e aprender. Trata-se de um coletivo inteligente que não limita as inteligências individuais, pelo contrário, vislumbra através da coletividade a criação de novas potencialidades com o objetivo de ampliar as inteligências individuais e produzir uma espécie de cérebro coletivo.

A conversa entre os autores Santaella (2007), Lévy (2015) e Leite, Caregnato e Miorando (2018) evidencia a importância da produção dos conhecimentos através das redes, ao citar as multiplicidades de tendências e ao enfatizar as múltiplas conexões entre pesquisadores e colaboradores, demonstrando que as redes colaborativas e de pesquisa captam a união das inteligências coletivas para a formação de capitais intelectuais. Reflexões necessárias que dialogam com a importância e a necessidade dos trabalhos em equipe e através da coletividade. Sabemos que os grupos de pesquisa atuam como base para os núcleos das redes e que os objetivos estão pautados nos estudos exploratórios, científicos, de formação de professores e de inovações, tanto de espaços de pesquisa como de projetos que envolvam novas experiências, culturas diferenciadas e contextos múltiplos.

No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação e atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu*, previu em 2012, por meio de edital, programas para fomentar a produção acadêmica na pós-graduação, onde teve como objetivo a formação de recursos humanos em educação no nível de mestrado e doutorado, a fim de estimular o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* e de redes de pesquisa que tenham como eixo de investigação a educação. O programa observatório da educação (Brasil, 2012) previu o fortalecimento do diálogo entre a comunidade acadêmica, as políticas nacionais de investigação, a divulgação de materiais, desenvolvimento e

apoio de projetos de estudos e pesquisas de distintos níveis e modalidades da educação.

O documento apresenta a preocupação com a expansão da pesquisa através das redes colaborativas. Toda essa ponderação possui a finalidade de potencializar a emancipação de redes nacionais e internacionais que sejam produtoras de capitais intelectuais. É a partir deste movimento para a promoção e fortalecimento de grupos e de redes de pesquisa em Educação que o interesse está ancorado com um olhar para os grupos de pesquisa na área do Direito Educativo e do Direito à Educação.

4.2 Um olhar para os grupos e as redes de pesquisa

A busca pelos grupos de pesquisa e a identificação das pesquisas são importantes para evidenciar a necessidade de ampliar os debates referentes ao Direito Educativo, à formação de redes de colaboração e de pesquisa na área.

Partindo de uma consulta parametrizada com base em dados encontrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil¹¹ realizada até o dia seis de janeiro do ano de dois mil e vinte e três foram levantadas informações respectivas aos grupos de pesquisa que possuem relações internacionais e fazem parte de redes colaborativas e de pesquisa com países ibero-americanos.

A escolha por países ibero-americanos deu-se primeiramente pela falta de valorização das relações internacionais no parâmetro da universalização, em razão que, os países de língua inglesa ainda são considerados protagonistas. Dessa forma, optou-se por países colonizados por portugueses e espanhóis, tendo a língua como uma forma de aproximação e identificação.

Após a busca, foram selecionados 30 grupos de pesquisa que apresentaram relações internacionais em que foram buscados os seguintes dados: áreas investigativas das linhas de pesquisa, área do conhecimento, universidades e regiões onde os grupos estão localizados, relações internacionais, redes nacionais e internacionais, inter-relação entre as áreas e o perfil das mesmas.

No primeiro momento selecionaram-se os grupos de pesquisa cadastrados com o termo “Direito Educativo”, que totalizaram dez grupos. Destes, apenas três

¹¹ Disponível em <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 06 de jan. 2023.

foram apartados, já que dois deles participam de redes internacionais e o terceiro possui relação internacional, porém não estava descrito que tipo de relação ou país.

Já com o termo “Direito à educação”, numa primeira busca foram encontrados 244 grupos, desses apenas 27 apresentam participação em rede ou relação internacional, sendo o número escolhido para o este estudo.

Assim, o estudo sistematiza os 30 grupos de pesquisa que fazem parte de redes que versam sobre Direito Educativo (3 grupos) e Direito à Educação (27 grupos). Com base no que foi investigado através do Diretório do CNPq, explicita-se alguns dados através de gráficos com uma análise exploratória e explicativa, com o propósito de identificar o alcance das relações dos pesquisadores no contexto nacional e ibero-americano.

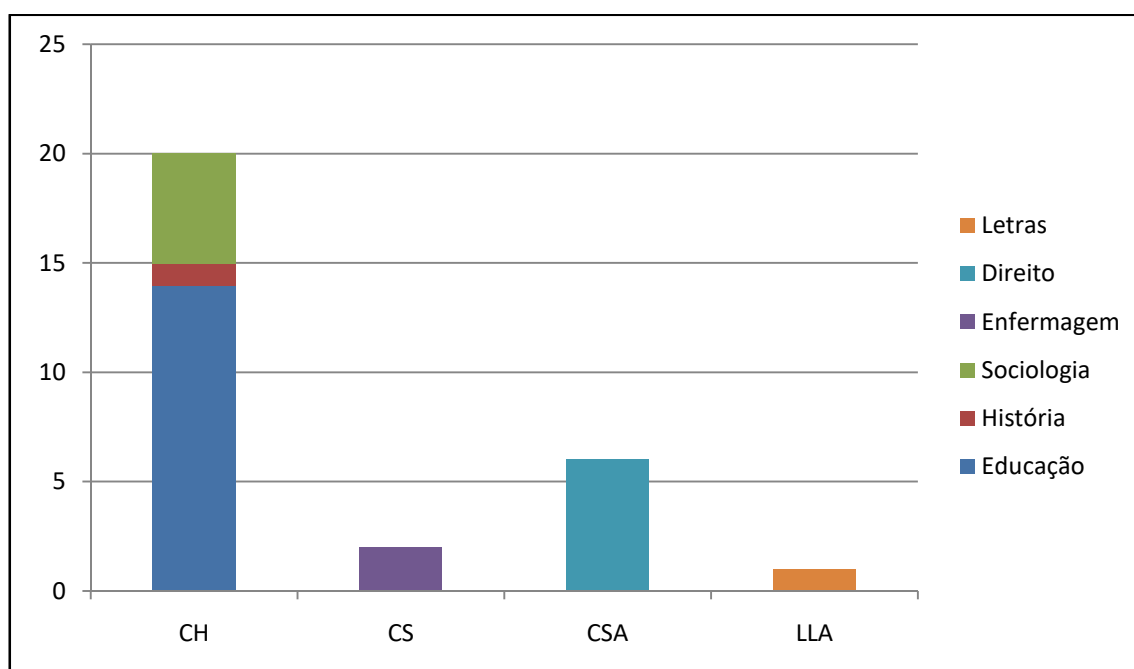
A primeira análise diz respeito aos principais tópicos ou temas expostos nos grupos de pesquisa através das palavras-chave cadastradas nas linhas de pesquisa oriundas de cada grupo investigado. É importante ressaltar que alguns grupos possuem um número bastante significativo de linhas, chegando a dezenove linhas de pesquisa em apenas um grupo. Para melhor representação e entendimento do que é mais relevante em um conjunto de dados utilizou-se a nuvem das palavras-chave das linhas desses 30 grupos de pesquisa.

Através da Figura 7, abaixo, pode-se observar de forma geral quais os temas e assuntos mais abordados e pesquisados dentro das configurações dos grupos de pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq. Para chegar ao resultado alguns ajustes foram feitos, entre eles houve a remoção dos elementos “de, da, do, para, à, um, uma, na”, algumas palavras que estavam no plural e que obtinham o mesmo significado também foram tiradas. Outro aspecto que deve ser informado é a forma em que as pessoas registraram as palavras-chave na plataforma, onde muitas não eram palavras e sim construções frasais, dessa forma, e para o melhor entendimento, foram separadas e adequadas ao padrão, onde podem ser compostas, mas precisam ser precisas, já que desempenham um papel importante na otimização de mecanismos de busca.

A palavra “humanos” também é um destaque na nuvem e está relacionada diretamente aos direitos humanos que abrangem uma ampla gama de áreas e estão consagrados em diversos documentos internacionais. Logo em seguida podemos observar as palavras “políticas” e “formação” que fazem parte do conjunto educacional, onde a política refere-se às diretrizes e ações adotadas pelo governo e pelas autoridades responsáveis pela educação, que engloba a formulação de leis, o estabelecimento de metas, objetivos, alocação de recursos entre outras aplicabilidades, juntamente com a formação de professores e avaliação do desempenho dos alunos. Já o termo “formação” remete a formação de professores e de alunos no sentido literal da palavra, ou seja, formação profissional, formação técnica, formação humana e social.

As palavras em realce citadas demonstram o foco das investigações dos grupos de pesquisa e linhas e são diretamente relacionadas ao tópico de interesse das pesquisas cadastradas. São palavras que podem ser utilizadas em uma infinidade de áreas que de certa forma se entrelaçam quando pensadas com a educação. Nessa perspectiva, buscou-se nos grupos a quais áreas do conhecimento estavam vinculados:

Figura 8 - Gráfico Áreas do conhecimento dos 30 grupos de pesquisa



No gráfico acima estão expostas as áreas dos conhecimentos em que os grupos de pesquisa estão vinculados, conforme as grandes áreas do conhecimento

dispostas no CNPq que são classificadas em oito: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.

Dessas oito, os 30 grupos de pesquisa estão vinculados a quatro dessas áreas do conhecimento. Vinte grupos pesquisam na área das Ciências Humanas (CH), sendo 14 na subárea da educação, 5 na sociologia e 1 na história. A outra grande área encontrada foi a Ciência da Saúde (CS) com 2 grupos na enfermagem. Na área das Ciências Sociais Aplicadas (CSA) foram encontrados 7 grupos com foco no Direito e na área de Linguística, Letras, Artes e Literatura (LLA) aparece apenas 1 grupo de Letras.

Com relação à localização desses grupos, na região *Sul* foram localizados 6 dos 30 grupos de pesquisa, sendo 4 em universidades do Rio Grande do Sul: 1 na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, 2 na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI e 1 na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS e dois grupos em universidades de Santa Catarina: 1 na Universidade Estadual de Santa Catarina - UNESC e 1 na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Na região *Sudeste* está a maior concentração de grupos por universidades, sendo 13 ao todo. Cinco delas em São Paulo: 1 na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, 2 na Universidade Pública de São Paulo - USP e 2 na Universidade Estadual Paulista - UNESP. No Rio de Janeiro são três: 1 na Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ e 2 na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Em Minas Gerais são 4 grupos na Universidade de Uberaba - UNIUBE. No Espírito Santo 1 na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES.

Na região *Norte* foram encontradas 3 grupos: 2 no Pará, na Universidade Federal do Pará - UFPA e 1 em Tocantins na Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Na região do *Nordeste* foram encontrados 4: Na Paraíba 2 na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 1 no Piauí na Universidade Federal do Piauí - UFPI e uma na Bahia na Universidade Católica do Salvador - UCSAL.

Na região *Centro-oeste* foram encontradas 4 grupos, sendo 2 no Mato Grosso do Sul: 1 na Universidade Católica Dom Bosco - UCDB e o outro na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS. E os outros 2 grupos no estado de Goiás,

sendo 1 na Universidade Federal de Goiás - UFG e outro na Universidade Federal de Catalão - UFCAT.

Através do mapa podemos visualizar o quantitativo de grupos por região do país sendo seis na região Sul 6, 13 na região Sudeste, 3 na região Norte, 4 no Nordeste e 4 na região Centro-Oeste.

Figura 9 - Mapa do Brasil com o quantitativo dos grupos de pesquisa por região



A maior parte dos grupos está concentrada em universidades federais, sendo 18 deles. Nas universidades estaduais foram encontrados 7 grupos e nas universidades privadas foram encontrados 5 grupos. Esse dado parece estar contraditório ao que foi informado no capítulo anterior. Para que não haja confusão ressaltamos que nas universidades privadas, conforme pesquisa realizada com os descritores: redes colaborativas; Direito Educativo, redes de pesquisa, capital

intelectual e Pós-Graduação Stricto Sensu, estão concentradas a maior parte de teses e dissertações conforme busca no Catálogo de teses e dissertações da Capes. O mapa acima é referente aos grupos de pesquisa registrados no Diretório de Grupos de pesquisa no Brasil.

Ainda considerando esses 30 grupos, identificou-se a relação nacional entre universidades e redes de pesquisas brasileiras, sendo que do total de grupos, dezessete possuem e estão vinculados a redes de pesquisas nacionais. São elas:

- Rede de educação para diversidade.
- Rede espaço e diferença (UFMT- UFG- CAPES- UFCAT).
- Rede de escola colaborativa de produção de conhecimento, suporte e fomento (UFRGS, COUN, CEPE, ABRASME, UFAL, PUC/SP).
- Observatório de políticas de ações afirmativas do sudeste.
- Rede ANINTER Associação Nacional de pesquisa e pós-graduação interdisciplinar em sociais humanas.
- Fórum Nacional de educação no campo.
- Redecentro: Rede de pesquisadores do centro oeste sobre professores.
- Rede de pesquisa escrituras da diferença em filosofia-educação.
- Rede MAPA: gestão democrática da educação em sistemas municipais de ensino.
- Rede Políticas educacionais, linguagens e práticas culturais na Amazônia (UFPA-UFMT).
- Rede GEU (UFPEL, UFRGS, UFSM, UTFPR, UNEMAT, UPF).
- Rede inter-regional norte, nordeste e centro-oeste sobre docência na educação básica e superior (USP, UFAM, UNIR, UFT).
- Observatório Nacional de educação especial.
- CAPES-OBEDUC- indicadores de qualidade, gestão democrática.
- Rede brasileira de direito e literatura.
- Rede de estudos e pesquisa e planejamento e gestão educacional.
- Núcleo de constituição e justiça.

A lista elucida a participação dos Grupos de Pesquisa através de redes nacionais, assim pode-se concluir que existe um número bastante significativo de grupos que se relacionam com universidades de diferentes estados.

Com relação ao movimento internacional, dos trinta grupos distribuídos entre universidades das cinco regiões do Brasil, onze deles possuem relação internacional ou redes de pesquisa e colaboração com países distintos, sendo um deles com a França que não faz parte dos ibero-americanos, mas que foi citado por fazer parte de rede internacional.

Conforme pode se observar na tabela abaixo, em alguns casos o mesmo grupo possui relação com mais de um país e por isso se repete no quadro. Apenas nove países aparecem nas descrições de rede ou relação internacional.

Tabela 11 - Grupos de pesquisa com respectivo país que possui relação

PAÍSES	GRUPOS
Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> • Questão Social e direitos humanos na América Latina
México	<ul style="list-style-type: none"> • RIEDEDE: Rede ibero-americana de Estudos em Docência, Emancipação e Direito Educativo. • Therapeutic Jurisprudence.
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão, Educação e Direitos Humanos (GEDH) • Grupo de estudos e pesquisas em educação e justiça social – EDUJUS • Tribunais constitucionais, Direito à educação e sociedade (TCDES) • Grupo de pesquisa PRAXIS UFOPA • Núcleo de estudos sobre educação e direitos humanos
Espanha	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão, Educação e Direitos Humanos (GEDH) • NETPDH – Núcleo de estudos da tutela penal e educação em direitos humanos
Bolívia	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão, Educação e Direitos Humanos (GEDH)
Argentina	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de estudos e pesquisas sobre ensino de história e práticas de linguagem-currículo, história e cultura (GEPEH/UFMS)
Cuba	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de pesquisa PRAXIS UFOPA
Equador	<ul style="list-style-type: none"> • NETPDH – Núcleo de estudos da tutela penal e educação em direitos humanos.
França	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de pesquisas e estudos sobre a criança

Apesar de serem encontradas poucas redes e relações internacionais é satisfatório saber que existem essas parcerias entre pesquisadores de distintos países. Acredita-se que é um campo que está em constante ascensão e que cada vez mais se torna essencial para a difusão do conhecimento e da ciência.

4.3 Linhas de pesquisa dos grupos

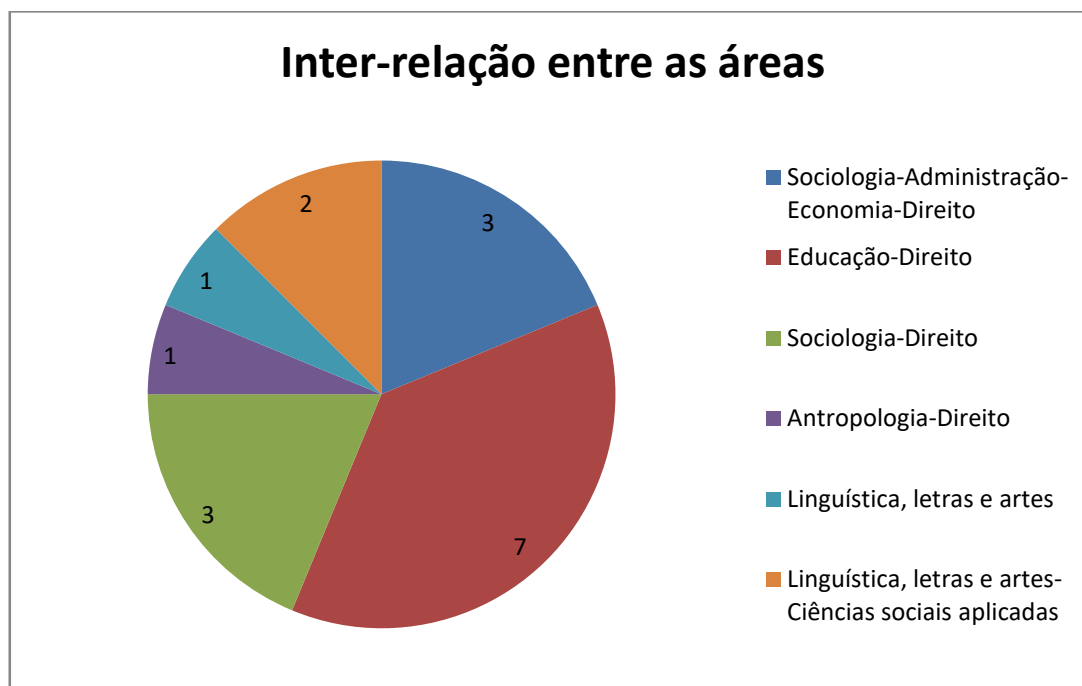
Figura 10 - Gráfico Linhas de pesquisa



Através do gráfico acima pode ser observado que os trinta grupos analisados compreendem seis áreas gerais investigativas. A maior parte deles atua no campo dos direitos humanos. Em segundo lugar aparecem os grupos que pesquisam políticas de educação. Em terceiro estão contemplados os da área do Direito e outras áreas que não possuem relação direta com a educação. Um grupo de pesquisa investiga na área da educação popular e o outro na linha dos privados de liberdade. Mesmo com o Direito Educativo ou Direito à educação sendo utilizados como base para a consulta parametrizada tem-se que a maior parte dos grupos analisados está direcionada para o campo dos direitos humanos.

O próximo gráfico apresenta a inter-relação entre as áreas do conhecimento.

Figura 11 - Gráfico Inter-relação entre as áreas



Dos 30 grupos de pesquisa, apenas 17 possuem inter-relações entre áreas. Os demais contemplam um campo específico. Das 17, a que apresenta maior abrangência é a educação e o direito, onde 7 grupos relacionam suas linhas de pesquisa. A sociologia, administração, economia e direito apresentam 3 trabalhos que unem essas quatro áreas. A sociologia e o Direito também aparecem em 3 grupos. Logo depois aparecem a lingüística, letras, artes, ciências sociais e aplicadas, em 2 grupos. A antropologia e o direito em 1 grupo e a lingüística, letras e artes em apenas um grupo também.

Uma grande parcela das inter-relações entre as áreas se dá através de redes colaborativas nacionais e internacionais. Através do mapeamento ficou claro onde as universidades estão localizadas. Quais estados, regiões e países. É notório o quanto o Direito Educativo necessita de avanços nas pesquisas e de protagonismo. Por ser um conceito em construção e muitas vezes compreendido como sinônimo do direito à educação acaba por não ser conhecido e nem reconhecido no meio acadêmico.

Ao iniciar a pesquisa e ao utilizar o Direito Educativo e o Direito à Educação para a busca através da consulta parametrizada foram encontradas algumas dificuldades, entre elas está o ineditismo do Direito Educativo enquanto conceito e ciência, onde foi encontrados um total de 10 grupos participantes de redes que

faziam alusão ao conceito, porém apenas dois realmente pesquisam e desenvolvem projetos na área, sendo eles da mesma universidade e os líderes integrantes da Rede Internacional de Investigação em Direito Educativo. Outra dificuldade está relacionada à descrição dos grupos, onde faltam informações mais completas referentes às redes de pesquisa, parcerias com outros países, instituições, projetos e tudo que envolve o cadastro e as atividades de pesquisa desenvolvidas pelos grupos. Sobre as palavras-chave foram encontradas uma grande parcela de grupos que ao preencherem o espaço colocaram construções frasais ao invés de palavras, inclusive com verbo auxiliar, o que de certa forma atrapalha o verdadeiro objetivo da sua utilização, ou seja, para ressaltar a relevância das temáticas pesquisadas.

A maioria dos grupos faz parte de universidades localizadas na região sudeste do Brasil e apesar de todos os analisados fazerem parte de alguma rede ou terem alguma aproximação com outras universidades, poucos possuem relações a partir de redes colaborativas ou de pesquisa com países ibero-americanos, de forma mais precisa foram encontrados apenas onze, considerando que na tabela apresentada no corpo do artigo dois grupos se repetem em mais de um país.

Acredita-se que um trabalho de pesquisa científica deve ir além dos dados apresentados e teorias dispostas, necessita que cumpra seu papel com o material de apoio, que contribua para a disseminação do conhecimento e que atue também como crítico de problemas encontrados durante o processo de pesquisa e investigação. Desse modo, acredita-se que as pesquisas em rede podem ser melhoradas, e que os grupos de pesquisas cadastrados no CNPq devem ser tratados como importantes apresentações para o reconhecimento das pesquisas que são realizadas e não apenas o seu preenchimento como um protocolo a ser cumprido. Assim, cada espaço de informação existente na plataforma deve ser bem organizado juntamente com os integrantes e de acordo com as linhas de pesquisa, dessa maneira poder-se-ia ter acesso a informações mais precisas e claras.

5 OS GRUPOS DE PESQUISA E SUAS FORMAÇÕES DE REDES FORMAM CAPITAIS INTELECTUAIS? ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

O presente capítulo apresenta a análise e discussão dos dados da pesquisa e seus desfechos, com o desígnio de compreender se as redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo na Pós-Graduação Stricto Sensu formam capitais intelectuais. Dessa maneira serão expostos a seguir os resultados alcançados, como também as análises a partir dos dados empíricos levantados na pesquisa de campo e análise dos currículos Lattes dos líderes dos Grupos de pesquisa.

Por se tratar de um tema pouco explorado, a pesquisa apropriou-se do estudo de campo para compreender de que maneira os grupos de pesquisa promovem a formação de capitais intelectuais em Direito Educativo a partir de suas redes colaborativas e de pesquisa, através de questionário encaminhado aos líderes dos 30 grupos de pesquisa direcionados ao tema e finalidade do estudo. Para ancorar a análise dos dados coletados foi empregado o método de análise qualitativa por ser subjetiva e interpretativa, de modo que busca entender e interpretar informações levantadas, textos, entrevistas, imagens ou observações com o objetivo de obter insights e compreender os padrões e significados subjacentes, estabelecendo assim uma interpretação hermenêutica sobre o objeto de pesquisa.

Diante de tal conjectura e perante os objetivos propriamente ditos, a técnica qualitativa utilizada foi a análise de conteúdo, método que envolve uma série de etapas sistemáticas para examinar o material de estudo, explorando as complexidades e as nuances dos dados ao invés de apenas quantificar as informações. Vale lembrar que a primeira mostra dos dados deu-se por meio da consulta parametrizada no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil/CNPQ. Onde foram selecionados os grupos de pesquisa que possuíam relações internacionais com países Ibero-americanos e que participam de redes de pesquisa. Momento em que foram levantados os nomes dos líderes e instituições de ensino da qual fazem parte. Durante a coleta dos dados foi constatado que a maioria dos grupos existentes não faz parte de redes de pesquisas e muito menos possuem relações ou parcerias com pesquisadores internacionais. Com foco no Direito Educativo, dos 10 grupos encontrados, apenas 3 participam de rede internacional. Quanto ao Direito à

educação foi localizada uma amostra de 244 grupos, porém apenas 27 apresentaram participação em rede ou relação internacional. Somando ao todo, 30 grupos entre o Direito Educativo e o Direito à educação, que foram investigados através das informações contidas no site, pelos seus representantes e líderes.

De acordo com Bardin (1977), na análise de conteúdo foram seguidos os três passos considerados essenciais para alcançar os resultados da pesquisa.

No primeiro, encontra-se a pré-análise que contou com a organização das ideias, definição do objetivo com clareza, escolha dos documentos a serem analisados, preparação do material, formação de hipóteses e indicadores que fundamentaram a interpretação final. Momento em que foi feita a leitura e visualização cuidadosa do conteúdo para familiarizar-se com o objetivo da pesquisa, produção do questionário, organização dos membros participantes, envio das perguntas e recebimento. A pré-análise contou também com separação dos currículos Lattes dos líderes dos grupos de pesquisa a serem analisados.

Em seguida, está o segundo passo, com a exploração do material após o encerramento das operações de pré-análise. Ocasão em que foi sistematicamente organizado o processo de tomadas de decisões, codificações, enumerações e resultados, momento que foi feita a leitura das perguntas e elaborada uma tabulação dos dados analisando as respostas obtidas. Nos currículos Lattes através da leitura de cada um foram tabuladas as produções de artigos e participação em eventos de todos os líderes em questão, já que os capitais intelectuais se formam através dessas participações e produções de materiais também. É importante contextualizar o momento em que se encontra a pesquisa.

Os dois passos acima evidenciados foram os conteúdos dos capítulos anteriores, enquanto que o terceiro e último trará a análise final de todos os aspectos analisados e a conclusão da tese. Este é o momento da terceira fase, onde estarão expostos o tratamento dos resultados obtidos na pesquisa de campo e a interpretação. As respostas dos entrevistados foram apresentadas através de categorias criadas a partir das temáticas e classificação dos conteúdos, de modo que serão exclusivas e abrangerão todo o espectro de informações relevantes. Com base nas quatro questões respondidas foram designadas as seguintes categorias: 1) Principais atividades realizadas pelo grupo ou rede de pesquisa; 2) Ações realizadas pelo grupo ou rede de pesquisa que oportunizam a formação de capitais intelectuais;

3) Participação/relação com pesquisadores de distintos países ou instituições nas ações realizadas pelo grupo ou rede de pesquisa; 4) Aproveitamento das ações realizadas nos grupos ou rede de pesquisa pelos participantes/orientandos de mestrado ou doutorado.

Após a identificação das unidades de análise, a categorização, interpretação, contextualização, reflexão e a comparação foi executada a inferência da análise de conteúdo, uma etapa crucial do processo onde se buscou identificar e compreender as mensagens, ideias e conceitos implícitos nas informações coletadas, tanto do questionário quanto dos currículos. Ocasão da pesquisa que envolve a extração de significados subjacentes, a identificação de padrões e a compreensão profunda do conteúdo textual analisado, uma forma de explorar e compreender os dados de maneira rigorosa e sistemática.

Dos 30 líderes participantes do corpus investigativo e cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa Lattes-CNPq, mesmo depois das diversas tentativas, apenas 6 responderam o questionário. Foram seguidos os princípios descritos no projeto e aprovados no Conselho de Ética, foi trabalhado na perspectiva da exaustão da composição dessa amostra, ou seja, foi tentado diversas vezes o retorno com as respostas, mesmo depois de ter entrado em contato com cada líder de pesquisa através, inclusive de redes sociais. Foi um processo lento e desgastante, principalmente por se tratarem de pessoas que fazem parte do contexto universitário e que deveriam compreender o quanto a pesquisa é importante. Mesmo tendo sido aprovado que a análise seria feita independente do número de retornos, foi vislumbrada uma outra possibilidade de identificar como esses indivíduos lidam com as relações e as produções de capitais intelectuais através das informações públicas contidas nos Currículos Lattes dos líderes de pesquisa. Por mais que essa análise dos currículos não forneça as respostas que o questionário traria, ela é capaz de mostrar as redes de relações que se estabelecem e o quanto formam capitais intelectuais a partir das produções dos seus orientandos dentro das temáticas de suas redes. A grande necessidade que temos aqui é mostrar que a participação em rede de pesquisa gera produtos que fomentam a formação de capitais intelectuais.

Quando os orientadores participam de redes de pesquisa, levam seus alunos para apresentarem seus trabalhos nos eventos promovidos pela rede a qual

pertencem, conduzem seus orientandos a produzir capítulos de livros em conjunto com a rede, promovem também a elaboração de artigos científicos através de parcerias com membros da rede. Desse modo, a possibilidade de buscar compreender através dos Lattes essas relações foi uma alternativa pensada e colocada em prática de modo a tornar o estudo mais completo e coerente. Tais amostras serão apresentadas na sequência após o término da análise do questionário com o tratamento dos resultados, dentro da perspectiva da Análise de Conteúdo e com o intuito de compreender se realmente as redes de colaboração formam capital intelectual ou se aumentam a possibilidade de produção e de inserção desses capitais através da ciência e dos alunos que fazem parte de programas de pós-graduação, com mestrado e doutorado, e supostamente são beneficiados pelos produtos gerados através dessas organizações em rede.

Para representar as categorias da análise de conteúdo no processo investigativo de forma a interpretar as respostas dos líderes dos grupos de pesquisa convencionou-se a seguinte nomenclatura: a letra L, acrescida de numeração individual, L1, L2, L3, L4, L5 e L6.

5.1 Principais atividades realizadas pelo grupo ou rede de pesquisa.

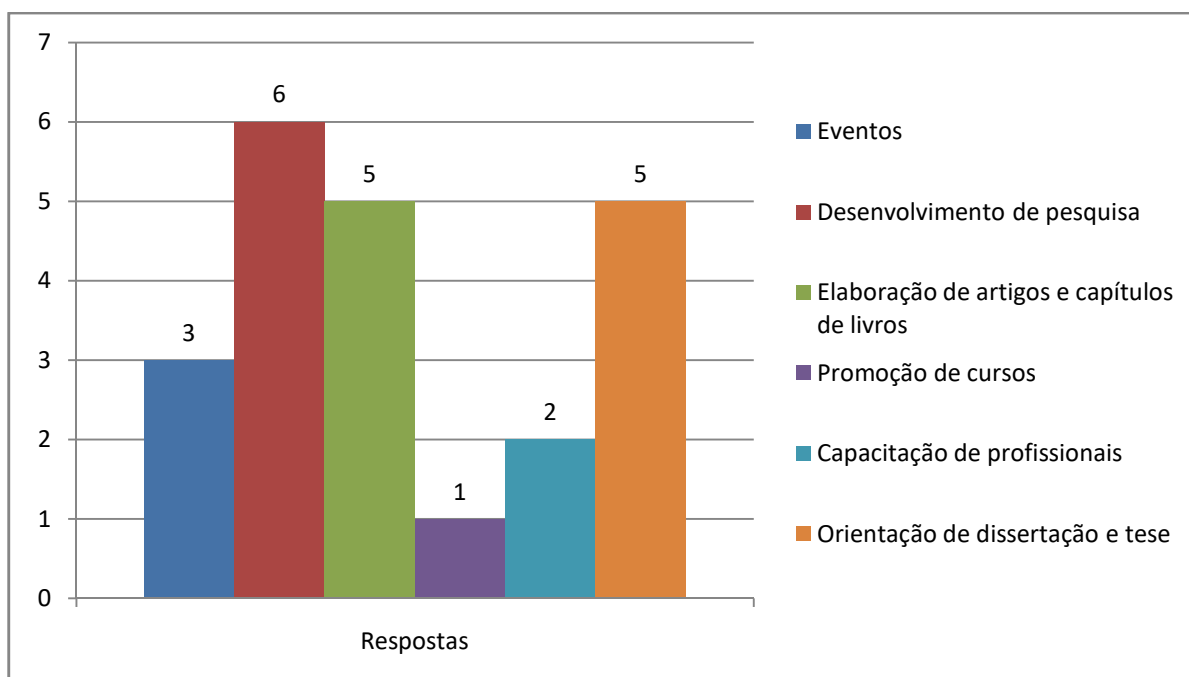
Nesta questão foram levantadas as condutas acadêmicas e científicas realizadas pelos grupos ou redes de pesquisa. Com o intuito de compreender quais atividades são desenvolvidas e de que forma trazem respostas para a sociedade e produção de conhecimento. Com o seguinte questionamento: Quais as principais atividades realizadas pelo seu grupo ou rede de pesquisa? Os líderes tinham seis alternativas para assinalar. São elas: Eventos; Desenvolvimento de pesquisa; Elaboração de artigos e capítulos de livros; Promoção de cursos; Capacitação de profissionais; Orientação de dissertação e tese. Também tinha a opção “outro” com espaço para outras atividades, porém não foi preenchido por nenhum dos entrevistados. No quadro a seguir estão representados os resultados.

Tabela 12 - Resposta 1

	Eventos	Desenvolvimento de pesquisa.	Elaboração de artigos e capítulos de livros.	Promoção de cursos	Capacitação de profissionais	Orientação de dissertação e tese.
L1	Eventos	X	X	Promoção de cursos	Capacitação de profissionais	X
L2	X	X	X			X
L3	X	X	X		X	X
L4		X				
L5	X	X	X	X	X	X
L6		X	X			X

Como pode ser observado no que foi exposto acima: Três grupos promovem eventos. Todos desenvolvem pesquisa. Cinco participam da elaboração de artigos e capítulos de livros. Um atua na promoção de cursos. Dois promovem a capacitação de profissionais e cinco participam com orientações de dissertações e teses. No gráfico abaixo temos uma ampla visão das respostas mais apontadas.

Figura 12 - Gráfico Resposta 1



É seguro dizer que todos promovem atividades através dos grupos e redes, com maior foco no desenvolvimento da pesquisa, o que engloba todos os níveis de ensino. Apenas um grupo não participa da elaboração de artigos e capítulos de livros, o mesmo que não atua com orientação de mestrado e doutorado, muito possível que seja voltado ao nível de graduação. A maior incidência aparece no desenvolvimento de pesquisa, de forma que as universidades trabalham muito com iniciação científica por meio da produção de trabalhos de conclusão de cursos.

O desenvolvimento da pesquisa é o desenvolvimento da ciência, sendo dessa maneira popularizada dentro do espaço acadêmico através de apresentações e publicações, disseminando e produzindo conhecimento. A segunda maior incidência conta com a elaboração de artigos, orientações de dissertações e teses, que desenvolvem as orientações de trabalhos de investigação e desenvolvimento científico.

Os eventos são pouco explorados por esses grupos, já que apenas metade assinalou que participa deles. Podem ser considerados o grande espaço de socialização do saber, onde se perpetua a oportunidade de conhecer o que os outros transmitem, as pesquisas dos outros, não ficar apenas envolvido de forma endógena dentro dos seus próprios grupos de pesquisa, trata-se de um local de grande fortalecimento da produção de capital intelectual.

Algo pode ter acontecido em função da própria pandemia, muita coisa foi descontinuada e outras criadas nos anos de 2020, 2021 e 2022. Foi vivenciada a estagnação de muitas atividades e a rápida expansão de outras modalidades de ensino e aprendizagem através da tecnologia, dessa maneira muitos paradigmas científicos foram rompidos em prol da continuidade dos trabalhos. Não houve muito tempo para a adaptação ao novo mundo e as novas condições de trabalho e pesquisa foram surgindo de acordo com as demandas e necessidades. A imersão da virtualidade nos eventos foi muito relevante, possibilitando a participação não-presencial, inclusive em outros países e localidades, o que fortaleceu e muito as redes colaborativas e as relações com outras universidades e espaços do conhecimento.

A internacionalização em casa ou no local de origem surgiu durante a pandemia, mas continuou sendo utilizada por instituições de ensino de todo o

mundo. Uma abordagem capaz de promover a integração e a diversidade cultural sem a necessidade de enviar fisicamente alunos e docentes para outros países.

Uma das principais vantagens da internacionalização em casa é a oportunidade de oferecer uma experiência internacional mais acessível. Nem todos têm condições financeiras ou oportunidades para estudar no exterior, dessa maneira permite a interação com colegas e professores de diferentes culturas sem sair de suas cidades. Isso promove a diversidade e o respeito, criando um ambiente acadêmico mais enriquecedor e inclusivo.

Os alunos e professores podem compartilhar suas experiências e perspectivas culturais, contribuindo para a globalização do ensino superior. Essa troca mútua de conhecimentos e experiências enriquece o aprendizado e prepara os estudantes para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais globalizado.

Outro aspecto importante dessa internacionalização é a formação de uma rede de colaboração internacional. As instituições de ensino podem estabelecer parcerias com outras instituições estrangeiras, possibilitando a cooperação em pesquisa, intercâmbio de experiências e até mesmo o desenvolvimento de programas conjuntos. Essas colaborações fortalecem a reputação acadêmica das instituições e ampliam as oportunidades de desenvolvimento para estudantes e docentes.

No entanto, a internacionalização em casa também apresenta desafios e limitações. Um dos maiores desafios é a criação de uma atmosfera genuinamente internacional no campus. Para que isso ocorra, é necessário promover a interação entre estudantes nacionais e internacionais, criar espaços de convivência e incentivar a participação de todos. Além disso, é essencial garantir a qualidade dos programas e das atividades internacionais oferecidas, de forma a proporcionar uma experiência de aprendizado enriquecedora.

Outra limitação é a falta de imersão cultural completa que os estudantes podem ter ao estudar em seu próprio país. Embora a internacionalização em casa possa proporcionar uma experiência multicultural e intercultural relevante, ela ainda pode não substituir completamente a vivência em um país estrangeiro. A exposição direta a uma nova língua, costumes diferentes e desafios culturais são elementos que não podem ser completamente replicados no ambiente doméstico.

A maneira que foi encontrada de diminuir tais limitações, conta com a criação do Collaborative Online International Learning, conhecido como COIL. Trata-se de uma abordagem inovadora que facilita colaborações virtuais entre alunos e membros do corpo docente de diversas origens culturais, que se desenvolve por meio da modalidade de internacionalização do currículo com o objetivo de desenvolver aprendizagem cooperativa internacional de forma online. De acordo com a Secretaria de Relações Internacionais, a COIL funciona da seguinte maneira:

Um professor da universidade A, em parceria com um professor da universidade internacional B, montam um programa de ensino online para suas turmas. Logo temos: duas universidades, dois professores, duas turmas, possivelmente dois idiomas, pelo menos duas culturas e um curso/módulo sendo co-ministrado pelos professores das duas universidades, com tarefas a serem desenvolvidas na modalidade virtual de forma cooperativa, intercultural e interdisciplinar (EXPERIÊNCIAS COIL).

Ao utilizar várias plataformas e ferramentas online, a COIL promove a comunicação, a compreensão e a colaboração interculturais. Essa abordagem se concentra principalmente no ensino, na aprendizagem e na criação de conhecimento compartilhados. Em primeiro lugar, oferece aos alunos a oportunidade de participar em intercâmbios interculturais, aprender sobre diferentes perspectivas e desenvolver habilidades de comunicação intercultural. Os alunos podem obter uma compreensão mais profunda das questões globais e se tornarem mais empáticos com diversas culturas.

Em segundo lugar, o COIL promove o desenvolvimento profissional dos docentes e incentiva o intercâmbio de práticas instrucionais. Permite que os educadores explorem novas metodologias de ensino, integrem perspectivas internacionais em seus cursos e colaborem com colegas no exterior.

A pandemia serviu como catalisador para a adoção do COIL e outras iniciativas de internacionalização online. O ensino à distância tornou-se a norma, oferecendo às instituições a oportunidade de ampliar os horizontes de seus programas educacionais. Permite que os alunos explorem questões globais de forma colaborativa e desenvolvam soluções inovadoras para desafios compartilhados.

Ao encontro com as respostas obtidas no questionário e as diversas possibilidades em que podem ser desenvolvidas as pesquisas, algumas expostas

aqui, acredita-se que as principais atividades elencadas pelos grupos possam contar com esses recursos e ferramentas que auxiliam na produção de Capitais Intelectuais e formação de Redes Colaborativas e Intelectuais na Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

5.2 Categoria de análise de dados: Ações realizadas pelo grupo ou rede de pesquisa que oportunizam a formação de capitais intelectuais.

A pergunta de número dois, direcionada à formação de capitais intelectuais apresentou o seguinte questionamento: Capital Intelectual é conceitualmente definido como os conhecimentos advindos da integração de intelectuais de distintas culturas, dimensões socioeconômicas e políticas que compartilham, potencializam as pesquisas, relações, intercâmbios, projetos e tantas outras maneiras de desenvolver aprendizado. Que ações realizadas pelo seu grupo ou rede de pesquisa você considera que oportunizam a formação de capital intelectual?

O L1 em sua resposta confirma que através da produção de eventos e estudo de artigos são oportunizadas a formação de capital intelectual. Já o L2 concorda também que o desenvolvimento da pesquisa é um dos principais formadores de capitais intelectuais, juntamente com eventos e apresentação de trabalhos, momentos esses que ocorrem as trocas de saberes e debates.

O L3 aposta nos intercâmbios internacionais, nas pesquisas, participação e organização de eventos, publicações coletivas e boletins acadêmicos. Mais ou menos na mesma linha de pensamento, o L4 evidencia a importância da produção, preservação e difusão do conhecimento, pois acredita que os grupos de pesquisa promovem a manutenção de um ambiente de inovação para livre circulação de ideias e pessoas. Demonstra através de sua resposta o quanto é importante a capacitação de cidadãos e pesquisadores para as necessidades da sociedade contemporânea.

Em contrapartida dos outros entrevistados, o L5 demonstrou um certo desconforto com o termo “capital intelectual” onde mencionou que não se agrada da ideia, na medida em que se coloca como dimensão evidente o desenvolvimento da intelectualidade, não como uma dimensão humana, mas como o desenvolvimento do intelecto a serviço do capital. Ao analisar a colocação do líder do grupo de pesquisa pode-se compreender que talvez seja uma visão relacionada ao capital

definido por Carl Marx nas décadas de 50 e 60, considerada uma das principais fundamentações teóricas do socialismo científico e da análise crítica do sistema econômico capitalista. Para Marx (1996) o capital explora profundamente a natureza do capitalismo e seus efeitos sobre a sociedade, por se tratar de uma relação social que se manifesta por meio da propriedade privada e dos meios de produção e da exploração da força do trabalho. Diante de tal circunstância é seguro dizer que a utilização do termo “capital intelectual” não possui relação alguma com a força motriz do sistema capitalista. A abordagem da pesquisa segue os princípios de Pierre Bourdieu pautados nos capitais culturais, simbólicos, sociais e econômicos, cujas teorias transcorrem sobre a estruturação das sociedades e as formas como o poder, a cultura e a desigualdade são produzidas dentro delas. Os capitais não se limitam apenas a recursos econômicos, mas também incluem aspectos culturais, sociais e educacionais. O capital intelectual, portanto, é entendido como o conjunto dos conhecimentos adquiridos no decorrer da vida, juntamente com os estudos e a busca pela informação aliada à ciência e cultura. Conhecimentos esses de valores inestimáveis, fundamentais para o desenvolvimento humano.

Mesmo diante de tal desconforto o L5 citou que eventos, desenvolvimento de pesquisa, elaboração de artigos, capítulos de livros, promoção de cursos, capacitação de profissionais e orientações de teses e dissertações são ações que contribuem para a formação de capitais intelectuais.

Dando continuidade às respostas, o L6 trouxe a discussão da literatura nacional e internacional para aprofundamento teórico-metodológico e conceitual, participação em atividades em colóquios por pesquisadores de diferentes linhas de pesquisa e intercâmbio com pesquisadores da área em redes de pesquisa. A líder considera as atividades enumeradas essenciais para a formação de capitais intelectuais.

Todas as informações contidas nas respostas relatadas levam a pensar no conceito de capital intelectual e sua formação enquanto bem humano. Como ponto inicial são trazidos alguns pensamentos de Pierre Bourdieu (1989) acerca do Poder Simbólico, que apresenta um cruzamento entre a educação e as questões sociais dos alunos, em uma perspectiva do sistema de ensino na reprodução de práticas e representações através da igualdade de oportunidades, condição sócioeconômica e cultural, onde influencia de forma direta as futuras formações de níveis superiores.

Para o autor o conceito de “capital intelectual” faz parte de uma das suas teorias sobre o campo social e reprodução social, onde o pensador não utilizou o termo em si, porém conceitos relacionados, tais como capitais simbólicos e culturais.

O capital cultural, ainda de acordo com Bourdieu (1989), refere-se ao conjunto de conhecimentos, habilidades, valores, crenças e gostos que uma pessoa adquire ao longo de sua vida, principalmente por meio de experiências familiares, educacionais e sociais, podendo ser dividido através de três configurações: Incorporado, onde os conhecimentos e habilidades são internalizados; Objetivado, de modo em que os conhecimentos são adquiridos através dos bens considerados culturais, tais como os livros e obras de arte; Institucionalizado, de maneira que o conhecimento se dá através de cursos e formações que resultam em diplomas e certificados.

Já quanto ao Capital Simbólico o autor faz menção à reputação, reconhecimento social e prestígio que uma pessoa ou grupo possui, o que é mantido por meio de práticas culturais através do engajamento em atividades artísticas, acadêmicas, literárias entre outras. Os capitais simbólicos conferem vantagens e poder dentro de um determinado campo social. Bourdieu não utiliza o termo “capital intelectual”, mas compreende-se que se trata de uma soma do capital cultural e do capital simbólico relacionados à esfera do conhecimento intelectual e acadêmico, onde o intelectual está baseado no conjunto de conhecimentos, habilidades e prestígio social que as pessoas acumulam ao longo de suas trajetórias educacionais e profissionais, permitindo-lhes navegar e ter sucesso no campo intelectual e acadêmico. Aproveitando o enredo é importante também apresentar a definição do que hoje é considerado intelectual, pois de acordo com a história nem sempre foi a configuração que hoje é conhecida.

A história dos intelectuais remonta à Antiguidade. De acordo com Jacques Le Goff (2006) pensadores notáveis como Sócrates, Platão e Aristóteles exerceram uma influência significativa na formação do pensamento ocidental. Desde então, esses indivíduos têm desempenhado um papel fundamental na produção, disseminação e crítica de ideias e conhecimentos ao longo dos tempos.

O termo "intelectual" é frequentemente associado a pessoas que possuem habilidades excepcionais em áreas como filosofia, ciência, literatura, política e outras formas de expressão do pensamento humano. No entanto, é importante notar que,

na Antiguidade, essa distinção não era tão clara. Ainda para Jacques Le Goff (2006), os primeiros intelectuais eram principalmente filósofos, cujas ideias penetraram profundamente na sociedade grega. Entre os mais renomados intelectuais da história antiga, destaca-se Sócrates. Ele desenvolveu um método de questionamento conhecido como "maiêutica", que buscava estimular o pensamento crítico e a autoconsciência nos indivíduos. Sua condenação à morte pelo Estado ateniense ilustra a tensão entre os intelectuais e o poder estabelecido, uma dinâmica que persistiria por séculos.

No período medieval, a influência dos intelectuais sofreu transformações devido à predominância da Igreja Católica. A teologia se tornou a disciplina dominante e o papel dos filósofos foi muitas vezes restrito ao âmbito religioso. No entanto, nomes como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino conseguiram articular um diálogo entre a filosofia clássica e a teologia cristã, estabelecendo uma base para o pensamento intelectual na Idade Média. A partir do Renascimento, os intelectuais começaram a desempenhar um papel mais ativo na esfera política e social. O desenvolvimento do humanismo trouxe consigo uma ênfase na racionalidade, liberdade individual e nos valores humanos. Neste contexto, figuras como Leonardo da Vinci, Michel de Montaigne e René Descartes foram fundamentais para a expansão do conhecimento e a promoção de uma cultura intelectual.

No século XVIII, o Iluminismo consolidou a posição dos intelectuais como agentes de mudança. Em meio ao racionalismo e ao crescimento do conhecimento científico, pensadores iluministas como Voltaire, Rousseau e Montesquieu defendiam a busca pela liberdade, igualdade e justiça. Suas obras influenciaram profundamente a Revolução Francesa e os movimentos emancipatórios que se seguiram.

A chegada da modernidade trouxe consigo uma diversificação do pensamento intelectual. Russel Jacoby (2001) oferece diversas definições e perspectivas sobre essa figura controversa e importante do intelectual, para ele os intelectuais são, em essência, aqueles que conciliam o conhecimento especializado com o compromisso social. Eles não devem apenas dedicar-se a sua área de estudo, mas também engajar-se nas questões e debates mais amplos da sociedade em que estão inseridos. Para o autor, essa atitude de compromisso é fundamental para que o

conhecimento acadêmico não seja isolado e desvinculado das demandas e necessidades da realidade. Além disso, Jacoby argumenta que os intelectuais não devem ser meros especialistas, limitados a seus campos de estudo específicos. Para ele, é fundamental que os intelectuais tenham uma visão ampla e transdisciplinar do conhecimento, sendo capazes de dialogar e transitar por diferentes áreas do saber, essa transversalidade intelectual permite a compreensão mais ampla e crítica das complexidades do mundo contemporâneo.

Outra característica importante atribuída por Jacoby aos intelectuais é a independência de pensamento. Ele ressalta que os verdadeiros intelectuais não devem se submeter a nenhum tipo de autoridade ou dogma, seja ele político, ideológico, religioso ou acadêmico. Essa independência, de acordo com o autor, é crucial para que os intelectuais possam exercer uma análise crítica e contribuir para o avanço do conhecimento e para o questionamento das estruturas estabelecidas. O pensador também critica o que ele chama de "domesticação" dos intelectuais. Para ele, muitos intelectuais perderam sua energia e capacidade transformadora, tornando-se mero instrumento de reprodução do status quo. Defende a necessidade de uma atitude mais combativa e comprometida dos intelectuais, capaz de enfrentar as estruturas de poder e lutar por transformações sociais.

Muitas vezes, os intelectuais são moldados pela própria estrutura acadêmica, sendo levados a adotar uma postura conformista e pouco crítica, onde a dependência dos intelectuais em relação às instituições acadêmicas e aos sistemas de financiamento causa uma perda de autonomia e independência intelectual. Para Jacoby, os intelectuais são aqueles que combinam conhecimento especializado com engajamento social, que transcendem fronteiras disciplinares, que exercem independência de pensamento e que não se relegam a meros reprodutores de conhecimento. Eles são responsáveis por manter a vitalidade do pensamento crítico e por contribuir para a análise e transformação das estruturas sociais e culturais. Somente através de intelectuais comprometidos e independentes é que a sociedade pode avançar e enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Atualmente, os intelectuais enfrentam novos desafios, entre eles está a globalização, as tecnologias digitais e a disseminação rápida da informação, que tem alterado a forma como o conhecimento é produzido e divulgado. Surgiram novos tipos de intelectuais, aqueles que estão sempre em busca de conhecimentos,

atualizações e que caminham junto com a tecnologia em prol da emancipação da educação, sempre respeitando as diversidades e a historicidade. Mesmo em um mundo cada vez mais complexo, a existência de intelectuais continua sendo crucial para a compreensão e a crítica dos acontecimentos, seja no campo acadêmico, político, literário ou artístico, eles desempenham um papel fundamental na formação de ideias e no despertar do pensamento crítico.

Na atualidade, diversas figuras têm sido consideradas intelectuais, mas é importante reconhecer que o conceito de intelectual evoluiu com o tempo. As habilidades e conhecimentos exigidos de um intelectual no século XXI são diferentes dos séculos anteriores, devido às rápidas mudanças sociais, tecnológicas e culturais. Na contemporaneidade, intelectuais são aqueles que se destacam em suas áreas de atuação, contribuindo para a produção, disseminação e crítica de ideias e conhecimentos. Isso pode abranger uma ampla gama de campos, como ciência, filosofia, tecnologia, política, literatura, arte, entre outros. Devés elucida:

En la actualidad, la noción de “intelectual” comprende de manera primordial a quienes ejercen la investigación y la docencia a nivel superior, incluyéndose también en numerosas oportunidades a escritores, políticos, diplomáticos, profesionales liberales y líderes sociales que, por su trabajo, son reconocidos como pares al interior del campo. La determinación de quien es y quien no, es parcialmente histórica, pues, dependiendo del grado de profesionalización del que hacer intelectual, se aceptará con mayor facilidad a ciertas personas para que se integren a dicha red (Devés-Valdés, 2007, p. 30).

Considerando a definição do intelectual nesse breve resgate histórico e a importância dessa representação tanto para a academia quanto para a sociedade, que se compreende o quanto as ações realizadas pelos grupos e redes de pesquisas descritas acima pelos entrevistados fortalece a formação de capital intelectual, ainda mais quando trabalham na elaboração de um evento em conjunto, na preparação de atividades, produção de artigos e livros. O ser intelectual é essencial na promoção e produção dos capitais intelectuais, são os transmissores e receptores do saber.

Nesse sentido, com base no histórico e estudos da tese feitos até aqui, o conceito pode ser definido também através daqueles que buscam por meio dos seus estudos e pesquisas melhorias em todos os âmbitos sociais. Os que utilizam seus capitais intelectuais como ferramenta na busca e transmissão do conhecimento com

o objetivo de tornar a sociedade mais justa. São eles: os professores, pesquisadores, sociólogos, filósofos contemporâneos, poetas, escritores, artistas, e todos que promovem aprendizados e ciência. Os participantes dos grupos de pesquisa são de fato intelectuais, de acordo com as definições do intelectual no mundo atual. Ao desenvolverem suas pesquisas e estudos possuem em suas mãos o dever de produzir capitais intelectuais e transmitir esses saberes em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

A nuvem de palavras abaixo evidencia as atividades que tiveram maior representação nas respostas dos entrevistados à pergunta número 2:

Figura 13 - Nuvem de palavras da resposta 2



As palavras: publicações, artigos e coletivas aparecem em evidência em relação às outras, o que se pode compreender já que a maioria das respostas traz a produção científica através de artigos como uma das principais ações realizadas pelos grupos. Os artigos científicos são desenvolvidos muitas vezes por meio da coletividade, sendo uma das modalidades de trabalhos mais publicadas em eventos e revistas.

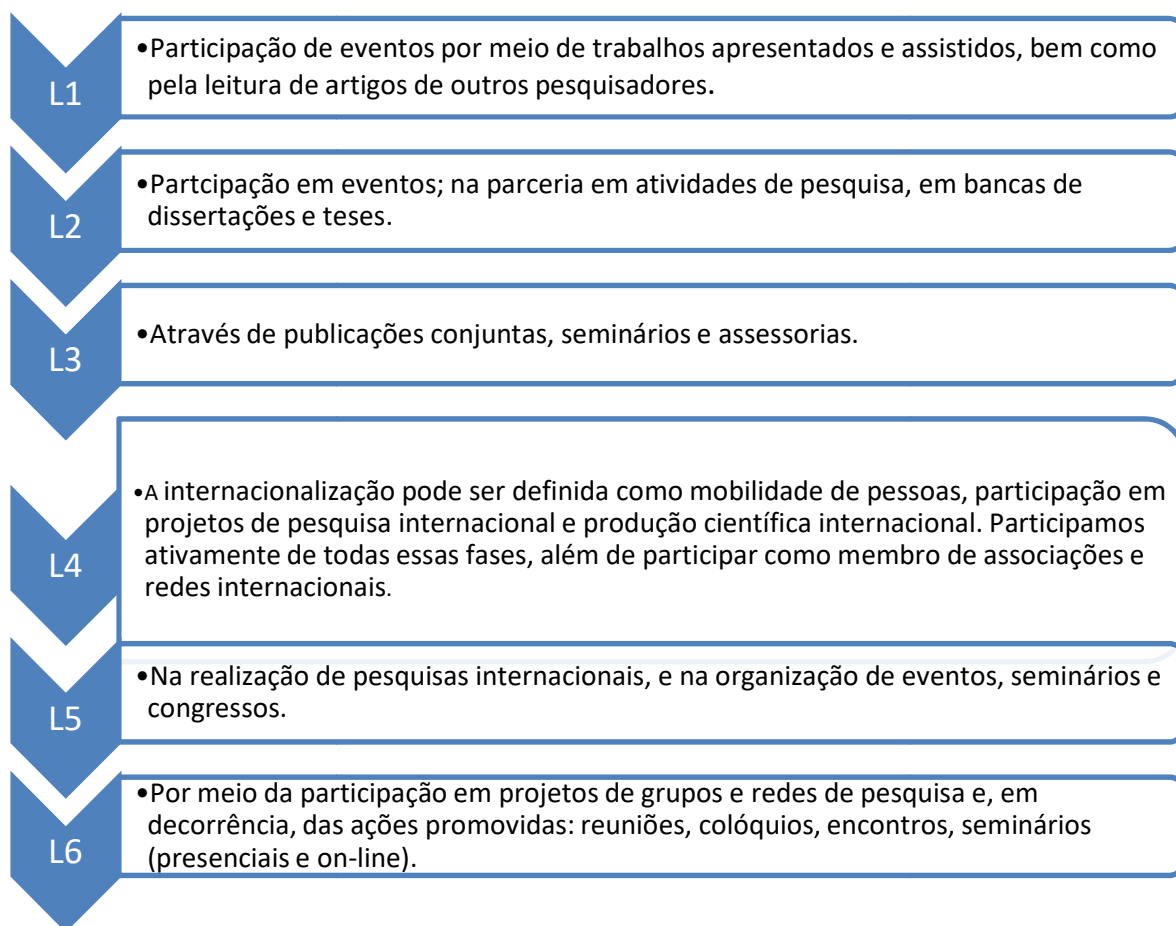
A nuvem de palavras permite uma rápida visualização dos tópicos ou principais temas abordados em um texto ou pesquisa. Serve como um resumo visual

que demonstra os pontos mais importantes que devem ser ou foram analisados. Nesse caso ressaltou o que já estava previsto nas respostas obtidas no questionário, vez que as palavras em destaque representam os trabalhos que os grupos de pesquisa mais desenvolvem, sendo as publicações em forma de artigos e através da coletividade, atividades essenciais para a formação de capital intelectual.

5.3 Categoria de análise de dados: Participação/relação com pesquisadores de distintos países ou instituições nas ações realizadas pelo grupo ou rede de pesquisa.

Nesta categoria serão analisadas as respostas da seguinte questão: De que forma ocorre a participação/relação com outros pesquisadores de outros países e/ou instituições nas ações realizadas pelo seu grupo ou rede de pesquisa?

Quadro 1 - Resposta 3



Entre os seis participantes e de acordo com suas respostas expostas acima no quadro, cinco informaram que participam e possuem relação com pesquisadores de outros países e instituições através de eventos, por meio de produções de trabalhos, produção de artigos, seminários, congressos, colóquios, publicações conjuntas, assessorias e até bancas de dissertações e teses, como é o caso do grupo de pesquisa do L2. O líder de grupo de pesquisa quatro L4, destacou que a participação e relação com outros pesquisadores dão-se por meio da internacionalização, que pode ser definida como mobilidade de pessoas, onde fazem parte de projetos de pesquisa internacional e produções internacionais. Pontuou também que o grupo do qual é representante participa de forma ativa de todas essas fases, além das participações como membros de associações e redes internacionais.

De acordo com as respostas, todos utilizam suas redes de pesquisa para realizar ações e participações em atividades capazes de formar capitais intelectuais. O trabalho em equipe é fundamental para a constituição das redes intelectuais que são caracterizadas por fazerem parte de uma organização social desenvolvida no contexto do trabalho intelectual e da produção de conhecimento. Elas são constituídas por um conjunto de indivíduos que compartilham interesses similares, interagem e colaboram entre si na busca por objetivos comuns, como podemos presenciar nas respostas. Essa interação ocorre tanto em espaços físicos, como instituições acadêmicas e conferências científicas, quanto em espaços virtuais, através de plataformas digitais e redes sociais. Uma das principais características das redes intelectuais, de acordo com Devés-Valdés (2007), é a sua natureza flexível e descentralizada. Ao contrário das estruturas hierárquicas tradicionais, nas quais o conhecimento é transmitido de cima para baixo, as redes intelectuais são mais horizontais e baseadas na colaboração entre pares, podendo dar-se entre alunos e professores ou vice-versa. Essa característica permite uma maior diversidade de perspectivas e abordagens na produção do conhecimento, o que pode levar a soluções mais inovadoras e criativas.

As redes intelectuais possibilitam a troca de informações e conhecimentos entre os seus participantes, através de mecanismos como a comunicação e a cooperação. Essa troca de informações pode ser crucial para o avanço do conhecimento em determinada área, pois permite a disseminação de descobertas e

a construção coletiva do saber. No entanto, essa troca também pode ser influenciada por fatores externos, como políticas governamentais e recursos disponíveis, o que pode afetar a conectividade e os resultados das redes. Fatos esses que atualmente tornaram-se menos relevantes, pois vive-se em um momento no qual é buscado incorporar nas relações de trabalho e pesquisa a cultura de paz, a liberdade de expressão e o respeito ao multiculturalismo e representações, sejam elas de credo, gênero e posicionamentos sociais e políticos. Devés-Valdés salienta os aspectos externos e evolução das redes intelectuais:

Las tensiones entre voluntad y espontaneidad, entre cuestiones propiamente académicas y otras no tanto, se encuentran en el origen y evolución de las redes. Condiciones idiomáticas, de cercanía cultural y económica entre otras, también se encuentran presentes en la constitución de las redes. Las afinidades electivas entre intelectuales que trabajan sobre cuestiones similares crean relaciones espontáneas que se van afirmando frecuentemente desde épocas estudiantiles. Estas a menudo se van traslapando con relaciones de amistad, de política, de institución y muchas otras. La densidad de la comunicación hace que la espontaneidad se vaya transformando en institucionalidad, tendiendo a las sociedades, centros, asociaciones, congresos, publicaciones y otras. Por otra parte, lo académico frecuentemente tiende a proyectarse más allá de sí mismo, pretendiendo influir sobre los destinos de la polis (no necesariamente nacional) (Devés-Valdés, 2007, p. 31).

São muitos os fatores que influenciam a origem e evolução das redes. Outro ponto importante na teoria de Devés-Valdés (2007) é o reconhecimento da importância das redes intelectuais na construção da identidade intelectual de seus participantes. Ao fazer parte de uma rede, os indivíduos são influenciados e moldados pelas interações e colaborações que ocorrem nesse ambiente. Essas redes podem influenciar não apenas as pesquisas e projetos em que os participantes estão envolvidos, mas também suas perspectivas e visões de mundo.

A construção identitária é fundamental para o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo. As aplicações da teoria de Devés-Valdés sobre as redes intelectuais vão além do campo acadêmico. Elas podem ser usadas para entender e promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico, bem como a cooperação científica entre países e instituições. Em resumo, as redes intelectuais oferecem uma visão abrangente e profunda sobre a importância dessas estruturas na produção do conhecimento e na formação dos capitais intelectuais a partir da construção da identidade intelectual tanto no campo acadêmico quanto em outras esferas da sociedade.

No contexto atual, é essencial o trabalho coletivo e através de redes intelectuais para construir relações científicas e culturais, já que, com a globalização e a tecnologia tem-se o alcance de poder conectar-se com o mundo todo em questão de minutos e até segundos. As informações estão cada vez mais acessíveis e com toda essa facilidade surgem também os desafios e os problemas relacionados à falta de conhecimento aprofundado. A superficialidade e os conhecimentos sucintos vêm sendo cada vez mais comuns e corriqueiros. As redes intelectuais possuem um papel importante na produção e socialização de conhecimentos advindos de produtos produzidos através de estudos científicos.

5.4 Categoria de análise de dados: Aproveitamento das ações realizadas nos grupos ou rede de pesquisa pelos participantes/orientandos de mestrado ou doutorado.

A última pergunta leva a pensar nos resultados das pesquisas e produções científicas desenvolvidos nos grupos de pesquisa. Com o seguinte questionamento: Como se dá o aproveitamento (escrita de artigos, livros, capítulos de livros, eventos voltados aos temas de pesquisa, projetos de extensão ou outras atividades acadêmicas afins) através das ações realizadas no seu grupo ou rede de pesquisa, pelos participantes/orientandos de mestrado ou doutorado? Abaixo seguem as respostas de acordo com as ações dos grupos de pesquisa.

Tabela 13 - Resposta 4

L1	Eles integram as referências das nossas produções.
L2	Utilizam os escritos em suas dissertações, como objeto de investigação, utilizam para reescrever seus textos.
L3	Somos cadastrados na Uerj como projeto de extensão, CNPq e Faperj temos financiamentos. Organizamos coletâneas e revista. Publicamos resultados em vários periódicos.
L4	As pesquisas realizadas são difundidas na sociedade através de conhecimento novo, materializado em uma das diferentes formas de divulgação científica. Também buscamos converter conhecimento tácito que está na experiência e vivência das pessoas em conhecimento explícito ou científico. Geração de novas tecnologias,

	trabalhamos muito com tecnologias sociais, tecnologias assistidas, desenvolvidas em parceria com as comunidades. São formas de gerar conhecimento, mas temos sempre a ética de tudo ser produzido tendo as comunidades como co-autoras desses conhecimentos.
L5	Não aproveitamos ações. É a partir da pesquisa que promovemos ações. É o movimento inverso. Ou seja, os estudantes produzem conhecimento e a partir desta produção dialogamos em rede(s).
L6	Por meio das apresentações dos resultados das pesquisas (parciais e finais) e discussão dos dados e análises em reuniões do grupo, nos seminários internos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, nos seminários externos e em escolas de educação básica das Redes de ensino.

Ao analisar as respostas dos seis participantes, não deixam dúvida que todos aproveitam suas ações realizadas pelo grupo ou rede de pesquisa. Tais aproveitamentos dão-se por meio da utilização dos escritos como objetos de investigação que são aproveitados para reescrever textos e dissertações. Integram também as referências das produções dos grupos. Organizam coletâneas, revistas e publicam resultados em diversos periódicos. Um dos grupos em específico utiliza diferentes formas de divulgação dos trabalhos, buscam converter a experiência e vivência tácita das pessoas em conhecimentos explícitos ou científicos, com o apoio das tecnologias sociais e assistivas, também em parceria com as comunidades produzem capitais intelectuais e utilizam as redes para difundir e promover esses conhecimentos.

Um dos líderes trouxe uma importante contribuição, ele não considera que aproveitem ações, mas sim promovem ações a partir da organização em grupo de pesquisa. São os estudantes e pesquisadores que produzem conhecimento e por meio dessas produções dialogam em rede.

Outra maneira descrita de aproveitamento das ações promovidas pelos grupos de pesquisa são as apresentações dos resultados das pesquisas, sejam eles parciais ou finais. Através de reuniões promovem discussões de análise de dados coletados, apresentações de trabalhos e participações em seminários internos do Programa de Pós-Graduação em Educação, seminários externos e também em escolas de educação básica das redes de ensino.

As quatro questões analisadas acima demonstram que os Grupos de Pesquisa promovem atividades científicas através da elaboração de artigos e capítulos de livros, atividades essenciais para o fortalecimento e desenvolvimento dos capitais intelectuais, portanto e diante do objetivo do estudo pode-se afirmar que conforme os dados coletados os Grupos de Pesquisa formam Capitais Intelectuais.

Outro aspecto que chamou atenção na análise das respostas é o retorno para a sociedade que alguns grupos demonstraram ter a partir das suas respostas. O L3 mencionou que o grupo possui cadastro como projeto de extensão e um dos maiores objetivos é a publicação dos resultados das pesquisas em diversos periódicos. O L4 produz capital intelectual e através de parcerias com as comunidades divulga os resultados científicos por meio de tecnologias assistidas e sociais. O L6 além de promover discussões sobre as análises de dados em seminários internos e externos do Programa de Pós-Graduação em educação faz essa divulgação em escolas de educação básica e nas redes de ensino. É seguro dizer que metade dos grupos entrevistados aproveitam suas produções a partir de eventos, projetos e trabalhos dentro da comunidade acadêmica e a outra metade leva para além do contexto acadêmico.

A análise desta última resposta leva a pensar nos propósitos e objetivos de um Grupo de Pesquisa, que estão voltados às investigações, estudos e produções de conhecimentos em áreas específicas do conhecimento humano. Tais grupos reúnem pesquisadores, professores, estudantes e outros profissionais interessados em aprofundar o entendimento sobre determinado tema, desenvolver teorias, metodologias, tecnologias ou solucionar problemas complexos. Buscam contribuir para o avanço do conhecimento através dos estudos, experimentos, análises, publicações de modo a ampliar as fronteiras do saber gerando impacto tanto no ambiente acadêmico quanto na sociedade em geral.

Na página do Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil CNPq estão expostos os objetivos e finalidades que compreendem as seguintes informações:

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no País. Assim a existência da atividade permanente de pesquisa numa instituição é condição prévia para participação dela no DGP, e não o contrário. Em outras palavras, o início de processo de criação ou implantação de atividades de pesquisa em uma instituição não se dá pelo Diretório. As informações contidas no Diretório dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas

de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo. Com isso, é capaz de descrever os limites e o perfil geral da atividade científico-tecnológica no Brasil.

Os grupos de pesquisa inventariados estão localizados, principalmente, em universidades, instituições isoladas de ensino superior com cursos de pós-graduação *stricto sensu*, institutos de pesquisa científica e institutos tecnológicos. O Diretório possui uma base corrente, cujas informações podem ser atualizadas continuamente pelos atores envolvidos, e realiza censos bi-anuais, que são fotografias dessa base corrente.

Importa ainda ressaltar que o CNPq não exige a participação de instituições, pesquisadores e estudantes no DGP como requisito para a participação em seus editais e programas (DIRETÓRIO).

Na mesma página de apresentação, onde está a finalidade do Diretório de Grupos de pesquisa, estão os objetivos que compreendem os desígnios principais. Entre eles estão: a utilização pela comunidade científica, a construção de amostras científicas e tecnológicas, onde se encontram essas amostras e qual o alcance delas. Outra questão importante que aparece nos objetivos está relacionada aos censos que são realizados com frequência no Brasil, ponto em que as bases de dados representam um papel significativo na preservação da memória das atividades tecnológicas e científicas.

Os objetivos e finalidades dispostos nas páginas de apresentação do Diretório dos Grupos de pesquisa foram trazidos até aqui com o propósito de fazer uma reflexão quanto ao que o site propõe como objetivo e competências e a dificuldade em conseguir a participação dos líderes para o desenvolvimento da pesquisa. Todos os grupos cadastrados estão compostos por equipes de alunos, professores e pesquisadores de iniciação científica, muitos em nível de mestrado e doutorado, o que se supõe ser uma categoria de pessoas que compreendem a importância de responder aos questionários para produção científica de conhecimentos e até mesmo para com o próprio objetivo disposto na página do diretório, que menciona a importância das bases de dados através das ações que promovem por meio do diretório a preservação da memória das atividades tecnológicas e científicas.

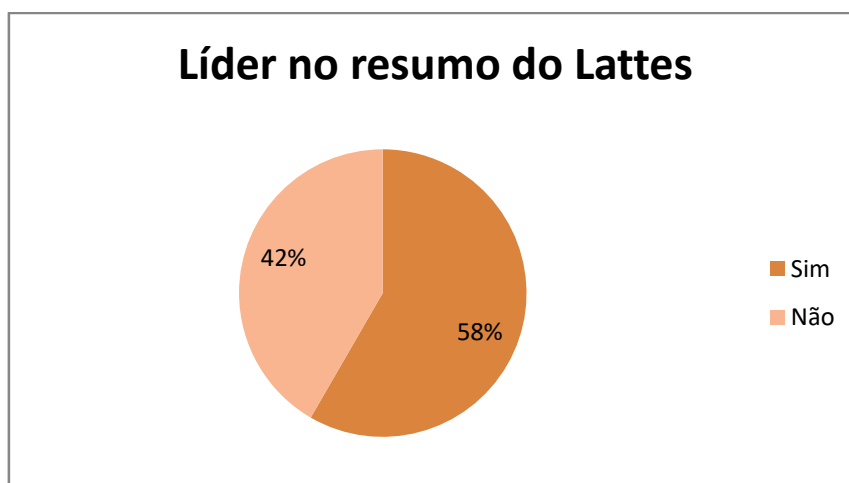
Sabe-se o quanto os profissionais da área da educação são atarefados, muitos atuam como professores e ainda precisam dar conta de cargos de direção, coordenação, orientações de trabalhos de final de curso, teses e dissertações, sem falar nas diversas atividades de planejamentos e elaboração de eventos. Foi pensando em todas essas circunstâncias que o questionário foi elaborado com

apenas 4 questões, sendo uma objetiva e com duração de no máximo 15 minutos para responder todas as perguntas. Mesmo diante dessas especificações e do texto encaminhado junto ao questionário pedindo a colaboração e informando o tempo previsto não foi alcançado nem 30% das respostas que foram almejadas.

Diante de tal conjuntura e com a sensação de ainda não ter alcançado os objetivos propostos no projeto de tese devido ao baixo retorno recebido dos questionários enviados aos líderes dos grupos de pesquisa, como complementação dos dados alcançados foi realizada uma análise dos currículos Lattes de cada um dos selecionados que não participaram da entrevista, com o objetivo de investigar como eles expõem através do currículo as participações em redes, como fazem a publicidade das pesquisas e o que produzem em seus grupos.

Também foi analisado se aparecem publicações e participações em eventos junto aos seus orientandos. Através dessa complementação pretende-se compreender como as teias de produções e formação de capital intelectual estão formadas. O gráfico abaixo demonstra que dos 24 líderes, mais de 50% apresentam já no resumo do currículo Lattes a participação como Líder de Grupo de Pesquisa.

Figura 14 - Gráfico apresentação como líder em resumo do Lattes

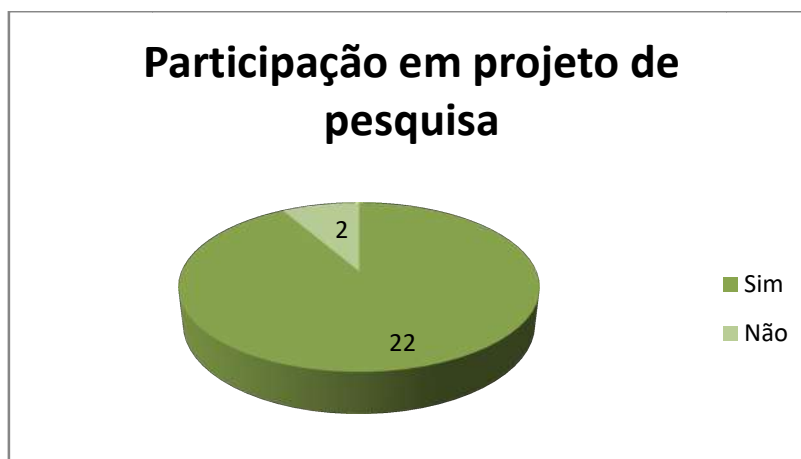


A sinalização já no primeiro texto de apresentação do Lattes como líder de Grupo de Pesquisa demonstra a importância da representação de liderança e como participante para fins acadêmicos e profissionais. Trata-se de uma atividade que merece destaque, já que os textos que aparecem na modalidade de resumo

costumam ser mais sucintos e práticos, de forma a expor realmente as formações e informações mais relevantes.

Dos 24 currículos analisados, 14 expuseram tanto no resumo principal quanto na descrição de participação em outros projetos disponíveis na plataforma. Já os outros 10 demonstram a participação em Grupo de Pesquisa somente nas opções de projetos de pesquisa ou extensão, sendo que nem todos se colocam como líderes. O próximo gráfico demonstra a participação quase unânime em projetos de pesquisa.

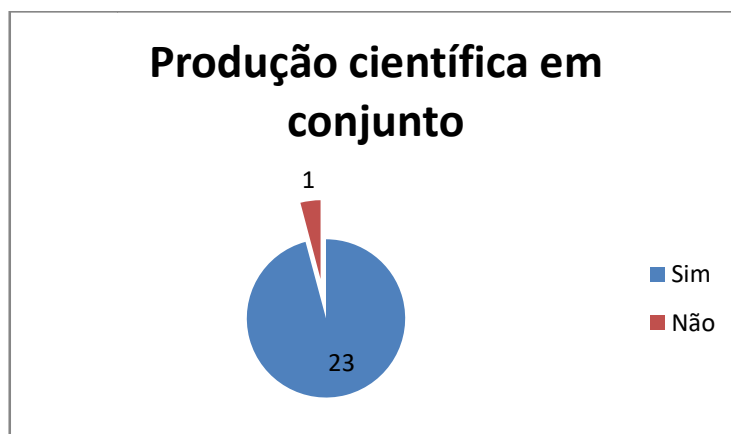
Figura 15 - Gráfico Participação em projeto de pesquisa



Dos 24 líderes, apenas 2 não demonstram em seus currículos Lattes a participação em projetos de pesquisa. Os outros 22 descrevem nas opções de projetos tanto de extensão, quanto de pesquisa informações com os títulos, períodos e até mesmo os que estão em andamento. Ao analisar as informações de cada um, deu para relacionar com as temáticas dos Grupos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes e chegar a conclusão que muitos projetos possuem relação direta com os temas dispostos nos cadastros do diretório.

O próximo gráfico explana as produções científicas em conjunto.

Figura 16 - Gráfico Produção científica em conjunto



Dos 24 currículos apenas 1 não demonstra produção científica em conjunto. Os outros 23 apresentam de forma geral um número bastante significativo de produções de artigos em revistas, capítulos de livros, livros e resumos expandidos, todos com participação de orientandos e integrantes dos Grupos de Pesquisa, o que reforça ainda mais a produção de Capital Intelectual. Não que os projetos de pesquisa não tenham papel importante no desenvolvimento da ciência e promoção do conhecimento, porém as produções em conjunto representam de forma direta a integração entre os pesquisadores e a entrega dos produtos gerados a partir de suas pesquisas e estudos em grupos.

O próximo gráfico diz respeito às participações em eventos. Um único currículo, no caso o mesmo que não apresenta produção em conjunto também não participa de eventos. Vale ressaltar que faz mais de 3 anos que não é atualizado.

Figura 17 - Gráfico Participação em eventos



Os 23 currículos demonstram participação em uma grande diversidade de eventos. Muitos nacionais, porém muitos internacionais também, em universidades de distintos estados, não somente por aqueles promovidos pelas universidades de origem dos líderes e Grupos de Pesquisa. Os eventos, como já mencionados na análise do questionário possuem um papel essencial para a socialização dos conhecimentos e trocas de saberes.

A pandemia atuou como uma divisora de águas nesse processo, de modo que a barreira das distâncias e a necessidade de comparecer fisicamente em eventos em outros países foram substituídas pelas participações online, por meio de plataformas de acesso. Até os investimentos altíssimos que antes eram necessários para a participação em eventos foram e ainda estão sendo poupados com as novas modalidades disponíveis.

É importante destacar que as últimas análises serviram de complementação aos dados coletados através do questionário e que as informações expostas não representam que é necessariamente isso que os líderes dos grupos de pesquisa fazem. Foi uma alternativa encontrada após receber um número muito pequeno de retornos. Outra ressalva importante é o fato de nem tudo ir para o Lattes, pois pode haver, ainda, outras atividades extraordinárias sendo desenvolvidas que não se teve acesso às informações, pois poucos responderam o questionário e porque nem tudo é informado no currículo. Fica aqui o alerta e a sugestão de que os grupos e redes de colaboração façam aparecer mais as ações, divulguem mais as suas produções, pois certamente não são poucas as atividades, mas não constam, nem no Lattes e nem nas descrições dos grupos de pesquisa.

Portanto, diante da análise e discussão dos dados, juntamente com a complementação da pesquisa através da busca de informações na Plataforma dos Currículos Lattes CNPQ chega-se a conclusão que as quatro categorias representadas pelas perguntas levam a resultados que indicam que as redes colaborativas e de pesquisa na Pós-Graduação Stricto Sensu formam capitais intelectuais.

O primeiro questionamento procurou saber quais as principais atividades realizadas pelos grupos ou redes de pesquisa, onde quase todos os entrevistados responderam que desenvolvem pesquisa através da elaboração de artigos, capítulos de livros, orientações de dissertações e teses. Todas essas modalidades de

trabalhos são desenvolvidas a partir de grupos e redes de pesquisa, o que fortalece a formação dos capitais intelectuais.

O segundo questionamento diz respeito às ações realizadas pelos grupos ou redes de pesquisa capazes de oportunizar a formação de capitais intelectuais. As respostas foram unânimes ao demonstrarem suas ações voltadas aos trabalhos coletivos por meio de estudos científicos, produções de eventos, intercâmbio, apresentação de trabalhos e até mesmo capacitação profissional como foi descrito em uma das respostas obtidas na pesquisa.

A terceira pergunta buscou a participação e a relação dos pesquisadores de distintos países e instituições nas ações realizadas por grupos ou redes de pesquisa. Todos utilizam as redes de pesquisa para a realização de ações e participações em diversas atividades que formam capitais intelectuais, entre elas estão as bancas de teses, dissertações, participação em eventos com apresentações de trabalhos, realizações de pesquisas internacionais, seminários, acessórias e projetos.

A última questão apresentou o aproveitamento das ações realizadas nos grupos ou redes de pesquisa pelos participantes/orientandos de mestrado e doutorado. Demonstraram que os Grupos de Pesquisa aplicam as ações através da criação de projetos, produção de artigos científicos, publicações em periódicos, produção de livros e capítulos.

As informações coletadas nos Lattes como complementação só reforçaram a importância dos Grupos de Pesquisa, juntamente com as Redes Colaborativas e de Pesquisa para a formação de Capitais Intelectuais. Dos 24 analisados, 14 mencionam no resumo principal a participação nos grupos como líderes. Apenas dois não participam de projetos de pesquisa, sendo que somente 1 não desenvolve produções científicas em conjunto e também não participa de eventos. Dessa maneira, os resultados demonstram uma ampla participação coletiva de intelectuais que unem esforços e juntos promovem ações que formam e produzem capitais intelectuais na Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar se as Redes Colaborativas e de Pesquisa na Pós-Graduação *Stricto Sensu* formam Capitais Intelectuais, sem dúvida alguma foi um grande desafio, pois durante todo o processo de pesquisa e escrita muitas reflexões foram feitas acerca dos conceitos que permearam o estudo e a pertinência do tema. O trabalho de Tese partiu do seguinte problema de pesquisa: Em que medida as redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo formam capital intelectual nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação no Brasil, na perspectiva de qualificar a formação de pesquisadores e a socialização dos resultados de suas pesquisas?

Foi nessa perspectiva que o Direito Educativo foi utilizado como base central e teve um papel muito importante na delimitação do tema. Tudo começou pela busca por trabalhos, estudos, relações entre pesquisadores que abordassem o Direito Educativo como área de conhecimento e ciência que estuda as leis, normas jurídicas e conjunto de princípios que regulamentam os direitos à educação.

A grande diferença entre o Direito Educativo e as outras áreas do Direito é que através da Rede RIIDE, com a representação de pesquisadores de mais de 16 países, busca a implementação do DE como área do Direito, com espaço para discussões das leis e políticas educacionais que coloquem em prática as normas, mas também a sansão do não cumprimento dessas leis, uma vez que, todas as outras áreas, tais como, penal, trabalhista entre outras trabalham com regramentos e penalidades. Na educação não se conta com nada disso e essa efetivação das regras só é aplicada quando judicializada, ou seja, o cidadão precisa entrar na justiça para fazer valer o seu direito garantido em uma política educacional.

A ideia dessa discussão é nova no Brasil, pois não se tem a educação como uma área do Direito e essa é a grande luta da Rede, que une os dois campos para pensar a efetivação do Direito Educativo enquanto políticas pensadas para o processo educacional e para o não cumprimento dessas regras através de penalidades que as façam valer.

Como objetivos, foram conjecturadas as maneiras em que as redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo e Direito à Educação formam Capitais Intelectuais nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Brasil, bem como, analisar se essas relações intensificam a qualificação nos

processos de formação de pesquisadores e socialização dos conhecimentos e produtos gerados na perspectivas de seus atores. Dentro dessa idéia procurou-se analisar como a temática do Direito educativo é abordada nos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação a partir de suas redes de colaboração e de pesquisa.

Buscou-se compreender também como ocorre a formação de Capital Intelectual por meio das redes nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em educação e identificar como estão organizadas as Redes Colaborativas e de Pesquisa em Direito Educativo na Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Brasil, juntamente com o alcance ibero-americano através de busca no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes.

A metodologia contou com o campo da análise de dados, investigação de estudo hermenêutico com enfoque qualitativo, mesmo que tenha surgido dados quantitativos e estatísticos, o objetivo da pesquisa vai muito além da contagem de números, são análises que partem de estudos de fenômenos sociais que englobam o desenvolvimento de conhecimentos e formação de Capitais Intelectuais, fatores que as interações sociais influenciam de maneira direta. A contagem foi utilizada para contemplar as ausências e as predominâncias. O enfoque qualitativo contou com as pesquisas bibliográficas referentes aos autores, definição dos conceitos, resgates históricos e tudo que engloba a revisão da literatura da tese, propôs também uma análise documental e pesquisa de campo realizada através de questionário.

A primeira conclusão levantada no estudo é referente aos dados coletados no estado do conhecimento. O conceito básico de uma tese está baseado no princípio do ineditismo, algo que nunca foi trabalhado ou discutido em termos técnicos e científicos. O capítulo 3 comprova através dos dados apresentados a partir dos descritores: Direito Educativo, Capital Intelectual, Redes de Pesquisa, Redes Colaborativas e Pós-Graduação *Stricto Sensu*, o quanto as redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo na Pós-Graduação *Stricto Sensu* ainda precisam expandir e evoluir para a formação de capitais intelectuais.

Foram encontrados ao todo 165 trabalhos entre teses e dissertações, na soma dos 5 descritores. Nenhum estudo relacionou os Direitos Educativos com as Redes de Colaboração ou Redes de Pesquisa aliadas aos programas de Pós-

Graduação *Stricto Sensu*, com exceção da dissertação de mestrado de 2018 que deu origem ao trabalho de tese aqui apresentado. Outro aspecto que chamou atenção foi o descritor *Capital Intelectual* ser mencionado de forma bastante branda e sem especificidade alguma na área da educação nos trabalhos encontrados no catálogo de teses e dissertação da CAPES.

Desse modo, foi comprovado através dos resultados que o tema proposto não apresenta nenhuma outra publicação ou relação com outras temáticas já trabalhadas, defendidas ou publicadas no campo da educação e revela o quanto é preciso debater sobre os Direitos Educativos na perspectiva de formação de Capitais Intelectuais através de Redes Colaborativas e de pesquisa.

A próxima reflexão conclusiva diz respeito aos dados coletados através da organização em grupos de pesquisa que buscou compreender como as redes colaborativas e de pesquisa estão constituídas e qual o alcance ibero-americano que os pesquisadores conseguem atingir através das redes. O levantamento foi feito através de pesquisa documental no site do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil Lattes.

Foram selecionados 30 grupos de pesquisa que apresentaram relações internacionais. Os dados investigados contemplam as áreas investigativas das linhas de pesquisa, área do conhecimento, universidades e regiões onde os grupos estão localizados, relações internacionais, redes nacionais, internacionais e inter-relações entre as áreas. Foram separados os grupos de pesquisas cadastrados com o termo “Direito Educativo” que totalizaram 10 grupos, destes, apenas 3 foram selecionados, já que 2 deles participam de redes internacionais e o terceiro possui relação internacional. Com o termo “Direito à educação”, na primeira busca foram encontrados 244 grupos, desses, apenas 27 apresentaram participação em rede ou relação internacional, sendo o número escolhido para o presente estudo, totalizando 30 grupos ao todo para análise.

Com relação ao movimento nacional e internacional, dos 30 grupos distribuídos entre universidades das cinco regiões do Brasil, 11 deles possuem relação internacional ou redes de pesquisa e colaboração com países distintos. No Brasil as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e a região Sudeste estão concentrados os grupos de pesquisa. Fora do âmbito nacional os grupos apresentam em suas descrições participação em rede no Uruguai, México, Portugal,

Espanha, Bolívia, Argentina, Cuba, Equador e a França que não faz parte dos países ibero-americanos, mas que representa participação internacional.

Apesar de a pesquisa parametrizada ter partido da busca com o termo Direito Educativo e Direito à educação, a plataforma selecionou diversas áreas do conhecimento, tais como Letras, Direito, Enfermagem, Sociologia, História e Educação. As linhas de pesquisa dos 30 grupos também variaram entre Direitos humanos, Direito, Educação Popular, Privados de liberdade, políticas de educação entre outras. Dentro desse universo de possibilidades também apareceram inter-relações entre diversas áreas.

Portanto, toda essa diversidade de linhas de pesquisa e áreas do conhecimento dispostas no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil Lattes leva a concluir que os Direitos Educativos e os Direitos à Educação são multidisciplinares e fazem parte de uma infinidade de áreas e linhas do conhecimento. Outro aspecto que deve ser pensado é o cadastro dos Grupos no Diretório, que parecem não ser levados muito a sério, pois ao ingressar no campo da investigação foram encontradas pouquíssimas informações e descrições em relação às redes de pesquisa. Também muitos grupos estão desatualizados e com campos de preenchimento ainda em aberto. Mesmo diante de tais dificuldades conclui-se que as redes colaborativas e de pesquisa possuem alcance ibero-americano, mas são pouco divulgados os trabalhos e produções.

A pesquisa de campo apresentou a análise e discussão dos dados e seus desfechos, com a finalidade de compreender se as redes colaborativas e de pesquisa em Direito Educativo na Pós-Graduação *Stricto Sensu* formam capitais intelectuais. Foram retomados os conceitos de Direito Educativo, Direito à Educação, Redes Intelectuais e Capitais Intelectuais com o propósito de contextualizar os dados analisados e a temática proposta. Os resultados alcançados foram apresentados através das respostas obtidas pelo questionário e, como complementação da pesquisa, da análise dos currículos Lattes dos Líderes dos Grupos de Pesquisa selecionados.

Com base no que foi levantado através do questionário encaminhado aos líderes dos Grupos de pesquisa foi concluído que as quatro categorias representadas pelas perguntas indicam que as redes colaborativas e de pesquisa na Pós-Graduação *Stricto Sensu* formam capitais intelectuais. Com a primeira pergunta,

quase todos os entrevistados responderam que desenvolvem pesquisa através da produção de artigos, capítulos de livros, orientações de dissertações e teses, com exceção de um único participante que não mencionou no questionário que realiza atividades de orientações. Todas as modalidades de atividades citadas nas respostas são desenvolvidas a partir de grupos e redes de pesquisa, o que fortalece a formação dos capitais intelectuais através do trabalho coletivo e da produção de conhecimentos através de produções científicas.

As respostas da segunda indagação foram unânimes ao demonstrarem suas ações voltadas aos trabalhos coletivos por meio de estudos científicos, produções de eventos, intercâmbio, apresentação de trabalhos e até mesmo capacitação profissional como foi descrito em uma das respostas obtidas na pesquisa. O terceiro questionamento buscou a participação e a relação dos pesquisadores de distintos países e instituições nas ações realizadas por grupos ou redes de pesquisa, onde todos utilizam as redes para a realização de ações e participações em diversas atividades que formam capitais intelectuais, entre elas as bancas de teses, dissertações, os eventos com apresentações de trabalhos, realizações de pesquisas internacionais, seminários, acessórias e projetos.

A última pergunta evidenciou o aproveitamento das ações realizadas nos grupos ou redes de pesquisa pelos participantes/orientandos de mestrado e doutorado. Demonstrou-se através das respostas que os Grupos de Pesquisa aplicam as ações através da criação de projetos, produção de artigos científicos, publicações em periódicos, produção de livros e capítulos.

Como complementação das informações e dos dados, a busca nos Lattes dos líderes só reforçou a importância dos Grupos de Pesquisa, juntamente com as Redes Colaborativas e de Pesquisa para a formação de Capitais Intelectuais. De todos os analisados, mais de 50% mencionam no resumo principal a participação nos grupos como líderes. Dois não participam de projetos de pesquisa, sendo que somente um não desenvolve produções científicas em parceria com outros pesquisadores e também não participa de eventos. Os resultados demonstram participação coletiva de intelectuais, que juntos promovem ações que produzem capitais intelectuais na Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Fazendo uma retrospectiva de tudo que foi falado e trabalhado até a última análise e como conclusão final, compreende-se que todos os objetivos foram

alcançados, mas durante a caminhada e as coletas de dados foram encontradas algumas dificuldades, o que desencadeou certa preocupação e frustração. Já no início da elaboração do Estado do Conhecimento os poucos resultados encontrados com a temática do Direito Educativo levaram a buscar outras possibilidades dentro dos Direitos à educação e assim por diante.

Quando foi adentrado no campo dos Grupos de Pesquisa uma outra realidade foi posta em questão, já que eram poucas as informações contidas no Diretório dos Grupos de Pesquisa. Dentre todas as dificuldades encontradas a mais significativa e angustiante foi as poucas respostas recebidas após o encaminhamento do questionário, mesmo depois de inúmeras tentativas e pedidos de retorno. Ainda, diante dos percalços que um trabalho de tese pode apresentar, traz-se aqui a resposta da tese: As Redes Colaborativas e de Pesquisa em Direito Educativo na Pós-Graduação *Stricto Sensu* formam Capitais Intelectuais?

A resposta é sim, ainda mais quando produzem conhecimentos advindos de relações com diversos pesquisadores de diferentes contextos sociais e culturais, como apresentam os dados coletados. A pesquisa demonstrou que existem muitos grupos e redes de pessoas que em prol de um mesmo objetivo e com o intuito de promover a educação desenvolvem trabalhos científicos que muitas vezes ultrapassam as fronteiras geográficas e dessa forma contribuem para a expansão dos Direitos Educativos, de distintas temáticas e para a formação de Redes e Capitais Intelectuais.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ALVES, Nilda. **Trajetórias e redes na formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ANDRADE, Claudete Freitas de. **Alfabetização de Alunos com Transtorno do Espectro Autismo: Desafios da Inclusão no Município de São Luiz Gonzaga/ RS**. 2021 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2021.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Contabilidade e Capital Intelectual**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/denor/maria-thereza-usp.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ARAUJO, Carla Busato Zandavalli Maluf de. **Sinaesem Mato Grosso do Sul e a Regulação do Estado Brasileiro: Os Limites Do Estado-Nação**. 2009. 309 f. Tese (Doutorado em Educação) - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.

BANDO, Janaina Rossarolla. **A Inserção das Formas Consensuais de Solução de Conflitos pelas Novas DCN's no Curso de Graduação em Direito e sua Contribuição para Autonomia e Emancipação da Sociedade**. 2021. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. França: Presses Universitaires, 1977.

BARREIROS, Dayse Kelly. **Os sentidos e significados da formação stricto sensu no trabalho docente da educação básica**. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BASSO, Rochana. **Políticas Públicas e o Direito à Educação Profissionalizante no Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul**. 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2021.

BECKER, Andriza Machado. **Constituição de Comunidade: [Im] Possibilidades no Percorso Formativo em Educação a Distância – EAD**. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal De Santa Maria, Santa Maria, 2013.

BEDENDO, Caroline. **A nova concepção da iniciação científica nas IFES: um estudo de caso**. 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antônio A.S.; FERRAZ, Obdália. **Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, pesquisa administrada e plágio nos tempos da cultura digital.** Salvador: Edufba, 2018.

BOGDAN, Robert C; BIKLEN, SariKnopp. **Investigação Qualitativa em Educação.** Trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção crítica social do julgamento.** Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural, Escuela y Espacio Social.** Trad. Isabel Jimenez. México: Siglo XXI, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O Capital Social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1980. p. 71-9.

BRASIL é o país com menor valorização dos professores, indica estudo internacional. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/10/brasil-e-o-pais-com-menor-valorizacao-dos-professores-indica-estudo-internacional.shtml>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei 10.973, de 2 dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.973.htm. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso: em 2 de mar. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/04/lei_diretrizes.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Observatório da Educação. **Edital CAPES nº 049/2012.** Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/edital-049-observatorioeducacao-2012-pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRAZ, Marina Miri. **A pós-graduação e sua atuação no âmbito da educação básica: elementos a partir do caso PPGEDU/UPF.** 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

CAPES. Programa observatório da educação. **Edital nº 049/2012**. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/edital-049-observatorioeducacao-2012-pdf>. Acesso: em 22 maio 2022.

CASTILHO, Janaina Carrasco. **As redes colaborativas na escola sob a ótica de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental**. 2021. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

CATÁLOGO de teses e dissertações. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especialidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.11, n. 31, p.7-18, 2006.

CHIAPAS (Estado). Instrumento número Un Mil Ochenta y Tres. **Acta constitutiva de la persona jurídica**. Red Internacional de Investigación en Derecho Educativo, Asociación Civil. 22. vol. Notaría 113, Tuxtla Gutiérrez, 21 out 2015.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de educação**, vol 16, n. 2, 2003, p. 221-36. Universidade do Minho. Braga, Portugal, 2003.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

CONHEÇA as 8 áreas do conhecimento do CNPq. ! **Blog. Ampli**. Disponível em: <https://blog.ampli.com.br/guia-de-estudos/areas-do-conhecimento-cnpq/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

CUEVAS, Marcia Roxana Cruces. **Conversar e Tensionar na Formação (Des)Continuada Inventiva/Inclusiva: Cartografia de uma Escola-Território**. 2015. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2015.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Questões Teórico-Methodológicas da História da Educação: algumas reflexões sobre a pesquisa Histórico-Sociológica tendo como objeto a educação da população brasileira. In: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **História e História da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 65-76.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **Redes intelectuales en america latina: Hacia la constitución de una comunidad intelectual**. Santiago de Chile: Segunda Época, 2007. Col. Idea.

DIRETÓRIO dos Grupos de Pesquisa no Brasil, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ESCOTT, Clarice Monteiro. **Avaliação e produção do conhecimento nos mestrados profissionais**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. **Capital intelectual**: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron, 1998.

EXPERIÊNCIAS COIL. Secretaria de Relações Internacionais /Office of International Relations. Disponível em: <https://sinter.ufsc.br/experiencias-coil/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

FERNANDES, Larissa Maria da Costa. **A internacionalização da educação superior**: contributos da mobilidade estudantil na Pós-Graduação em Educação da UFRN (2001-2010). 2013. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

FIGUEIREDO, Nilzilene Gomes de. **A Sustentabilidade de um Centro de Ciências no Interior da Amazônia**: O CPADC de Santarém-PA (1988-2015). 2016. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

FLICKINGER, Hans-Georg. **A caminho de uma pedagogia hermenêutica**. Campinas: Autores Associados, 2010.

FURTADO, Rafael Masson. **O Direito à Educação e à Inclusão de Alunos Refugiados em uma Escola Estadual de Cuiabá-MT**. 2021. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2021.

GADAMER, Georg-Hans. **Verdade e método**: Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.

GALLANA, Lilia Maria Reginato. **Facebook**: um espaço de colaboração para a troca de experiências com uso de tecnologias em sala de aula. 2013. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

GATTI, Bernadete Angelina. **Reflexão sobre os desafios da pós-graduação**: novas perspectivas sociais, conhecimento e poder. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VNxVvMMhkF85GQntx3s3P6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de ago. 2022.

GIGOSKI, Iarana de Castro. **Mediação de Conflito Escolar**: Cultura de Paz e Possibilidade do Direito Educativo. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIROUX, Henry A. **Rumo a uma Pedagogia Crítica da Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, Maria Antonia Lima. **Museu Virtual para o Antigo Teatro São João da Bahia, através de uma Abordagem Socioconstrutivista**. 2017. 427 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2017.

GONZAGA, Sandra. **A importância da pesquisa científica**. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/cienciasjuridicasesociais/article/view/911/889>. Acesso em: 1 nov. 2021.

GRABINSKI, Claudia. **Redes Internacionais de Pesquisa e Excelência da Pós-Graduação: Visão de Pesquisadores da Área da Medicina**. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

HOEPERS, Idorlene da Silva. **Traduções da Política de Ensino Superior no Contexto da Prática em Institutos Superiores de Educação Profissional do Brasil e de Portugal**. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2017.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISAAC, Juliana Alves. **O discurso, a prática e a formação para a pesquisa na pós-graduação stricto sensu em educação**. 2019. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019.

JACOBY, Russell. **O fim da utopia**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JESUS, Rodenil Goncalves de. **O Papel das Escolas do Legislativo na Formação Política e Educação para Cidadania: Um Estudo sobre as Atividades da Escola do Legislativo de Rondonópolis – MT**. 2021. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2021.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Trad. Marcos de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LEITE, Denise; CAREGNATO, Célia Elizabete; MIORANDO, Bernardo Sfredo. Redes de pesquisa e colaboração: conhecimento, avaliação e o controle internacional da ciência. In: LEITE, Denise; CÉLIA, Elizabete Caregnato (orgs.). **A pesquisa interinstitucional e internacional sobre avaliação e redes de pesquisa**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

LEITE, Denise; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. **Conhecimento, avaliação e redes de colaboração**. Brasil: Sulina, 2012.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: Por uma antropologia do ciberespaço. Trad. Luiz Paulo Rouanet. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

LIMA, João Paulo Cavalcante. **Qual o verdadeiro significado de Capital Intelectual?**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/qual-e-o-verdadeiro-significado-de-capital-intelectual/62410/>. Acesso em: 2 set. 2021.

LINO, Estefânia Naiara da Silva; BIANCHINI, Giseli Marques. A Mercantilização do Ensino Jurídico Brasileiro. In: SOUZA, José Antônio; SLAVEZ, Milka Helena Carrilho; GUIMARÃES, Lucélia Tavares (orgs). **Direito, Educação e Sociedade**: desafios à humanização. Curitiba: CRV, 2012. p. 102-113.

MAIA, Debora Matos. **Pedra que Ronca, Pedra De Ponta**: Redes Colaborativas de Educação e Culturas Populares no Bairro de Itapuã. 2018. 204 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MESTRADO e Doutorado: o que são? Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/mestrado-e-doutorado-o-que-sao>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MOLETTA, Ana Keli. **O Campo Científico de Educação Infantil no Brasil (1981/2010)**. 2018. 180f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

NASCIMENTO, Marilene Batista da Cruz. **Iniciação Científica em Redes Colaborativas e Formação Universitária de Qualidade**: A Perspectiva Do Egresso (2007-2013). 2016. 281 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

NEY, Antonio Fernando Vieira. **Certificação Profissional**: Concepções Em Disputa. 2009. 316 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

NEZ, Egeslaine de. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual**: a construção de redes de pesquisa. 2014. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PARECER CFE nº 977, aprovado em 3 dezembro de 1965. Definição dos cursos de pós-graduação. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.

PEREIRA, Elton Antonio Alves. **Redes de Pesquisa em Educação no Brasil**: Análise Epistemológica da Produção da Rede Centro, Reippee Ries (1998 a 2016).

2020. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Uberaba, Uberaba, 2020.

PORTAL MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao/pos-graduacao>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PORTARIA nº 086, de 03 de julho de 2013. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Portaria_86_2013_Regulamento_PNP_D.pdf. Acesso em: 16 jun. 2023.

PRATA, Ana Paula Fernandes. **Roberto Mange: atuação e proposições para a formação do trabalhador da indústria brasileira (1913-1955)**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica).- Centro Federal de Educação Tecn. de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

QUINTO, Jeanice Rufino. **Redes Intelectuais: A Atuação da RIIDE Brasil e México na Promoção do Direito Educativo**. 2018. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2018.

RAMIREZ, Álvaro José Cifuentes. *Conceptualización del derecho educativo como disciplina de laciencia jurídica*. In: ALONSO, Fernando González; CASTAÑO-CALLE, Raimundo (Orgs.). **Análisis conceptual y metodológico del derecho educativo**. Costa Rica: Isolma 2020, p. 177-93.

RAMOS, Rodrigo Barbosa. **Projeto Alunos em Rede - Mídias Escolares: Análise Sobre a Construção da Educomunicação na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre**. 2017. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

RESOLUÇÃO nº 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

RIBEIRO, Cristina Zanettini. **O Espaço da Interdisciplinaridade no Contexto de Pesquisa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia**. 2015. 184 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RIIDE, Rede Internacional de Investigação do Direito Educativo. **Propuesta de Estatutos**. México, 2015.

ROSSETTO, Gislaine Aparecida Rodrigues da Silva. **Atividade de Estudo e Autonomia no Processo de Produção da Pesquisa**. 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

RUPP, Luzia Diel. **Políticas de Educação Infantil no Município de Campinas-SP: entrelaçamentos entre os direitos da criança e da mulher.** 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SANTAELLA, Lucia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade.** São Paulo: Paulus, 2007.

SANTOS, Jocenildes Zacarias. **Aprendizagem da Lectoescrita das Crianças no Primeiro ano do Ensino Fundamental no Moodle.** 2014. 213 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Rodrigo Medeiros dos. **Estado da arte e história da pesquisa em Educação Estatística em programas brasileiros de pós-graduação.** 2015. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SAVIANE, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação.** v.14. n. 40. jan./abr. 2009. p. 143-55.

SAVIANI, Dermeval. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual.** Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul.-set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/BcRszVFxGBKxVgGd4LWz4Mg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. **Hermenêutica: Arte e técnica da interpretação.** Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, Emerson Brandao da. **Para todos verem por Palavras: Elaboração de Tecnologia Assistiva e Banco de Dados de Objetos Digitais de Audiodescrição Segundo o Princípio do Desenho Universal (Boca-Rep).** 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

SILVA, Luis Fabiano de Aguiar. **A Representação Social de Educação de Jovens e Adultos por Professores de Geografia da Educação Básica.** 2017. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017

STREMEL, Silvana. **A Constituição do Campo Acadêmico da Política Educacional no Brasil.** 2016. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

SUMÁRIO executivo PNPG 2011-2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de->

conteudo/documentos/09022022_SumrioExecutivoPNPG20112020.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

TAMIOZZO, Cecilia Ines. **Um Aluno a Incluir é um Aluno por Salvar: Reconhecimento, Responsabilidade e Amor na Inclusão do Deficiente Intelectual.** 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) - Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.

TÉLLEZ, Andrés Otilio Gómez. La dimensión transformadora del Derecho Educativo. In: ALONSO, Fernando González; VEGA, Andrés Villafuerte (orgs). **Prólogo.** San José: Costa Rica, 2022.

TÉLLEZ, Andrés Otilio Gómez; LÓPEZ, Marilú Camacho. Diferencias entre Derecho a la educación y el derecho de la educación. In: ALONSO, Fernando González; CASTAÑO-CALLE; Raimundo (Orgs.). **Análisis conceptual y metodológico del derecho educativo.** Costa Rica: Isolma 2020, p. 11-45.

TÉLLEZ, Otilio Gómez; LÓPEZ, Marilú Camacho. **Análisis conceptual y metodológico del derecho educativo.** San José-Costa Rica: Isolma, 2020.

VERDERA, Raúl E. Soria. **La evolución del Derecho por medio de la escuela: El Derecho educativo y la labor escolar.** Argentina: Pirca Ediciones, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro do Questionário

1. Quais as principais atividades realizadas pelo seu grupo ou rede de pesquisa:
 - () Eventos
 - () Desenvolvimento de pesquisa
 - () Elaboração de artigos e capítulos de livros
 - () Organização de livros
 - () Promoção de cursos
 - () Capacitação de profissionais
 - () Orientação de dissertação e tese
 - () Outras, quais

2. Capital intelectual é conceitualmente definido como os conhecimentos advindos da integração de intelectuais de distintas culturas, dimensões socioeconômicas e políticas que compartilham, potencializam as pesquisas, relações, intercâmbios, projetos e tantas outras maneiras de desenvolver aprendizado. Que ações realizadas pelo seu grupo ou rede de pesquisa você considera que oportunizam a formação de capital intelectual?

3. De que forma ocorre a participação/ relação com outros pesquisadores de outros países e/ou instituições nas ações realizadas pelo seu grupo ou rede de pesquisa?

4. Como se dá o aproveitamento das ações realizadas no seu grupo ou rede de pesquisa pelos participantes/orientandos de mestrado ou doutorado?

APÊNDICE B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES –
URI - CAMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de acordo com a
RESOLUÇÃO 510/16 do Conselho Nacional de Pesquisa

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “REDES COLABORATIVAS E DE PESQUISA EM DIREITO EDUCATIVO NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU, FORMADORAS DE CAPITAIS INTELECTUAIS”, sob a responsabilidade das pesquisadoras Jeanice Rufino Quinto e Dra. Luci Mary Duso Pacheco.

A pesquisa pretende conhecer em que medida as redes colaborativas e redes de pesquisa em direito educativo formam capitais intelectuais nos programas de pós-graduação stricto sensu em educação no Brasil. Assim como, qual o seu alcance ibero-americano. Pretende também analisar se essas relações intensificam a qualificação nos processos de formação de pesquisadores e socialização dos conhecimentos e produtos gerados na perspectiva de seus atores.

Sua participação voluntária na pesquisa será em forma de questionário. Os dados coletados do questionário serão tabulados pelos pesquisadores, que os utilizará na pesquisa. A duração da participação no estudo será de, aproximadamente 15 minutos, sendo que, após este momento, não serão necessários outros envolvimento no estudo por parte do participante pesquisado.

Cabe destacar que a participação nesta pesquisa não trará ao sujeito nenhum risco. Importante ressaltar, ainda, que a participação nesta pesquisa trará benefício direto aos participantes, contribuindo para o aumento do conhecimento sobre a temática estudada e os seus resultados poderão auxiliar o desenvolvimento de estudos futuros.

A participação no estudo é totalmente voluntária, assim, a não participação ou desistência após ingressar no estudo não implicará nenhum tipo de prejuízo para o participante. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela participação no estudo e o participante não terá nenhum custo em relação aos procedimentos envolvidos.

A confidencialidade dos dados de identificação pessoal dos participantes será preservada. Todas as dúvidas poderão ser esclarecidas antes e durante o curso da pesquisa, através do contato com o pesquisador responsável: JEANICE RUFINO QUINTO, telefone: (55) 999732305, e-mail: jeanicequinto@hotmail.com. O Comitê de Ética em Pesquisa poderá ser contatado para esclarecimento de dúvidas através do telefone: (55) 3744-9000, ramal 306, das 08h às 11h30min.

Este documento acompanha o questionário no Formulário Google Forms e o participante poderá imprimir ou salvar uma cópia dele em seu computador, para consulta futura.

Participante

Pesquisador

Frederico Westphalen-RS, ____ de _____ de 2022.